



FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE

FUNBIO

RELATÓRIO ANUAL 2025

Sumário

3	Carta do presidente	34	PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES	90	PROJETOS COM RECURSOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS	111	PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
4	Perspectivas	35	AMAZÔNIA VIVA	91	APOIO A UCs	112	CONNECTA CAATINGA
5	Missão, visão e valores	37	ARCA	93	BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ	nov 113	FINACLIMA-SP
6	Nossos projetos	39	ARPA (UCs e Comunidades)	96	BIODIVERSIDADE RIO DOCE	114	FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL
7	Em números	nov 40	— ARPA UCs	98	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	116	FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ)
9	Nossas conexões	nov 42	— ARPA Comunidades	100	G7 PARQUES NACIONAIS		
10	Linhas temáticas	44	CITiNova II	101	PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	118	AGÊNCIA GEF FUNBIO
11	Objetivos e contribuições	46	COPAÍBAS	103	REABILITA CETAS		
13	Em 2025	50	DATACLIMA+	nov 104	REBIO DE COMBOIOS		
15	O FUNBIO	nov 51	FLORESTA VIVA	nov 105	REVIS SANTA CRUZ	nov 119	BARU DA CHAPADA
15	Como trabalhamos	54	FLORESTA+ AMAZÔNIA	106	TAC ALSUB	121	GEF TERRITÓRIOS DA VIDA SILVESTRE
16	Doadores 2025	55	FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	108	TAC CORAL-SOL	nov 122	IWY IPURANGUETE
17	Organograma	56	FUNDO AMAPÁ	109	TCSA PORTO SUL	nov 123	MGI SISTEMAS
18	Governança	57	FUNDO CATALISADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA			nov 124	NGI AMAZÔNIA VIVA
19	Transparência	59	FUNDO DESCARBONIZAÇÃO				PRÓ-ESPÉCIES
20	Comitê de ética	61	FUNDO KAYAPÓ				
21	Políticas de salvaguarda	64	FUNDO MARINHO			126	AGÊNCIA GCF FUNBIO
22	Agências Nacionais FUNBIO	65	GEF MAR				
23	Impacto em Ação: 30 anos de trajetória	nov 69	GEF MAR II			127	READINESS AND
24	Diversidade na conservação	70	GEF TERRESTRE			128	READINESS OCEANOS
27	Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro	75	MARÉS DO NORTE				
32	FUNBIO na COP30	76	PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO			129	CRÉDITOS
33	FUNBIO na RedLAC	nov 78	POP ICMBio PROTEÇÃO				
		79	POP SECD				
		81	POP SÍTIO RAMSAR				
		83	POP SMC				
		84	PROBIO II				
		85	REDE OCEANO LIMPO				
		86	REM MT				
		87	TRADIÇÃO E FUTURO				
		nov 88	VÍTUKE				

CARTA DO PRESIDENTE

A força das parcerias

Continuando sua trajetória de sólido crescimento, 2025 foi o ano em que ampliamos patamares históricos na execução de nossos programas e na captação de recursos para financiar a continuidade das iniciativas, assim como novos projetos.



ÁLVARO DE SOUZA

Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

Foi também o ano em que mais um Plano Estratégico para os próximos cinco anos começou a ser desenvolvido, atualizando e aprimorando nosso processo de gestão. Esse novo plano visa a não apenas consolidar nosso crescimento passado, mas principalmente definir as bases de nossa evolução futura, em que a ampliação do uso de ferramentas de IA terá papel de destaque.

Também em 2025, aperfeiçoamos a nossa política de *compliance*, buscando qualidade e conhecimento de nossos parceiros fornecedores e de execução de programas. Num mundo cada vez mais complexo e até hostil, a segurança de nossa operação torna-se crescentemente importante.

Para o FUNBIO, a COP30 do Clima, em Belém (PA), foi o momento de celebrar ideias traduzidas em iniciativas que, nos próximos anos, deverão se firmar como modelos participativos com alto poder de transformação. Estivemos em mais de 20 eventos na real e inspiradora maratona da COP30, presidida estrategicamente pelo Brasil.

Em Belém, em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas anunciamos o Vítuke, iniciativa do FUNBIO que constitui o primeiro mecanismo financeiro desenhado em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e organizações que representam o movimento indígena. Esse modelo de cocriação, que se reflete no próprio nome do mecanismo — Vítuke significa ‘nosso’ na língua Terena — gerará aprendizados valiosos que impulsionarão a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Nessa que foi a COP com maior participação de representantes de povos originários, Vítuke anunciou doações iniciais que já somam cerca de USD 30 milhões e tem a expectativa de

mobilizar USD 100 milhões nos próximos meses. O lançamento de Vítuke, num auditório lotado, resultou daquilo que nos move há 30 anos: articular partes e interesses para viabilizar resultados concretos de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Essas três décadas de intenso trabalho e aprendizado que celebramos em 2026 foram pontuadas por marcos como o programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. Lançado em 2002 e hoje modelo para o mundo, em 2025 ele ampliou ainda mais sua atuação. Na mesma COP30, num auditório igualmente lotado, foi anunciado o ARPA Comunidades, que terá como foco aqueles que são centrais para a proteção das 60 unidades de conservação de uso sustentável do programa.

A iniciativa teve como ponto de ignição uma visita de campo em que doadores interagiram diretamente com comunidades, e mostra a importância desse contato. Dessa vivência de campo e da escuta surgiu a ideia de apoiar diretamente as comunidades que vivem nas unidades de conservação de uso sustentável do ARPA.

Da Amazônia para a Mata Atlântica, 2025 foi o ano em que também ampliamos parcerias e firmamos uma importante cooperação com o estado de São Paulo por meio do Finaclima-SP. O mecanismo financeiro estadual canalizará recursos privados para ações climáticas que incluem, entre outras, a restauração florestal.

Este relatório anual mostra o amplo e crescente escopo de atuação do FUNBIO. Aos 30 anos, jornada longa para uma instituição ambientalista, mantemos a jovialidade e a energia da instituição que, nos anos 1990, criou as bases para um novo modo de pensar e trabalhar a conservação ambiental no Brasil. Que se mostrou certo.

PERSPECTIVAS

Três décadas e 200 milhões de hectares

Em 1996, tinha início nossa jornada voltada à conservação do futuro. Três décadas depois, em 2026, ficamos contentes ao olhar para essa trilha e constatar, em ritmos e tempos distintos, o impacto das iniciativas sob nossa gestão.



ROSA LEMOS DE SÁ

Secretária-geral do FUNBIO

Em 30 anos, o FUNBIO, instituição brasileira que cria conexões para viabilizar ideias e ações, vem trabalhando com programas e projetos em todos os biomas e regiões do Brasil, numa escala necessária e compatível com a dimensão territorial e a importância ambiental do país.

Duzentos milhões de hectares, por exemplo, é a área apoiada hoje em unidades de conservação e terras indígenas. São 200 milhões de campos de futebol. Uma superfície maior que a de um país como o México. Em 30 anos, quase 150 financiadores, dezenas de governos e empresas confiaram em nossas entregas e viabilizaram mais de 790 projetos. Tornaram-se parceiros fundamentais em nosso caminho.

Alegra-nos, ainda, o acesso direto do FUNBIO ao Fundo de Reparação para Perdas e Danos (FRLD, na sigla em inglês), concedido a instituições já credenciadas no GEF e no GCF. Agora, já somos implementadores de três dos mais importantes fundos oriundos da cooperação internacional: além do FRLD, também do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e do Fundo Global para o Clima (GCF), que aportam recursos centrais para a conservação em todo o mundo, incluindo o Brasil.

Outro programa que nos enche de orgulho é o Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, em parceria com o Programa Fonseca de Liderança, do GEF. Baseado na certeza de que o conhecimento é um fator chave para a tomada de decisões racionais

e efetivas, o programa apoia pesquisas de campo aplicadas de mestrados e doutorandos. Com os resultados da chamada de 2025, chegamos a um total de 253 cientistas apoiados. A vibração desses jovens pesquisadores não apenas é contagiante como também é propulsora de informação que permite pensar num mundo melhor.

Este ano, iniciam-se os trabalhos de campo de projetos em biomas ricos, porém nem sempre com a visibilidade merecida, como a Caatinga nordestina. E, também, a implementação de iniciativas que terão como parceiras comunidades indígenas e povos tradicionais, entre elas o Vítuke, primeiro fundo para os povos indígenas construído em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas e associações representativas de povos indígenas, e o ARPA Comunidades, que apoiará mais de mil comunidades que habitam as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável do ARPA. O governo do Brasil lista “20 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional”. Enfatizar o seu protagonismo na conservação é essencial para o país.

Em nossos 30 anos, meu agradecimento a todas as pessoas e instituições que trabalharam direta e indiretamente conosco e ajudaram a consolidar esse caminho. Nos anos à frente, em sintonia com um planejamento robusto, esperamos continuar a contribuir em escala e efetividade cada vez maiores para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Missão



Aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade

Visão



Ser referência na viabilização de recursos estratégicos e soluções para a conservação da biodiversidade

Valores



O FUNBIO é guiado pelos seguintes valores:

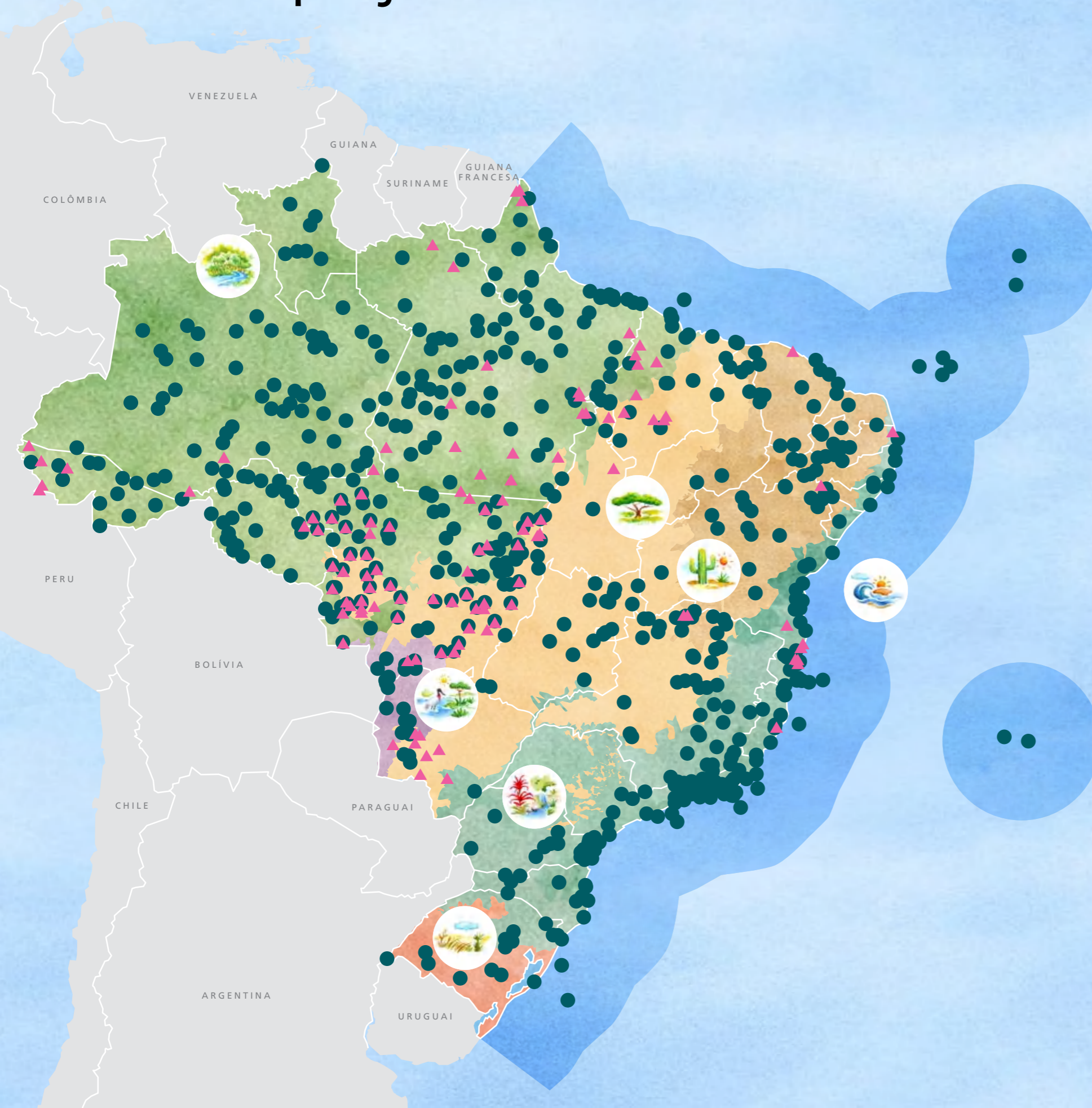
- ▶ Transparência
- ▶ Ética
- ▶ Efetividade
- ▶ Receptividade
- ▶ Independência intelectual
- ▶ Inovação

Nossos projetos*

*Dados cumulativos até dezembro de 2025.

● PROJETOS APOIADOS PELO FUNBIO

▲ PROJETOS APOIADOS PELO FUNBIO EM TERRAS INDÍGENAS



BIOMAS



AMAZÔNIA



CAATINGA



CERRADO



MATA ATLÂNTICA

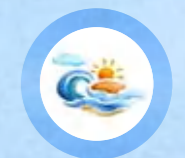


PAMPA



PANTANAL

ECOSSISTEMA



COSTEIRO-MARINHO

Em números

561

UCs apoiadas

497

instituições apoiadas

120

chamadas de projetos

80

etnias apoiadas

>178

MILHÕES de hectares de UCs apoiadas

792

projetos apoiados

123

terras indígenas apoiadas

>33

MILHÕES de hectares de TIs apoiadas

7,2x o estado de São Paulo

1,3x o estado de São Paulo

Em números

2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025
 13 31 48 59 55 58 81 97 109 93 113 126 178 257 285 **348**



TOTAL EXECUTADO — EM MILHÕES DE R\$

2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025
 125 209 326 370 464 549 733 787 830 986 1.271 1.589 1.384 1.386 1.668 **2.089**



TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO — EM MILHÕES DE R\$

1996-2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025*
 27 30 12 24 3 2 4 33 13 107 68 78 17 79 55 51 107 50 0,6 55 35 65 38 139 **131,4**

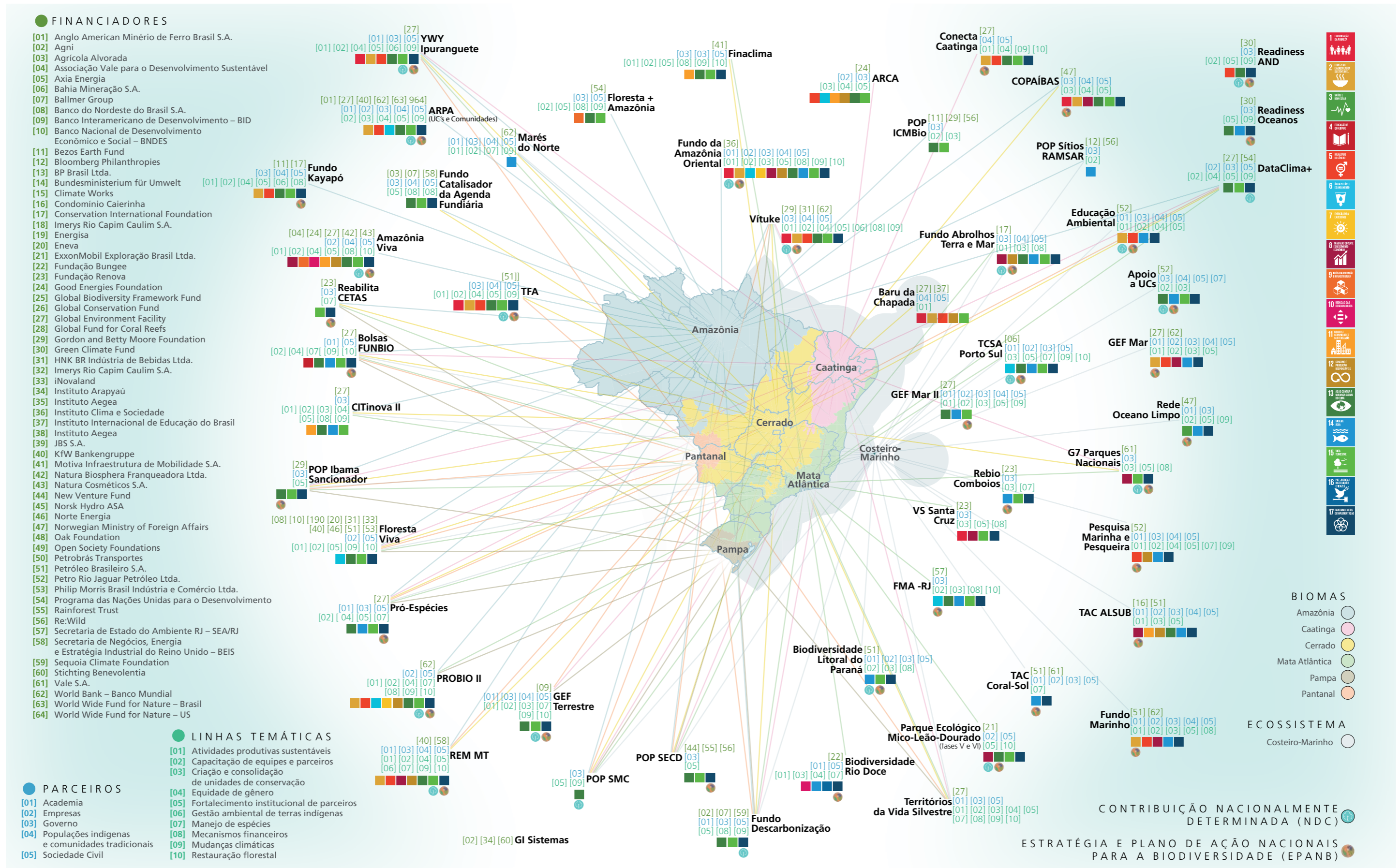


VALOR CONTRATADO POR ANO** — EM MILHÕES DE USD

*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO.

**Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato). A partir de 2019, valores convertidos na data de assinatura do contrato.

Nossas conexões



Linhas temáticas



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS



MANEJO DE ESPÉCIES



MECANISMOS FINANCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

	ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	EQUIDADE DE GÊNERO	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS	GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	MANEJO DE ESPÉCIES	MECANISMOS FINANCEIROS	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	RESTAURAÇÃO FLORESTAL
AMAZÔNIA VIVA	●	●		●	●			●		●
APOIO A UCs		●	●		●					
ARCA		●	●	●	●		●		●	
ARPA (UCs E COMUNIDADES)		●	●						●	
BARU DA CHAPADA	●									
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ		●	●					●		
BIODIVERSIDADE RIO DOCE	●		●	●	●		●			
BOLSAS FUNBIO		●		●			●		●	●
CITINOVA II	●	●	●	●	●			●	●	
CONECTA CAATINGA	●			●					●	●
COPAÍBAS	●	●	●	●	●	●		●		
DATACLIMA+		●		●	●				●	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	●	●		●	●					
FINACLIMA-SP	●	●			●			●	●	●
FLORESTA+AMAZÔNIA		●			●			●	●	
FLORESTA VIVA	●	●			●				●	●
FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ)		●	●					●		●
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	●		●					●		
FUNDO AMAPÁ	●			●	●			●		●
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	●	●	●		●			●	●	●
FUNDO CATALISADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA		●			●			●		
FUNDO DESCARBONIZAÇÃO					●			●	●	
FUNDO KAYAPÓ	●	●		●	●	●		●		
FUNDO MARINHO	●	●	●		●			●		
G7 PARQUES NACIONAIS			●		●			●		
GEF MAR	●	●	●	●	●	●		●	●	●
GEF MAR II	●	●	●	●	●				●	
GEF TERRESTRE	●	●	●		●		●	●	●	●
GEF TERRITÓRIOS DA VIDA SILVESTRE	●	●	●	●	●		●	●	●	●
MARÉS DO NORTE	●	●					●		●	
MGI SISTEMAS					●					
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE 6)					●		●			●
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	●	●		●			●		●	
POP IBAMA SANCIONADOR		●			●					
POP ICMBio PROTEÇÃO		●	●							
POP SECD					●					
POP SÍTIOS RAMSAR		●								
POP SMC					●				●	
PROBIO II	●	●		●			●	●	●	●
PRÓ-ESPÉCIES		●		●	●		●			
REABILITA CETAS							●			
READINESS AND					●				●	
READINESS OCEANO					●				●	
REBIO COMBOIOS			●				●			
REDE OCEANO LIMPO		●			●				●	
REM MT	●	●		●	●	●	●	●	●	●
REVIS SANTA CRUZ			●		●			●		
TAC ALSUB	●		●		●					
TAC CORAL-SOL							●			
TCSA PORTO SUL		●	●		●				●	●
TRADIÇÃO E FUTURO DA AMAZÔNIA	●	●		●	●				●	
VÍTIKE	●	●		●	●	●		●	●	
YWY IPURANGUETE	●	●		●	●	●			●	

Objetivos e contribuições

Os projetos do FUNBIO apoiam iniciativas de conservação da biodiversidade que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB).

Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e da EPANB.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Para proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou, em 2015, a adoção por países membros de 17 ODS. São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)

A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) foi apresentada pelo Brasil, em 2015, como o compromisso do país com o Acordo de Paris. A medida foi atualizada em novembro de 2024, quando o país se comprometeu a reduzir de 59% a 67% das emissões até 2035, tendo como ano base 2005, de acordo com o documento: *NDC do Brasil: Determinação nacional para contribuir e transformar*, do governo federal, entregue à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) na COP29, em Baku, no Azerbaijão.

Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) promove a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Criada pelo governo federal em conjunto com governos estaduais, setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil, a estratégia tem a repartição equitativa de benefícios do uso genético também como uma das suas metas. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.

Objetivos e contribuições



Projeto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
AMAZÔNIA VIVA								●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
APOIO A UCs													●	●	●	●	●	●
ARCA					●	●						●	●	●	●	●	●	●
ARPA (UCs E COMUNIDADES)		●			●	●						●	●	●	●	●	●	●
BARU DA CHAPADA	●	●			●							●	●	●	●	●	●	●
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ														●	●	●	●	●
BIODIVERSIDADE RIO DOCE										●				●	●	●	●	●
BOLSAS FUNBIO				●									●	●	●	●	●	●
CITINOVA II											●	●	●	●	●	●	●	●
CONECTA CAATINGA		●			●								●	●	●	●	●	●
COPAÍBAS	●	●						●					●	●	●	●	●	●
DATACLIMA+													●	●	●	●	●	●
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		●			●									●	●	●	●	●
FINACLIMA-SP											●							●
FLORESTA+AMAZÔNIA									●					●	●	●	●	●
FLORESTA VIVA						●							●	●	●	●	●	●
FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ)						●							●	●	●	●	●	●
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR								●				●	●	●	●	●	●	●
FUNDO AMAPÁ		●						●					●	●	●	●	●	●
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	●	●				●	●	●				●	●	●	●	●	●	●
FUNDO CATALISADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA													●	●	●	●	●	●
FUNDO DESCARBONIZAÇÃO													●	●	●	●	●	●
FUNDO KAYAPÓ		●			●								●	●	●	●	●	●
FUNDO MARINHO		●			●			●						●	●	●	●	●
G7 PARQUES NACIONAIS								●							●	●	●	●
GEF MAR		●			●			●						●	●	●	●	●
GEF MAR II		●			●	●							●	●	●	●	●	●
GEF TERRESTRE													●	●	●	●	●	●
GEF TERRITÓRIOS DA VIDA SILVESTRE													●	●	●	●	●	●
MARÉS DO NORTE														●	●	●	●	●
MGI SISTEMAS									●		●				●	●	●	●
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE 6)								●					●	●	●	●	●	●
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA					●							●		●	●	●	●	●
POP IBAMA SANCIONADOR													●	●	●	●	●	●
POP ICMBio PROTEÇÃO													●	●	●	●	●	●
POP SECD													●	●	●	●	●	●
POP SÍTIOS RAMSAR														●	●	●	●	●
POP SMC													●	●	●	●	●	●
PROBIO II		●			●	●	●					●	●	●	●	●	●	●
PRÓ-ESPÉCIES													●	●	●	●	●	●
REABILITA CETAS															●	●	●	●
READINESS AND					●								●	●	●	●	●	●
READINESS OCEANO													●	●	●	●	●	●
REBIO COMBOIOS														●	●	●	●	●
REDE OCEANO LIMPO			●											●	●	●	●	●
REM MT		●			●			●				●	●	●	●	●	●	●
REVIS SANTA CRUZ	●							●						●	●	●	●	●
TAC ALSUB								●						●	●	●	●	●
TAC CORAL-SOL											●	●	●	●	●	●	●	●
TCSA PORTO SUL	●	●			●	●							●	●	●	●	●	●
TRADIÇÃO E FUTURO DA AMAZÔNIA	●	●			●								●	●	●	●	●	●
VÍTIKE	●	●			●								●	●	●	●	●	●
YWY IPURANGUETE	●	●			●								●	●	●	●	●	●



Em 2025

Janeiro

✔ Projeto **G7 Parques Nacionais** é lançado com investimento de R\$ 150 milhões para fortalecer sete unidades de conservação federais em Minas Gerais, que somam 704 mil hectares.

✔ GEF anuncia investimento de USD 5,5 milhões para o projeto **Conecta Caatinga**, do Ministério do Meio Ambiente, e implementação da Agência GEF FUNBIO, que promove a criação de corredores ecológicos de ligação de áreas protegidas no único bioma 100% nacional.



Foto: Thales Carmo

Fevereiro

✔ Encontro em Goiás reúne representantes de 12 projetos selecionados pelo edital Corredores da Biodiversidade, do programa **Floresta Viva**, do BNDES, para dar início à maior iniciativa de restauração do Cerrado, com R\$ 58 milhões destinados à recuperação de 2,4 mil hectares.



Foto: Rodolfo Cabral

Março

• 15 iniciativas para o fortalecimento de cadeias produtivas da socio-biodiversidade no Pará são selecionadas pela chamada do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), voltada a organizações quilombolas.

✔ O programa **Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro** anuncia a seleção de 32 novos bolsistas pelo edital 2024, dos quais 11 para a parceria com o Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre) do GEF.



Foto: Virginia Dandara

Abril

✔ O FUNBIO é selecionado como gestor do **Finaclima-SP**, mecanismo financeiro do estado de São Paulo que receberá recursos de doações e obrigações legais para ações de adaptação climática, entre elas restauração, conservação, uso sustentável de paisagens e bioeconomia.

✔ É lançado o projeto **Ywy Ipuranquete – Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas**, iniciativa inédita de fortalecimento da gestão de 15 terras indígenas, com coordenação do Ministério dos Povos Indígenas e implementação pela Agência GEF FUNBIO.



Foto: Rony Eloi/MPI

Maio

✔ A ExxonMobil renovou pelo sétimo ano consecutivo o apoio à **Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD)** e destina cerca de R\$ 1 milhão ao fortalecimento do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, em Silva Jardim (RJ).



Foto: Luiz Thiago de Jesus

Junho

• O mecanismo de *blended finance* Amazônia Viva, parceria Natura, VERT e FUNBIO, finaliza seu segundo ciclo de crédito com 100% de adimplência. Ao todo, 15 associações e cooperativas receberam R\$ 13 milhões para impulsionar suas atividades produtivas e outros R\$ 13,5 milhões foram investidos em infraestrutura, gestão e ações socioambientais.

• No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, o governo federal assina o decreto que amplia o programa ARPA, abrindo caminho para uma nova iniciativa voltada ao fortalecimento direto de populações nas 60 unidades de conservação (UCs) de uso sustentável apoiadas. O **ARPA Comunidades** poderá investir diretamente nas populações que vivem nesses territórios.



Foto: Luis Nova



Foto: Thomaz Pedro/FUNBIO



Foto: Divulgação FUNBIO



Foto: Helio Hara/FUNBIO

Em 2025

Julho

⚡ Evento preparatório para a COP30 na Embaixada da Noruega com a participação do ministro do Desenvolvimento Internacional do país destaca resultados do programa **COPAÍBAS**, financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI).

- Em parceria com a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, o FUNBIO lança a publicação *Compensação ambiental: um guia para potencializar o sistema nacional de unidades de conservação*, com subsídios para a implementação de recursos oriundos da compensação ambiental.

- O programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, parceria com o Programa Fonseca de Liderança (FLP, do GEF), recebe 626 propostas, recorde desde o lançamento, em 2018.

✔ Com apoio do **GEF Mar**, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) inaugura em Caravelas a exposição permanente “Abra os Olhos”, que apresenta a história da UC criada há mais de 40 anos.



Foto: Pedro Dantas

Agosto

⚡ O mecanismo de *blended finance* **Amazônia Viva**, parceria entre FUNBIO, Natura e Vert, é o primeiro no Brasil a acessar a linha de Non-Grants Instrument do GEF, que aprova USD 6,2 milhões para cooperativas que trabalham com produtos como copaíba, tucumã, murumuru e açaí.

✔ É lançado em São Luís o quarto volume da iniciativa **Diálogos pelo clima**, em parceria com o Ministério Público do Maranhão. O livro reúne artigos sobre temas como as florestas de babaçu, arborização urbana e áreas de preservação permanente.

✔ **Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro** aterrissa em Belo Horizonte, fortalecendo a série de encontros presenciais com bolsistas, e traz à tona temas como polinizadores urbanos e espécies invasoras.



Foto: Helio Hara/FUNBIO



Foto: Virginia Dandara

Setembro

✔ O **Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar** leva o mar à **Quinta da Boa Vista** (RJ) e reúne mais de mil visitantes, apresentando resultados dos projetos Pesquisa Marinha e Pesqueira, Conservação da Toninha, Apoio a UCs e Educação Ambiental.



Foto: Joaquim Lima



Foto: Joaquim Lima

Outubro

⚡ A experiência do FUNBIO sobre áreas protegidas, financiamento e comunicação ganha protagonismo no **Congresso 2025 da RedLAC**, no Chile. Com quase 200 participantes da América Latina e do Caribe, o evento celebra os 25 anos da instituição que reúne 34 representantes de 20 países e que tem o FUNBIO como um dos membros fundadores.

- Em outubro, nosso novo escritório em Brasília abre as portas para receber a equipe do FUNBIO. Com 600 metros quadrados, ele está localizado na Asa Norte da capital.

- Dois cientistas da parceria Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro com o Programa Fonseca de Liderança, do GEF, levam a experiência brasileira ao encontro global de lideranças promovido pelo GEF em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

✔ Reunindo mais de 20 expositores, o **Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar** desembarca em **Armação dos Búzios** (RJ) para discutir tradição e cultura caiçara, ciência e gastronomia em resultados das iniciativas apoiadas com recursos oriundos do TAC Frade.



Foto: Joaquim Lima

Novembro

⚡ No **lançamento do Vítuke** ('nosso', na língua Terena), foram anunciados recursos iniciais do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, BMZ, por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) e da Fundação Gordon and Betty Moore, além de apoio planejado do Banco Mundial ao instrumento.

- O anúncio do ARPA Comunidades na COP30 contou com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, e doadores. Com um planejamento de 15 anos (2025-2039), a iniciativa beneficiará 130 mil pessoas, com foco especial nos territórios de 60 unidades de conservação (UCs) de uso sustentável.

✔ O FUNBIO participa de mais de 20 eventos na **COP30**, em Belém. Entre os destaques, o anúncio da iniciativa ARPA Comunidades, do **novo mecanismo financeiro para associações e povos indígenas, o Vítuke**, e o lançamento de um livro da iniciativa *Diálogos pelo clima*, escrito apenas por mulheres.



Foto: Joao Pedro Aranha e Mariana Almeida

Dezembro

- O Finaclima–SP, mecanismo financeiro que tem o FUNBIO como gestor, começa a operar, com recursos de R\$ 7,3 milhões. A proposta é criar um banco de 100 hectares de áreas de restauração para cumprimento de obrigações legais de licenciamento ambiental de obras.

✔ Três edições, um único propósito: celebrar as conquistas dos projetos apoiados com recursos direcionados do TAC Frade e geridos pelo FUNBIO nos últimos cinco anos. A terceira e última edição do **Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar** aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro, em **Paraty** (RJ), depois de reunir mais de duas mil pessoas na Quinta da Boa Vista e em Armação dos Búzios. O evento na Costa Verde encerra o ciclo de intercâmbio de conhecimento e fomento à cultura caiçara do estado, com ações de educação ambiental, geração de renda e melhoria da qualidade ambiental.



Foto: Joaquim Lima

O FUNBIO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos.

A organização trabalha em parceria com os setores governamental, empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

Desde a criação, em 1996, foram 792 projetos apoiados, em parceria com 497 instituições em todo o país.

O FUNBIO já apoiou a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços.

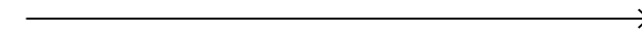
É o gestor financeiro do Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) desde o lançamento do programa, em 2002.



ACESSE
O SITE
DO FUNBIO

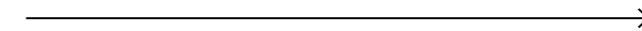
Como trabalhamos

A área de projetos do FUNBIO está organizada em duas unidades:



Unidade de Doações

Recursos oriundos de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro



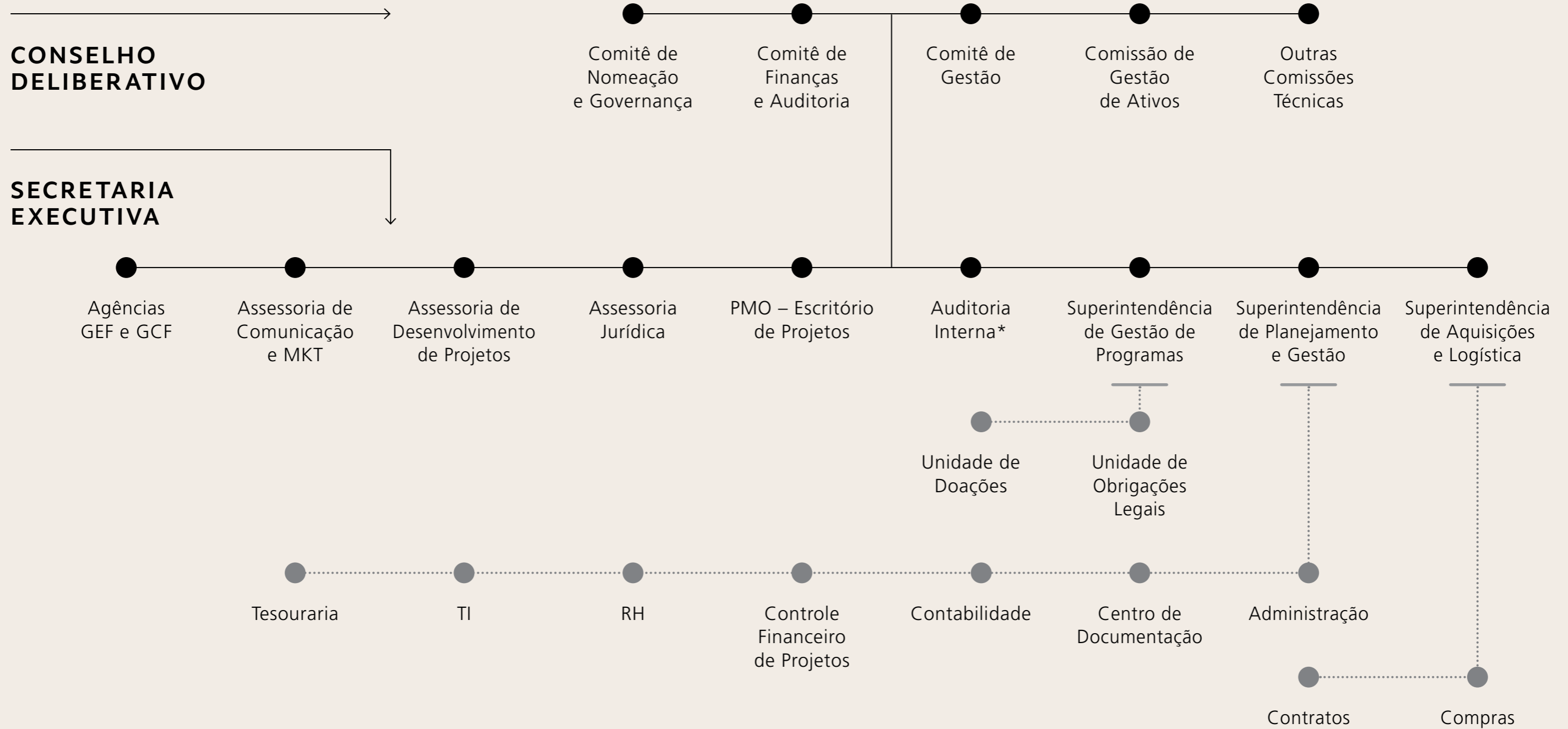
Unidade de Obrigações Legais

Recursos com origem em obrigações legais, como compensações ambientais, medidas compensatórias, conversões de multas, condicionantes de licença ambiental, termos de compromisso ou de ajuste de conduta (TACs).

Doadores 2025

AGNI	CONDOMÍNIO CAIEIRINHA	INSTITUTO ARAPYAUÍ DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PETRO RIO JAGUAR PETRÓLEO LTDA.
AGRÍCOLA ALVORADA S.A.	CONSERVATION INTERNATIONAL FOUNDATION	INSTITUTO AEGEA	PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.	ENERGISA S.A.	INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD
ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ENEVA S.A.	JBS S.A.	RAINFOREST TRUST
AXIA ENERGIA (ANTIGA ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.)	EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA.	KFW BANKENGRUPPE	RE:WILD
BAHIA MINERAÇÃO S.A.	FUNDAÇÃO BUNGE	MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.	SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE RJ – SEA/RJ
BALLMER GROUP	FUNDAÇÃO RENOVA	NATURA BIOSPHERA FRANQUEADORA LTDA.	SECRETARIA DE NEGÓCIOS, ENERGIA E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL DO REINO UNIDO – BEIS
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK FUND	NATURA COSMÉTICOS S.A.	SEQUOIA CLIMATE FOUNDATION
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID	GLOBAL CONSERVATION FUND	NEW VENTURE FUND	STICHTING BENEVOLENTIA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES	GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY – GEF	NORSK HYDRO ASA	THE WILLIAM AND FLORA HEWLETT FOUNDATION
BEZOS EARTH FUND	GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS	NORTE ENERGIA S.A.	UNIÃO EUROPEIA – EU
BLOOMBERG PHILANTHROPIES	GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION	NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS	VALE S.A.
BP BRASIL LTDA.	GREEN CLIMATE FUND – GCF	OAK FOUNDATION	WORLD BANK – BANCO MUNDIAL
BUNDESMINISTERIUM FÜR UMWELT – BMU	HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.	O BOTICÁRIO FRANCHISING LTDA.	WWF-BRASIL
CLIMATEWORKS	IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.	OPEN SOCIETY FOUNDATIONS	WWF-US
	INOVALAND INVESTMENT LIMITED	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	
		PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	
		PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS	

Organograma

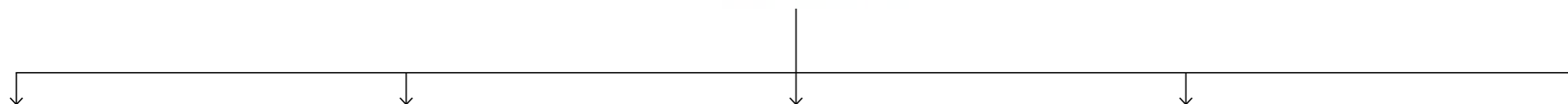


* Responde funcionalmente ao Conselho Deliberativo
 Composição da área

Governança



O Conselho Deliberativo (CD) reúne **16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental**. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.



Presidente
ÁLVARO DE SOUZA

Vice-Presidente
MARIANNE VON LACHMANN



Setor Acadêmico

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

EDUARDO SECCHI
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

OSCAR GRAÇA COUTO
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

VÂNIA PIVELLO
Universidade de São Paulo (USP)



Setor Ambiental

MARIA DE LOURDES SILVA NUNES
Fundação Grupo Boticário

ANE AUXILIADORA COSTA ALENCAR
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

SINEIA WAPICHANA
Conselho Indígena de Roraima

VALMIR ORTEGA
Conexus



Setor Empresarial

ÁLVARO CARDOSO DE SOUZA
ADS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda.

FLAVIO RIBEIRO DE CASTRO
FSB Comunicação

JOSÉ FLAVIO RAMOS
BR Partners

MARIANNE VON LACHMANN
Lachmann Investimentos Ltda.



Setor Governamental

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÃO
Andrea Brito Latgé – Secretária de Políticas e Programas Estratégicos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Matias Rebello – Coordenador-geral de Análise de Impacto Social e Ambiental, Secretaria de Política Econômica

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Rita Mesquita – Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)
Mauro Pires – Presidente

Transparência

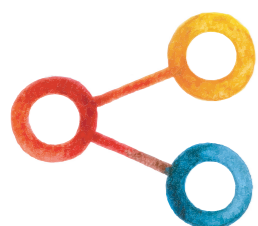


As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e de notas explicativas, encontram-se no link abaixo.



Desde o primeiro ano de atividade, o FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. As demonstrações contábeis, todas sem ressalvas, acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas, estão disponíveis no site do FUNBIO.

O FUNBIO conta desde 2013 com auditoria interna que se aprofunda em aspectos de controle e integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e de notas explicativas, encontram-se no site do FUNBIO.



ACESSE
AUDITORIAS



Comitê de ética

Em 2025 o Comitê se reuniu regularmente e realizou as seguintes atividades:



Composição do Comitê de Ética em 2025

ANDREA GOEB

primeiro mandato de setembro de 2023 a setembro de 2025

MANUELA MUANIS

segundo mandato de novembro de 2023 a novembro de 2025; mandato como coordenadora de setembro de 2024 a setembro de 2025

RAFAELA GIONGO

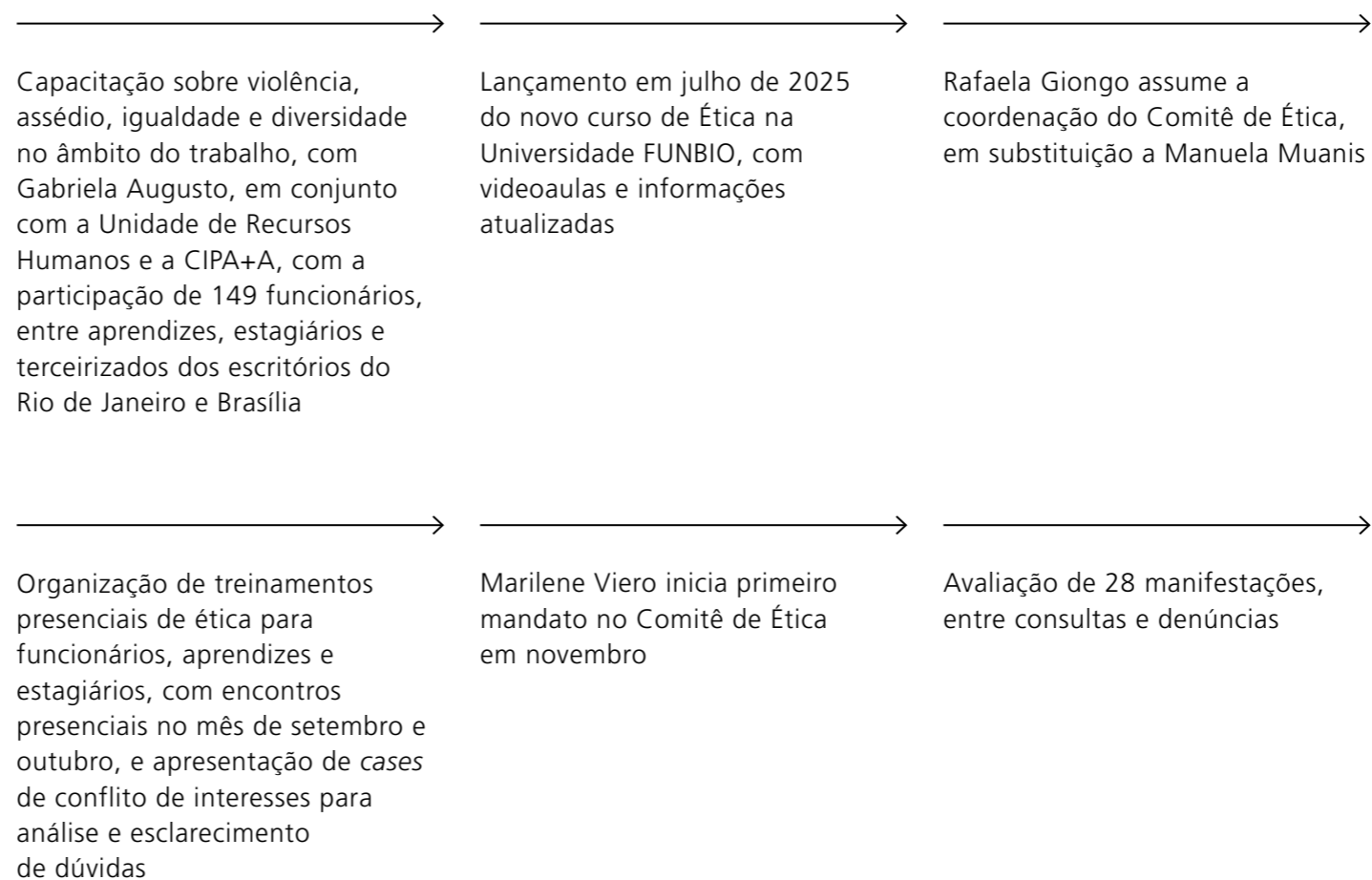
segundo mandato de março de 2024 a março de 2026; mandato como coordenadora de setembro de 2025 a março de 2026

FERNANDA MARQUES

primeiro mandato de outubro de 2024 a outubro de 2026

MARILENE VIERO

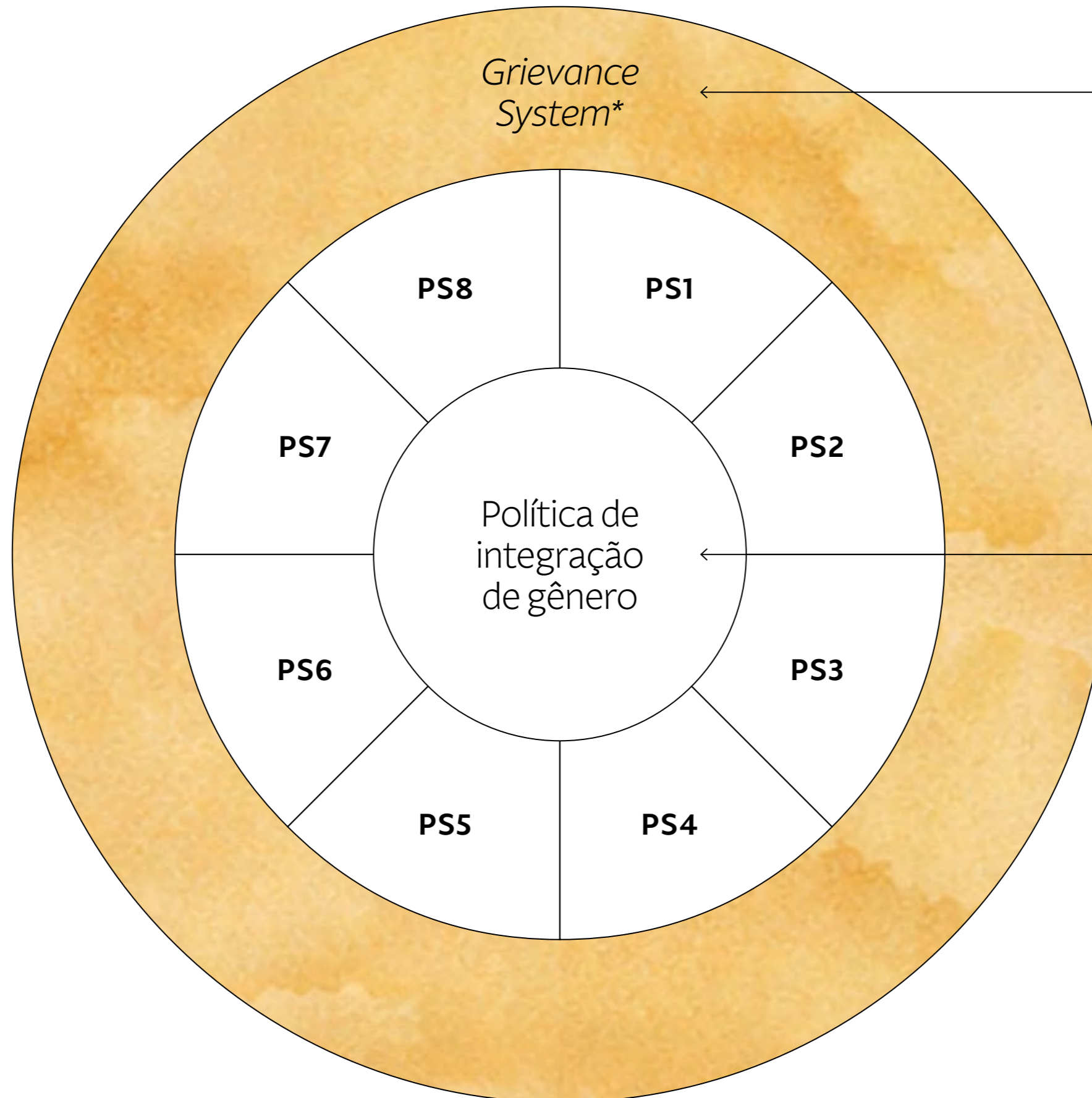
primeiro mandato de novembro de 2025 a novembro de 2027



ACESSE
COMITÊ
DE ÉTICA

Políticas de salvaguarda

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial.



***Sistema de Queixas**, controle e responsabilidade para salvaguardas ambientais e sociais.

PS1 — Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

PS2 — Condições de Emprego e Trabalho

PS3 — Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

PS4 — Saúde e Segurança da Comunidade

PS5 — Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

PS6 — Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

PS7 — Povos Indígenas

PS8 — Patrimônio Cultural



ACESSE
POLÍTICAS DE
SALVAGUARDA

Agências Nacionais FUNBIO

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês)** quanto do **Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês)**.



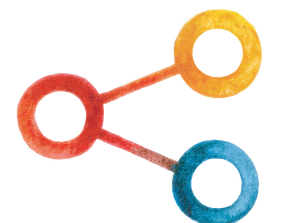
Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês)**, para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em 2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. A partir de 2018, tiveram início os projetos da Agência GEF FUNBIO.



O **Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês)** foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO, a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.



ACESSE
AGÊNCIA GEF



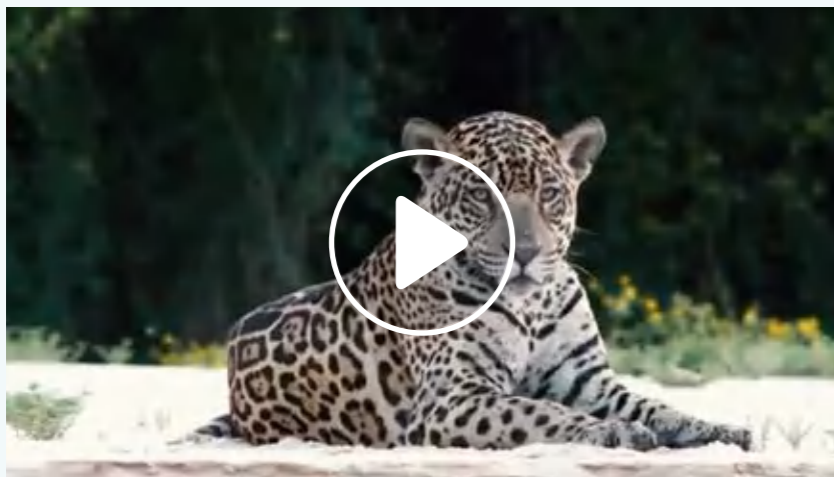
ACESSE
AGÊNCIA GCF

IMPACTO EM AÇÃO: 30 ANOS DE TRAJETÓRIA

30 anos conectando conservação, pessoas e territórios

Há 30 anos, o FUNBIO transforma recursos em ações concretas que articulam conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Ao longo dessa trajetória, construiu um portfólio de **792 projetos**, com **497 instituições apoiadas**, impulsionando iniciativas que fortalecem economias baseadas na floresta, ampliam a produção e a circulação do conhecimento, consolidam estratégias de proteção da biodiversidade, reconhecem e valorizam os povos originários e seus saberes tradicionais e contribuem para a recuperação de ecossistemas, em alinhamento com os compromissos globais de enfrentamento às mudanças climáticas.



RESTAURAÇÃO AMBIENTAL: Mais de R\$ 300 milhões investidos na recuperação de áreas degradadas.

Assista à série de vídeos e conheça os **resultados** da nossa atuação em **cinco áreas chave:**



CONHECIMENTO: Bolsas FUNBIO e o apoio a 251 jovens cientistas de 58 instituições do país em parceria com o GEF.



POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Quase 100 iniciativas, com mais de 80 etnias, em territórios que somam mais de 33 milhões de hectares, área equivalente à da Itália.



SOCIOBIOECONOMIA: Saberes tradicionais, ciência e recursos financeiros em favor de uma economia da floresta.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Programas contribuem para a criação, consolidação e gestão de quase 180 milhões de hectares de áreas protegidas de todo o país.

792

projetos

497

instituições apoiada



Diversidade na conservação

Na linha de frente do combate ao fogo, em alto-mar ou transformando a biodiversidade em motivo de orgulho, as mulheres têm sido guardiãs da natureza. Ocupando cada vez mais espaços na conservação, de todas as idades, formações e origens, elas inspiram e fortalecem a atuação umas das outras por todos os biomas do Brasil.

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

EDINALDA PEREIRA DO NASCIMENTO

A força das pantaneiras na linha de frente contra o fogo

Quando incêndios de grandes proporções atingiram o Pantanal nos últimos anos, a pantaneira Edinalda Pereira do Nascimento, de 35 anos, viu de perto a devastação e a vulnerabilidade das comunidades tradicionais diante do fogo. **“Muitas comunidades são isoladas e, até o socorro chegar, o estrago pode ser grande”**, conta ela, que testemunhou de perto o impacto das chamas na comunidade tradicional de Acurizal, em Mato Grosso, onde nasceu e se criou.

“Passamos um susto muito grande com incêndios numa dimensão que nunca tínhamos visto. Perdemos roças, presenciamos mortes de animais silvestres e não sabíamos como agir para defender nossos territórios e animais”, lembra, sobre os incêndios que atingiram a região em 2020 e 2024. Do trauma veio um chamado à ação. Ou melhor, a capacitação.

Foi assim que nasceu a ideia de oferecer cursos para formação de brigadas comunitárias, realizados pelo Instituto Gaia em 2025, com recursos do projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre).

“E dentro desses cursos, nós vimos a necessidade de formalizar uma brigada de mulheres porque a maioria das lideranças dentro das comunidades são mulheres. São elas que saem para pescar, elas que cuidam da roça e elas que estão no enfrentamento do dia a dia. Então por que não ter uma brigada de mulheres para uma ação imediata dentro dos territórios?”, provoca Edinalda, liderança da comunidade e hoje chefe da brigada comunitária de mulheres.

O treinamento ensinou às pantaneiras o que elas podem fazer não apenas para combater, mas, principalmente, para prevenir novos incêndios avassaladores como os do passado recente. Um dos pilares desse trabalho é o planejamento do Manejo Integrado do Fogo (MIF) e a segurança das brigadistas.

“Antes a gente ia tentar apagar fogo de chinelo, correndo desesperada com qualquer coisa que a gente tinha na mão. Hoje nós temos noção de que precisamos ter a leitura do vento, do tempo, como está o fogo, se está numa proporção muito grande, como fazer um aceiro, uma linha de defesa, coisa que nós não tínhamos noção antes. Agora com a formação, sabemos o que pode e o que não pode fazer, quais as ações corretas de prevenção e enfrentamento do fogo, sem colocar nossas vidas em risco”, compartilha a líder comunitária.

Os recursos viabilizaram ainda a estruturação, capacitação, formalização, aquisição de equipamentos e uniformes para a brigada feminina, cuja atuação será dividida, no entorno da Estação Ecológica Taiamã (MT), em dois esquadrões: um no Alto Paraguai, no município de Cáceres, e outro em Barão de Melgaço, onde está a comunidade de Acurizal.

“Nós entendemos que a brigada feminina só vai reforçar o que já é o papel das mulheres, no território pantaneiro, de guardiãs do território e da biodiversidade”, conclui Edinalda.



Foto: Acervo pessoal

MARINA ANGELI

As sereias do arquipélago de Abrolhos

Nascida na Serra Gaúcha, longe do mar, a bióloga Marina Angeli, ou Nina, encontrou seu verdadeiro lar no meio do oceano, mais especificamente no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, no litoral da Bahia, uma das unidades de conservação (UCs) contempladas pelo projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar). Hoje com 35 anos, a pesquisadora começou sua carreira com o estudo das baleias-francas em Santa Catarina e no Uruguai. Seguindo a paixão pelas baleias, desembarcou em Caravelas em 2015. O município baiano é a porta de entrada do arquipélago, onde ela iria observar as jubartes em sua temporada reprodutiva.

E o que era para ser uma experiência de cinco meses virou dez anos e uma vida inteira dedicada — direta ou indiretamente — ao arquipélago. **“Eu tenho um caso de amor com Abrolhos”**, resume.

“Quando a temporada das baleias e meu contrato temporário encerraram, participei do programa de voluntariado do parque, ficando por quatro meses no arquipélago dos Abrolhos, o coração da UC”, lembra a bióloga marinha.

O trabalho voluntário formalizou o início desse caso de amor, que perdurou mesmo quando Nina virou pesquisadora fixa no projeto Baleia Jubarte ou quando criou uma produtora audiovisual voltada para comunicação científica e sensibilização ambiental.

O destino, porém, não demorou a pôr o arquipélago de volta ao centro da vida da bióloga, que em 2023 se tornou monitora ambiental no parque. São cinco monitores que se revezam nas escalas, sendo quatro mulheres. Ao todo, há 13 delas na equipe do parque, sendo uma a gestora, Josângela Jesus.

As mulheres pilotam embarcações, conduzem monitoramentos, fiscalizam a área, coordenam as equipes... **“A representatividade feminina é muito**

forte no parque, especialmente no arquipélago, onde são feitas as atividades de visitação e a maioria dos monitoramentos da biodiversidade. Essa representatividade é muito importante, especialmente nos trabalhos do mar, que ainda são vistos como trabalhos de homem. Aquela coisa dos marujos. E estamos ali mostrando que o mar está cheio de sereias”, destaca Nina.

Seu trabalho inclui desde uso público, como atendimento das embarcações, ordenamento da área e das atividades turísticas e de pesquisa, até fiscalização e monitoramento da rica diversidade de Abrolhos. Para isso, a equipe de monitores se divide em escalas de 15 dias de permanência no arquipélago. As ações recebem apoio do GEF Mar, programa gerido pelo FUNBIO que tem o objetivo de fortalecer a proteção e a gestão dos ambientes marinhos e costeiros do Brasil.

“É uma segunda casa. E é uma relação única que a gente cria de dormir e acordar no lugar, ter mais tempo para observar, sentir, conectar e ouvir o que Abrolhos está contando”, diz Nina.



Foto: Acervo pessoal

MERCEDES BRAGA

Linhas de crochê que transformaram uma comunidade

O projeto Protecting Our Planet Challenge (POP) Sítios Ramsar, concluído em 2025, deixou como legado seu investimento no fortalecimento comunitário aliado à valorização e proteção dos manguezais amazônicos. Nas mãos de Mercedes Ferro Braga, de 70 anos, esse trabalho ganhou cores e formatos em linhas de crochê que viram peixes-bois, caranguejos, cavalos-marinhos e árvores de mangue. A matriarca é uma das lideranças na comunidade Ilha do Gato, na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Tubarão, no Maranhão, beneficiada pelo projeto de Pescadores e Pescadoras Monitores do Peixe-Boi (PEMOPE), executado com recursos do POP Sítios Ramsar.

O projeto na RESEX gira em torno do monitoramento voluntário do peixe-boi, na produção de dados por meio da ciência cidadã e no engajamento dos comunitários. Este último é feito com ações como a pintura de murais coloridos nas casas dos monitores, o apoio ao Festival do Peixe-Boi, capacitações e fomento a alternativas de geração de renda. Deste componente veio a ideia de um curso para as mulheres da comunidade aprenderem a confeccionar amigurumis (bonecos feitos de crochê ou tricô).

“A capacitação foi excelente, foi um investimento em que nós, mulheres comunitárias, aprendemos a técnica dos amigurumis para servir de fonte de renda. Isso mudou a nossa realidade. Hoje nós temos pedidos de compra até de fora do estado”, conta Mercedes, que coordena o coletivo de mulheres batizado de Crocheteiras.

O sucesso dos amigurumis tem atraído a atenção de toda a comunidade e cada vez mais pescadoras e marisqueiras querem se juntar à iniciativa.

O grupo, que começou em agosto de 2025, já envolve 17 mulheres de todas as idades que vivem na RESEX. De aposentadas de 75 anos até filhas de outras crocheteiras, de apenas 15. Uma das mais velhas do grupo, Mercedes explica que os encontros entre elas viraram momentos de troca de saberes e diálogo

entre gerações. **“Estamos gerando renda e fortalecendo nosso relacionamento”**, diz.

“Toda reunião eu passo café e nós abrimos um espaço de conversa. Nosso grupo é muito unido. E com isso nós estamos trazendo as filhas delas para aprenderem. Meninas de 15, 17, 18 anos que já estão na roda das crocheteiras”, explica a coordenadora. Mais do que gerar renda, o coletivo desenvolve ainda a autoestima dessas mulheres. **“A maioria voltou a estudar, porque são meninas que casaram muito novas, e duas senhoras que nem saíam mais de casa agora estão envolvidíssimas no grupo”**, exemplifica.

Segundo ela, o grupo se transformou numa rede de mulheres. **“Nós somos mulheres de pescadores, somos marisqueiras e pescadoras. Fazemos raia, polvo, peixe-boi, caranguejo, camarão, mexilhão... E as crianças se interessam e querem aprender mais. E, se o manguezal está preservado, melhora nossa vida, tem mais peixe, mais caranguejo, mais vida”**, reforça a comunitária. **“Somos gratas ao FUNBIO e ao POP Sítio Ramsar por ter acreditado e investido em nós, nas mulheres, e na nossa comunidade”**, completa.

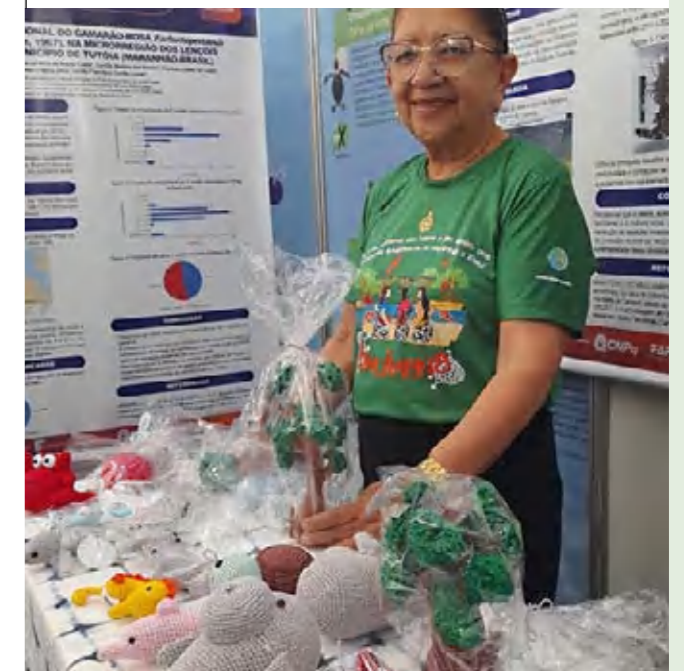
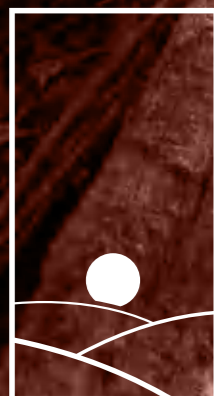


Foto: Acervo pessoal



Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro



BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO



Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro

Financiar jovens cientistas brasileiros para irem a campo e executarem suas pesquisas com excelência é o coração do programa **Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro**.

A iniciativa, criada em 2018, chegou a uma marca histórica em 2025, com mais de R\$ 1,3 milhão destinados a viabilizar os projetos selecionados de mestrandos e doutorandos em todos os biomas do país. O número é fruto da parceria com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança). O investimento maior foi proporcional

ao número de inscrições, que bateram recorde, com 629 inscritos.

O resultado da chamada de 2025, selecionou 35 projetos de pesquisadores em 17 estados do Brasil.

O programa já apoiou mais de 250 cientistas desde 2018, sendo 194 doutorandos e 57 mestrandos, de mais de 50 instituições de ensino.

251

bolsistas

139

mulheres

112

homens

194

doutorandos

57

mestrandos

58

instituições

27

Estados

“ Ficamos muito satisfeitos com a qualidade das propostas desses jovens cientistas. O número recorde indica a consolidação do programa como um efetivo meio de fomentar a pesquisa de campo aplicada no Brasil. São pesquisas que geram conhecimento e podem apoiar a tomada de decisão e futuras políticas públicas”

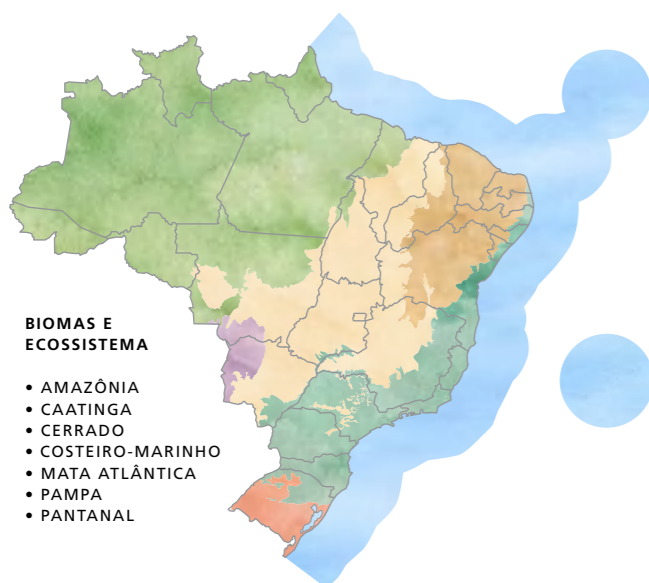
destaca ROSA LEMOS DE SÁ, secretária-geral do FUNBIO e criadora do programa

Essa rede de pesquisadores formada por meio do programa vem sendo consolidada em encontros, promovidos pelo FUNBIO desde 2024 e que neste ano chegaram a sua 4ª e 5ª edição em locais inéditos. Em agosto, foi a vez de Belo Horizonte (MG), onde se reuniram nove bolsistas. Em outubro, o destino foi Manaus (AM), com a participação de seis pesquisadores.

Os eventos são oportunidades dos bolsistas compartilharem suas pesquisas, trocar experiências, inspirar, aprender e consolidar redes de contato e apoio entre eles.

A agenda do Bolsas FUNBIO foi além das fronteiras nacionais. Em outubro, dois pesquisadores do programa, apoiados por meio do Fonseca Leadership Program, tiveram a oportunidade de acompanhar o Congresso Mundial de Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês), realizado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

A bióloga marinha Juliana Fonseca, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o biólogo Daniel Felipe Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), fizeram parte de um time de 17 *fellows* de diferentes países apoiados pelo GEF e puderam apresentar sua pesquisa num palco global, em meio a profissionais de todo o mundo. Os bolsistas receberam ainda um treinamento intensivo de liderança.



BIOMAS E ECOSISTEMA

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- COSTEIRO-MARINHO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL



EM PAUTA

01/08/2023 — SBT NEWS
Salve: plataforma traz dados de quase 15 mil espécies da fauna brasileira quanto a risco de extinção

01/08/2023 — ESTADÃO
Fauna brasileira tem 364 espécies criticamente em perigo de extinção; veja lista

02/08/2023 — TV CULTURA
Quase 400 espécies estão em máximo risco de extinção no Brasil, aponta ICMBio

“Essa é a primeira chance que tivemos de trazer esses estudantes do programa de liderança de todas as regiões do mundo, sendo dois do Brasil, do programa executado junto com o FUNBIO. E é uma oportunidade incrível. Nós vemos nessa juventude uma grande esperança para o futuro da conservação”

destaca ADRIANA MOREIRA, chefe da Divisão de Parcerias do GEF



Encontro fomenta a circulação de conhecimento entre jovens pesquisadores. Foto: Larissa Noguchi

“O objetivo desse *workshop* é ensinar ferramentas que têm a ver com técnica narrativa para que os pesquisadores consigam não só informar as pessoas, mas encantá-las com suas pesquisas. Contar uma boa história faz com que a gente consiga ter um alcance muito maior”

conta SARAH AZOUBEL, bióloga especializada em divulgação científica que ministrou o *workshop*

Foto: Virginia Dandara



O programa homenageia o biólogo Gustavo Fonseca, que por anos atuou à frente da direção de programas do GEF e faleceu precocemente em 2022, deixando um vasto legado em ações de conservação.

A parceria com o GEF permitiu ainda a realização de um *workshop* de divulgação científica, voltado a capacitar os bolsistas em comunicação, apresentá-los a ferramentas narrativas e técnicas, para que eles consigam levar sua pesquisa para públicos cada vez mais amplos.

O treinamento foi dividido em três oficinas virtuais — de setembro a dezembro — e envolveu 20 bolsistas, 13 deles do Fonseca Leadership Program.

O Bolsas FUNBIO financia projetos dentro de quatro linhas temáticas: conservação, manejo e uso sustentável de fauna e flora; recuperação de paisagens e áreas degradadas; gestão territorial para a proteção da biodiversidade; mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

Jovens lideranças da ciência e da conservação

DANIEL FELIPE SILVA

Jovem pesquisador potiguar transforma paixão pela Caatinga em ciência climática

O meteorologista DANIEL FELIPE SILVA, que vive em Natal (RN), começou a descobrir e se apaixonar pela Caatinga durante a graduação. Na época, por meio de uma iniciação científica, teve contato direto com o bioma e resgatou suas próprias raízes da pequena cidade potiguar de João Câmara. **“Foi fazendo viagens a campo que eu percebi o quanto esse bioma é bonito e pouco estudado, além de ser o ecossistema de onde eu vim, no interior do estado”**, conta Daniel.

Essa vivência direcionou sua trajetória acadêmica e profissional e fez com que ele se aprofundasse cada vez mais no estudo dos processos ecossistêmicos do bioma. **“Desde então sigo trabalhando com a Caatinga”**, resume.

Hoje doutorando da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o pesquisador busca entender melhor o papel da Caatinga no sequestro de carbono e na mitigação da crise climática.

“Vi que existia uma lacuna científica real e que os trabalhos que continuamente realizamos podem contribuir de forma concreta para a conservação da Caatinga e para a compreensão do papel dela no ciclo do carbono”, explica o doutorando da UFRN.

O pesquisador irá analisar a dinâmica das trocas de CO₂ com a atmosfera e que fatores ambientais influenciam esse balanço de carbono. As medições serão feitas por uma torre de fluxo instalada na Floresta Nacional de Açú, no município de Açú (RN).

Daniel foi selecionado em 2024 pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, por meio do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança), do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, em tradução livre). Em outubro de 2025, ele foi um dos dois bolsistas brasileiros escolhidos para participar do Congresso Mundial de Conservação da IUCN, o maior encontro de conservacionistas do mundo, sediado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

“Foi uma chance de apresentar para o mundo a Caatinga, que é um bioma tão importante e tão negligenciado, e que só existe no Brasil”, afirma a jovem liderança da conservação da natureza.



Foto: Acervo pessoal

JULIANA FONSECA

Pesquisadora brasileira leva estudo sobre oceanos ao palco global

Certas histórias parecem predestinadas a acontecer. Com o sobrenome FONSECA, que herdou de seu pai, JULIANA se questionava sobre os rumos de sua vida e carreira quando recebeu a notícia de que havia sido selecionada pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, por meio do Programa Fonseca de Liderança, iniciativa do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, em tradução livre). O apoio a jovens cientistas propulsionou sua pesquisa e a levou para palcos inesperados, como o Congresso Mundial de Conservação.

Selecionada na edição de 2024, a doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) investiga a eficácia das unidades de conservação (UCs) marinhas do Brasil. Para isso, utiliza como indicador os peixes recifais, fundamentais para o equilíbrio dos recifes, da vida marinha e também para a segurança alimentar de muitas comunidades. A pesquisa fará uma comparação temporal desses peixes para entender o que houve com essas populações em dez áreas protegidas, com análises de UCs de uso sustentável, que permitem atividades como pesca, e de proteção integral, mais restritivas ao uso.

Entre as áreas analisadas estão Fernando de Noronha, Abrolhos, Atol das Rocas, Costa dos Corais, Arraial do Cabo e o Arquipélago de Alcatrazes. **“A maioria dessas unidades de conservação está localizada em regiões que têm dependência direta do ambiente marinho. Então, mensurar como as UCs marinhas estão sendo efetivas na proteção desses peixes recifais é essencial para que a gente consiga manter o entendimento de como manter a subsistência dessas populações locais”**, afirma.

Os recursos da bolsa do FUNBIO serão fundamentais para realização dos campos, com aquisição de passagens, aluguel de embarcações e também a compra dos equipamentos necessários.

A pesquisa também busca avaliar a situação de espécies chave, como garoupas e budi-

ões, estes últimos já extintos localmente em algumas regiões e ainda sob forte pressão de pesca em outras. **“Meu projeto vai indicar o quão efetivas essas áreas são na proteção desses grupos”**, explica.

Sua pesquisa nos corais brasileiros, ainda em andamento, ganhou holofotes mundiais durante sua participação no Congresso da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês), realizado em outubro nos Emirados Árabes Unidos. A pesquisadora teve destaque num painel organizado pelo GEF em homenagem a Gustavo Fonseca, biólogo que liderou inúmeros programas de conservação ambiental e dá nome ao Fellowship.

“Foi uma oportunidade incrível e também um momento em que pudemos conhecer mais a história do Gustavo Fonseca, que dá nome ao programa do qual eu faço parte, e aprender sobre sua importância para conservação da natureza e carregar um pouco desse legado que ele deixou para a gente”, comenta.



Foto: Acervo pessoal

ISABELA PRADO

As pistas invisíveis no combate ao tráfico de araras-azuis-de-lear

Mesmo após décadas de esforços de conservação, a arara-azul-de-lear ainda enfrenta uma ameaça persistente: o tráfico ilegal. A pesquisadora ISABELA PRADO, selecionada no programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro (2025) pelo Programa Fonseca de Liderança, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), usa pistas químicas deixadas no corpo das aves para revelar a origem de aves vítimas desse crime ambiental e, por meio da análise científica, gerar dados para fortalecer as estratégias de conservação.

Endêmica da Caatinga do Norte da Bahia, a arara-azul-de-lear já esteve à beira da extinção, mas graças a ações de conservação, como proteção do habitat e programas de reintrodução nas últimas décadas, conseguiu se recuperar. Ainda assim, a espécie segue sob risco de extinção. Entre as ameaças, o tráfico se destaca.

Diante disso, a pesquisa de Isabela pretende usar informações químicas presentes em tecidos como penas, sangue e unhas para desvendar a origem e o histórico ambiental recente dos indivíduos.

“Tudo o que o animal consome e o ambiente em que vive deixam registros naturais no corpo”, explica a doutoranda da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no Sul da Bahia. Essas marcas, que os cientistas chamam de assinaturas isotópicas, permitem identificar as características ambientais próprias de cada região, que resultam em combinações distintas, funcionando como registros naturais do local onde viveram ou se alimentaram.

“Quando uma ave é resgatada, muitas vezes não existem informações confiáveis sobre sua procedência ou sobre o tempo que permaneceu em determinado ambiente”, detalha Isabela. **“Podemos usar essas informações para reconstruir parte da trajetória de aves apreendidas no tráfico”**, destaca. Isso abre caminho para decisões mais seguras sobre ações de manejo, como a reintrodução, e até para fiscalização.

Isabela irá a campo nas duas unidades de conservação em que a espécie ocorre: a Estação Ecológica Raso da Catarina e o Parque Nacional Boqueirão da Onça, para coletar amostras biológicas das araras em vida livre. O estudo irá acompanhar ainda indivíduos que passaram por mudanças de ambiente em situações monitoradas, como processos de reintrodução; analisar amostras de aves apreendidas do tráfico; e as assinaturas de animais mantidos sob cuidados humanos no Brasil e no exterior. Esse esforço de coleta irá permitir a comparação entre diferentes contextos ambientais que servirão de base para criação de um banco de dados de referência para futuras ações de conservação da arara-azul-de-lear.

Na prática, os resultados podem orientar estratégias de combate ao tráfico e o planejamento de ações mais eficientes de conservação, destaca. Ao transformar sinais invisíveis em informação concreta, a pesquisa abre novas possibilidades para proteger a arara-azul-de-lear e mostra como a ciência pode ser uma aliada decisiva na conservação da biodiversidade brasileira.

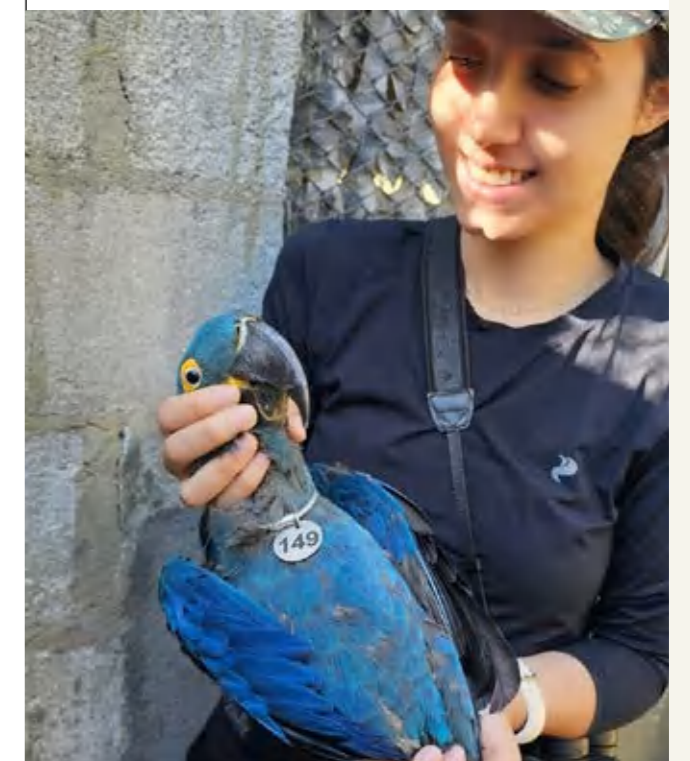


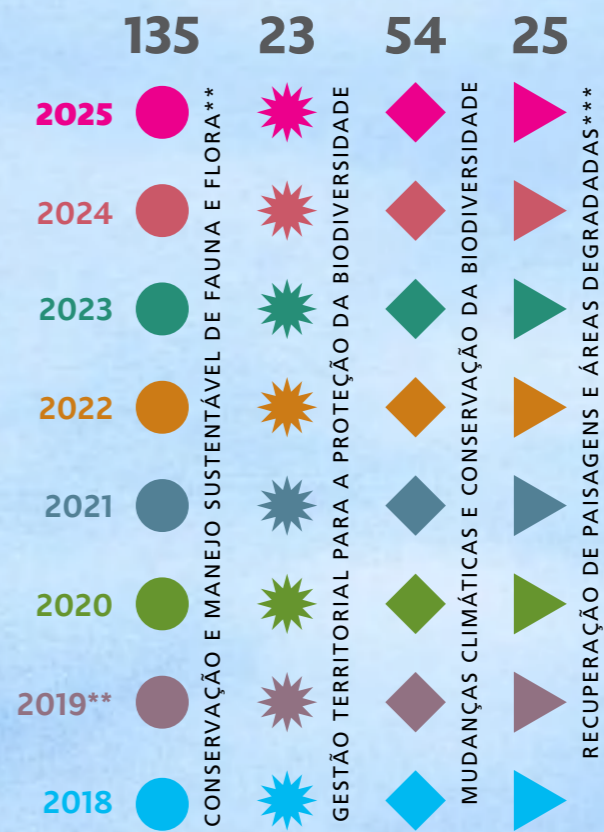
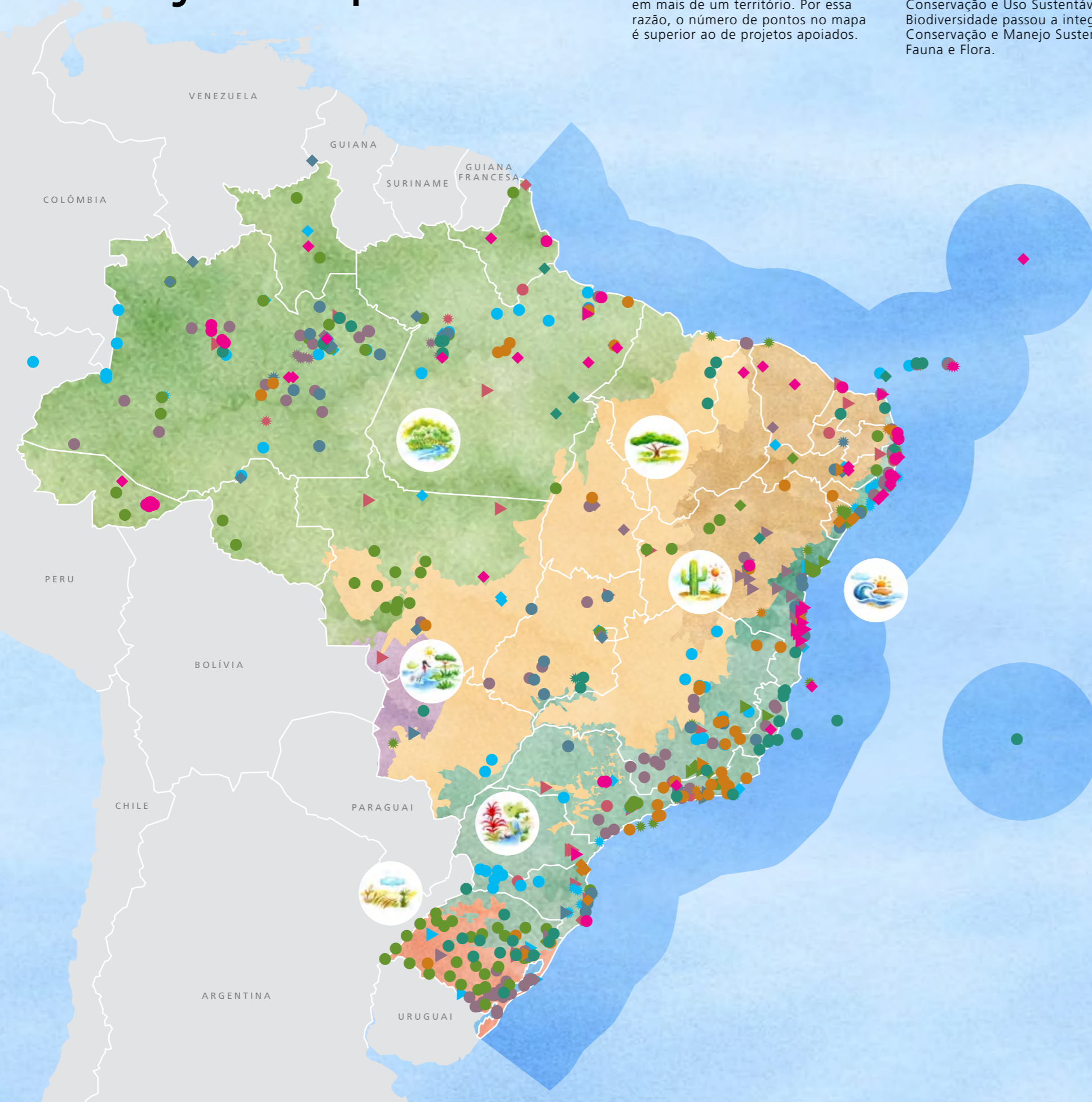
Foto: Acervo pessoal

Projetos apoiados*

*Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

**Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

***Em 2023, não houve pesquisa selecionada neste eixo temático.



BIOMAS



AMAZÔNIA



CAATINGA



CERRADO



MATA ATLÂNTICA



PAMPA



PANTANAL

ECOSSISTEMA



COSTEIRO-MARINHO

OCEANO ATLÂNTICO

FUNBIO na COP30

COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

Uma COP histórica: multilateralismo e ação no território amazônico

O anúncio foi feito em 2022, numa COP do Clima que acontecia na Península do Sinai, entre o mar e o deserto: em 2025, o Brasil seria pela primeira vez anfitrião do evento. Em novembro de 2025, sob o céu azul de Belém, o anúncio se materializava e a COP30 abria as portas para uma edição inédita na Amazônia, bioma central para o equilíbrio climático global. Entre os dias 10 e 21, a conferência que reúne nações signatárias da Convenção do Clima, além de representantes da sociedade civil e de empresas, teve mais de 40 mil credenciados de quase 200 países. E a maior participação de representantes indígenas já registrada numa COP do Clima.

Foi nesse cenário que o FUNBIO participou de mais de uma dezena de eventos, entre eles os anúncios do Vítuke — ‘Nosso’, na língua Terena — (ver p. 88), primeiro fundo indígena desenhado em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e associações indígenas. E o ARPA Comunidades, novo componente da maior iniciativa de conservação de florestas tropicais do planeta, o ARPA, que apoiará as 60 unidades de conservação de uso sustentável integrantes do programa

(ver p. 42). Duas iniciativas centradas nos que vivem na e da floresta, que reconhecem a importância central do conhecimento tradicional para a conservação ambiental, com impacto muito além de territórios e fronteiras.

“O Vítuke é uma plataforma para que os povos indígenas possam acessar diretamente recursos para fortalecer sua gestão e expandir o trabalho em seus territórios. A aplicação deles será em ações complementares àquelas de governo, definidas pelos povos indígenas como prioritárias”, esclarece Rosa Lemos de Sá no evento de lançamento, no lotado Pavilhão Brasil.

“Hoje é um dia histórico na COP, com o lançamento desse fundo que já nasce com um nome que quer dizer ‘nosso’. Nesta que é a COP com a maior delegação indígena da história, estamos felizes em anunciar esse mecanismo para que possamos avançar cada vez mais na proteção do nosso território”, disse Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, no dia do anúncio em Belém. Os anúncios se sucederam na capital paraense,

em que delegados de nações desérticas filmavam encantados os temporais que pontuavam dias e tardes da COP30. No pavilhão dos fundos climáticos, falamos do papel central da sociedade civil no enfrentamento ao desafio do aquecimento global e de projetos de sucesso como o Amazônia Viva, iniciativa de *blended finance* da Natura, da qual somos parte junto com a Vert.

No mesmo dia, no pavilhão da Noruega, foi a vez de dividir com o público os resultados do programa COPAÍBAS, que apoia simultaneamente os dois maiores biomas do Brasil, Amazônia e Cerrado, e vem contribuindo para o fortalecimento das chamadas cadeias da sociobioeconomia, que envolvem conhecimento, comunidades e produtos como o baru. A castanha do Cerrado, reconhecida como superalimento, conquista mercados globais, no rastro de produtos como o açaí, que hoje tem presença mundial. O baru, contudo, é hoje coletado, não cultivado.

Também *off COP*, organizamos em parceria com a Associação Brasileira de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA) o lança-

mento de uma publicação inédita, reunindo apenas autoras mulheres. Com nove artigos, *Mulheres no debate climático: atuação das representantes do sistema de justiça brasileiro* apresenta experiências e visões de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria do Estado e universidades de diferentes estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao chegar ao fim, o histórico encontro na Amazônia, nas palavras da presidência do Brasil na COP30, **“avançou de forma significativa em nossos objetivos comuns: fortalecer o multilateralismo, acelerar a implementação da ação climática e aproximar a agenda climática da vida das pessoas”**. E enfatiza a relevância do caráter colaborativo na construção dos resultados: **“Os quatro eixos da COP — Mobilização, Cúpula dos Líderes, Negociações e Agenda de Ação — produziram resultados concretos que só foram possíveis graças ao empenho e à dedicação de cada um de vocês”**, agradeceram os organizadores, em carta assinada por André Corrêa do Lago, presidente da COP30, e Ana Toni, CEO.

FUNBIO na RedLAC



Na Patagônia, alianças e *storytelling*

Em meados do século XIX, às margens do lago Llanquihue, era fundada a cidade de Frutillar, na Patagônia chilena. Com vista espetacular para vulcões e embalada pelo som de ubíquas bandurrias (o íbis-da-cara-preta, parente maior, de coloração mais discreta e extremamente vocal dos nossos guarás), Frutillar tem o nome inspirado num tipo regional de morango silvestre. Mais de um século e meio após a fundação, a pequena localidade reuniu ideias, vozes e experiências de distintos sotaques na edição 2025 do Congresso da RedLAC, a Rede de Fundos Ambientais da América

Latina e do Caribe, que tem o FUNBIO como um dos membros fundadores.

Com mais de 200 participantes de 34 fundos que representam 20 países, além de representantes de governos e empresas, o evento anual contou com a participação do FUNBIO em painéis sobre desafios e estratégias de áreas protegidas — Manoel Serrão, superintendente de comunicação, levou ao público a extensa experiência do FUNBIO em programas de longa duração como o ARPA, além da criação de fundos que asseguram o financiamento a longo prazo — alianças público-

privadas para o financiamento verde, e também sobre a aplicação da técnica do *storytelling* como ferramenta de alavancagem para a solução de desafios ambientais.

“Histórias são universais e sua estrutura é compreensível independentemente de particularidades locais, regionais ou nacionais. O grupo, heterogêneo, reuniu Craig Henry, CEO do Saint Lucia National Conservation Fund, Jeanelle Mencias, gestora de Comunicação e Marketing do PACT, de Belize, e um escritor e estrategista de relevância histórica, Juan Forch, que

transformou a história do Chile com uma campanha política que inspirou até um filme. O *storytelling* faz com que as partes se enxerguem nos projetos, gera pertencimento, torna compreensíveis ações e resultados do trabalho socioambiental”, disse Helio Hara, gerente de Comunicação e Marketing do FUNBIO, que mediou a discussão em Frutillar.

Em 2026, o Congresso da RedLAC — que em 2016 teve o FUNBIO como anfitrião — acontece em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

PROJETOS COM RECURSOS DE

Doações

No portfólio do FUNBIO, 28 iniciativas são financiadas por meio de doações advindas de fontes filantrópicas e organismos e acordos multi e bilaterais.

Os recursos viabilizam a implementação de programas e projetos voltados a alguns dos principais desafios da agenda ambiental global, em todas as regiões e biomas do país — do fortalecimento da gestão ambiental e da proteção territorial em terras indígenas, como o recém-lançado Vítuke, a iniciativas de restauração ecológica em larga escala, como o Floresta Viva, o maior mecanismo de *matchfunding* para restauração do país, além do apoio à criação, gestão e consolidação de unidades de conservação, por meio de iniciativas como o ARPA e o GEF Terrestre, que impactam positivamente biodiversidade e clima, além de gerar renda.

Conheça todos os projetos.

35	AMAZÔNIA VIVA
37	ARCA
39	ARPA (UCs e Comunidades)
40	— ARPA UCs
novo 41	— ARPA Comunidades
44	CITiNova II
46	COPAÍBAS
50	DATACLIMA+
51	FLORESTA VIVA
novo 54	FLORESTA+ AMAZÔNIA
55	FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR
56	FUNDO AMAPÁ
57	FUNDO CATALISADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA
59	FUNDO DESCARBONIZAÇÃO
61	FUNDO KAYAPÓ
64	FUNDO MARINHO
65	GEF MAR
novo 69	GEF MAR II
70	GEF TERRESTRE
75	MARÉS DO NORTE
76	PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO
novo 78	POP ICMBio PROTEÇÃO
79	POP SECD
81	POP SÍTIO RAMSAR
83	POP SMC
84	PROBIO II
85	REDE OCEANO LIMPO
86	REM MT
87	TRADIÇÃO E FUTURO
novo 88	VÍTUKE

Mecanismo de Financiamento Amazônia Viva

Amazônia Viva

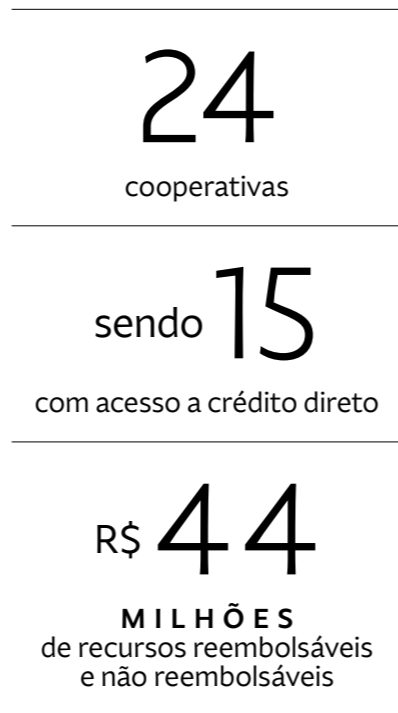
Um dos maiores gargalos na cadeia produtiva da sociobiodiversidade é o acesso ao crédito com assistência técnica para investir e estruturar negócios de base comunitária.

Voltado para o fortalecimento de cooperativas e associações extrativistas que trabalham com produtos amazônicos, como a andiroba e a castanha, e o bem-estar dos que vivem da floresta, o **Mecanismo de Financiamento Amazônia Viva** já beneficia 24 cooperativas, 15 com acesso a crédito direto e todas elas apoiadas por recursos filantrópicos destinados à estruturação e fortalecimento das organizações comunitárias.

O Amazônia Viva funciona por meio de um financiamento híbrido (*blended finance*) que une sob uma mesma governança dois instrumentos, um de crédito e outro filantrópico.

No primeiro, está o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitido e gerido por uma securitizadora, a VERT, que oferece empréstimos às cooperativas agroextrativistas com pouca burocracia e taxa de juros de 8% a 10% ao ano.

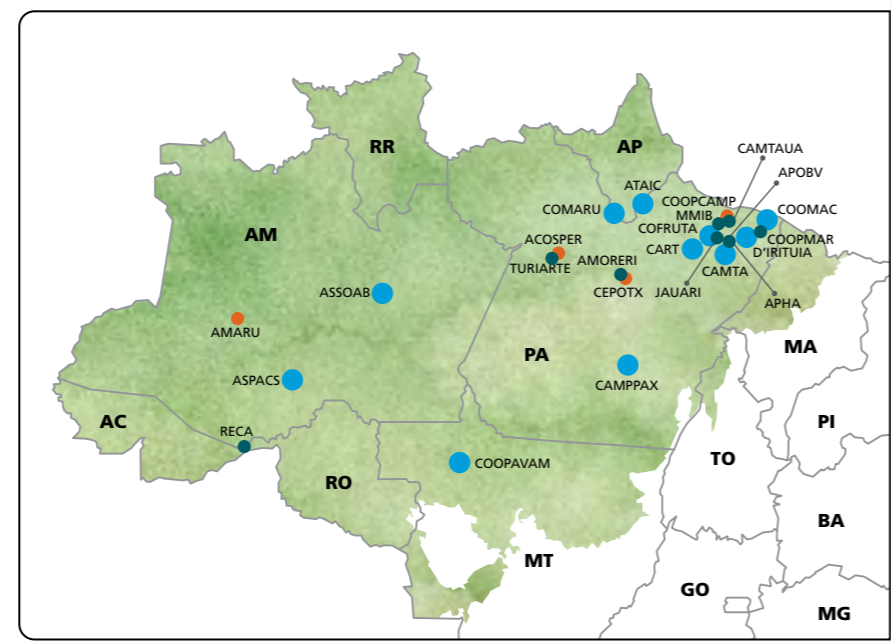
Já o segundo é um fundo filantrópico não reembolsável, chamado Fundo Facilitador (ECF, na sigla em inglês) e gerido pelo FUNBIO. O propósito do ECF é realizar investimentos estruturantes na capacitação das cooperativas e associações, em iniciativas de conservação e no fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade e dos seus respectivos territórios.



O projeto é fruto do investimento da Natura, membro fundador do mecanismo, com aportes iniciais da Good Energies Foundation e do Fundo Vale. Em 2025, o mecanismo ganhou dois novos investidores: o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), com um compromisso de investimento de R\$ 17 milhões na primeira fase, e a International Finance Corporation (IFC), com R\$ 6 milhões. Além disso, o próprio FUNBIO contribuiu para o ECF com um aporte de R\$ 1 milhão.

Com os novos investimentos, o Amazônia Viva alcançou em junho uma mobilização total de R\$ 44 milhões de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

O mecanismo tem como meta de captação chegar a R\$ 50 milhões na linha de estruturação (ECF) e outros R\$ 60 milhões na linha de crédito até 2028.



A sociobiodiversidade valoriza o fruto, o território e quem vive dele.
Foto: Naiara Jinkns

→ Amazônia Viva

Fortalecimento do extrativismo comunitário

Por meio do ECF foram investidos R\$ 6,4 milhões na implementação de nove projetos selecionados na Chamada 18/2024, voltada para a melhoria nas unidades de beneficiamento de cooperativas e associações nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Os projetos, que começaram a ser executados em março, incluem a instalação de painéis fotovoltaicos e sistemas de compostagem; aquisição de equipamentos de segurança; modernização da infraestrutura existente; capacitação em boas práticas de gestão; e manejo de insumos.

No município de Lábrea (AM), a Associação de Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (ASPACS) é uma das contempladas pela chamada. A organização faz a coleta de sementes de murumuru, uma palmeira amazônica rica em óleos, valorizada pela indústria

cosmética. O apoio do projeto permitiu a construção de 25 casas de secagem de sementes e três galpões de armazenamento, além da capacitação dos comunitários, melhoria das técnicas para comercialização, venda por um preço justo e acesso a novos mercados.

Os recursos do ECF deram início também ao projeto de implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) baseados na produção de macaúba (*Acrocomia aculeata*) na região dos municípios de Irituí e Bragança (PA). O plantio da palmeira nativa em consórcio com outros cultivos ajuda ainda na restauração de 25 hectares de área degradada. O fundo filantrópico viabilizou ainda, por meio de parceria com o BID Invest e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o programa piloto de capacitação de jovens em cooperativismo e associativis-

mo da sociobiodiversidade. A formação, com duração de nove meses, foi batizada de Raízes do Futuro. O encontro inaugural foi realizado em agosto, no município de Benevides (PA), e contou com 36 jovens representantes de 18 cooperativas e associações paraenses. O evento tratou de temas como conhecimento do território, ações de comunicação e mudanças climáticas. Dois dos jovens foram convidados a participar da 30ª Conferência do Clima (COP30), em Belém, junto com as equipes da Natura e do IEB.

Além da juventude, as mulheres também estiveram no centro de outra ação: o Plano de Gênero do Mecanismo Amazônia Viva, elaborado com as contribuições de um seminário presencial, realizado em abril, no Pará, com a participação de 18 lideranças femininas de 14 cooperativas e associações agroextrativistas.



Encontro do programa piloto de capacitação de jovens Raízes do Futuro.

O Plano de Gênero do Mecanismo Amazônia Viva reuniu 18 lideranças femininas de 14 cooperativas e associações agroextrativistas em encontro no Pará.

Reunião de culminância de trabalho do programa Amazônia Viva.

Fotos: Marcio Nagano

Acesso a crédito

A linha de acesso a crédito gerida pela VERT concluiu seu segundo ciclo de empréstimos com 100% de adimplência das cooperativas e associações. E, em abril, teve início o terceiro ciclo de crédito, com a adesão de duas novas organizações: a Associação dos Moradores Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU), no Amazonas; e a Cooperativa dos Produtores e Produtoras Rurais de Campo Limpo (COOPCAMP), no Pará.

“O Amazônia Viva trouxe para a associação e seus produtores quatro eixos bem marcantes, que foram o fortalecimento da produção, a geração de renda, a preservação ambiental e benefício tanto para o produtor, que recebeu as casinhas de secagem, o galpão de armazenamento, porque eles não tinham local adequado para armazenar o seu produto, quanto para a associação, que teve autonomia para executar o projeto, para elaborar e ganhar conhecimento em todas essas áreas, com o fortalecimento da sua diretoria”

explica JEANE SOARES, segunda-secretária da ASPACS

→ Áreas Protegidas da Caatinga

ARCA

Ao contrário do que sugerem as imagens de solo seco e rachado que habitam o imaginário popular sobre o sertão, a Caatinga é lar de milhares de espécies de plantas e animais, que fazem com que ela seja considerada o semiárido mais biodiverso do mundo.

“ O GEF, por meio do GBFF, está muito contente em apoiar o ARCA a criar e fortalecer a gestão de áreas protegidas nesse bioma único e de importância global, com base no bem-sucedido apoio do GEF a um programa similar na Amazônia, o Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O investimento no ARCA contempla o apoio direcionado e a capacitação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais para a gestão territorial e o reconhecimento de suas vitais contribuições para a conservação e o uso sustentável da Caatinga.”

CLAUDE GASCON, diretor de Estratégia e Operações no GEF

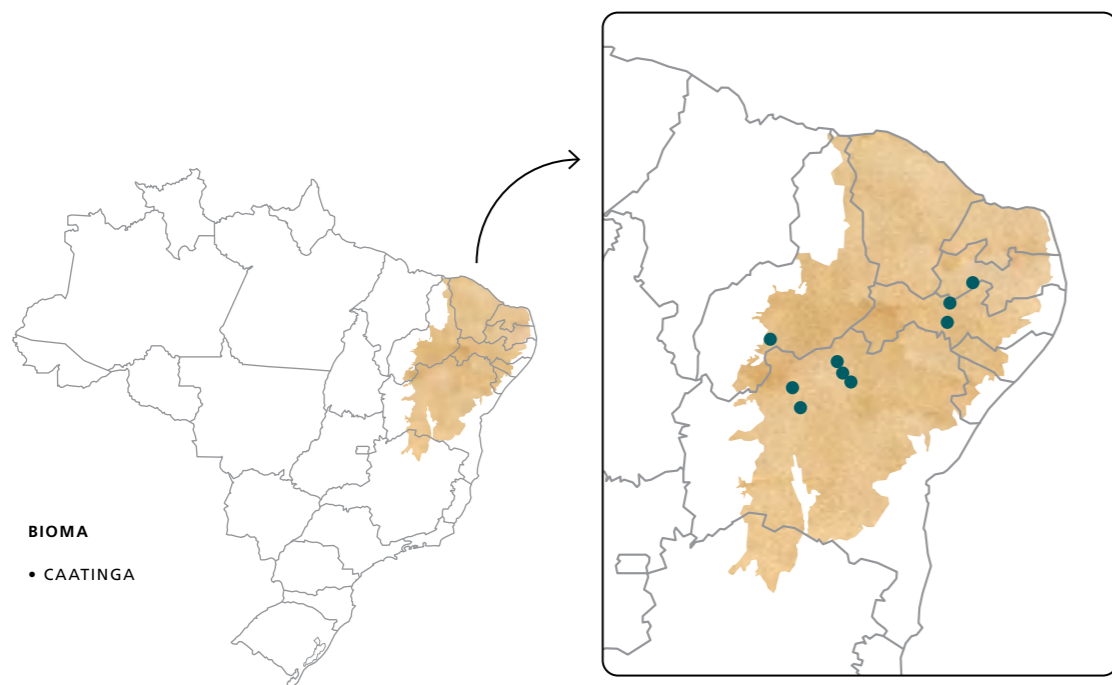
Ainda assim, é um dos biomas mais vulneráveis do país, com menos de 10% do seu território protegido por unidades de conservação (UCs). O projeto **Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA)** tem como missão fortalecer a proteção dessa rica biodiversidade. Para isso, a iniciativa apoia a gestão de nove UCs já existentes, que cobrem cerca de quatro milhões de hectares ao longo de quatro estados: Bahia, Pernambuco, Piauí e Paraíba. O projeto também tem como pilares investir na criação de novas áreas protegidas, apoiar os Planos de Ação Nacionais (PANs) para Conservação de Espécies Ameaçadas e fortalecer as comunidades que vivem no entorno das UCs.

Anunciada em junho de 2024, a iniciativa deu seus primeiros passos ao longo de 2025, com foco no planejamento e no estabelecimento formal de parcerias com os órgãos federal e estaduais responsáveis pela gestão das nove UCs, com destaque para a assinatura de Acordo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em agosto. A expectativa é que as ações

no território comecem a ser executadas no primeiro semestre de 2026.

Entre as metas do ARCA estão: subsidiar a elaboração de sete planos de manejo, documento primordial que norteia a gestão das UCs; apoiar dez PANs de espécies ameaçadas de fauna e flora que ocorrem no território das nove UCs; combater a caça ilegal e o tráfico de animais silvestres; e financiar os estudos para criação ou ampliação de pelo menos 100 mil hectares de área protegida na Caatinga. Em paralelo, o projeto também investirá na implementação e capacitação dos conselhos gestores de cada uma das UCs beneficiadas.

O ARCA é financiado com recursos do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês), sob gestão do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Foi um dos três primeiros no mundo a receberem aprovação do GBFF. Com duração prevista até 2030, o projeto tem execução do FUNBIO e implementação pela WWF-EUA.



Detalhe da flora da Caatinga, bioma considerado o semiárido mais biodiverso do mundo. Foto: Élisson Gomes



→ ARCA

Respeito e escuta das comunidades

Antes de qualquer ação concreta no território, o ARCA deu início à articulação com as comunidades no interior e no entorno das UCs, para fomentar o diálogo e criar um canal formal de escuta dos moradores locais para reclamações e denúncias. Esse esforço prévio tem como objetivo servir de salvaguarda social e ambiental, e garantir que as populações tenham a quem recorrer para quaisquer apontamentos ou eventuais problemas na implementação do projeto.

O fortalecimento de organizações de base comunitária e a ampliação do envolvimento da população com as áreas protegidas são parte dos objetivos do projeto, com foco em ações como a gestão comunitária de recursos, prevenção de incêndios, exploração sustentável e comercialização de produtos naturais como umbu, licuri e mandacaru, e inserção na cadeia de restauração ecológica.

9

unidades de conservação

4

MILHÕES de hectares

4

estados

UCs apoiadas

Parque Nacional do Boqueirão da Onça (BA)

Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça (BA)

Parque Nacional Serra das Confusões (PI)

Parque Nacional Serra Teixeira (PB)

Área de Proteção Ambiental Lagoa de Itaparica (BA)

Área de Proteção Ambiental Lago do Sobradinho (BA)

Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco (BA)

Parque Estadual Mata da Pimenteira (PE)

Estação Ecológica Serra da Canoa (PE)



Parque Estadual Mata da Pimenteira, em Serra Talhada, Pernambuco. Foto: Rodrigo Ferraz

Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ARPA

Em 2025, o **ARPA**, maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta, lançou uma nova iniciativa, o ARPA Comunidades. Com o anúncio, o programa passa a ter duas frentes de atuação: uma voltada à criação e gestão de unidades de conservação (UCs), com ênfase em ações de promoção da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável; e a nova, com foco nas populações que vivem nas 60 UCs de uso sustentável da região, beneficiando cerca de 130 mil pessoas e mais de mil comunidades distribuídas ao longo de 23,7 milhões de hectares de floresta amazônica. A expectativa é de que sejam mobilizados mais de USD 120 milhões em doações.



EM PAUTA

17/11/2025 — EXAME.COM
Amazônia: BID amplia apoio à bioeconomia e ao combate ao desmatamento

17/11/2025 — O((ECO))
Governo e ongs garantem US\$ 120 mi para UCs com povos tradicionais na Amazônia

→ ARPA Criação e Gestão de UCs

ARPA UCs

O ARPA é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com gestão financeira do FUNBIO.

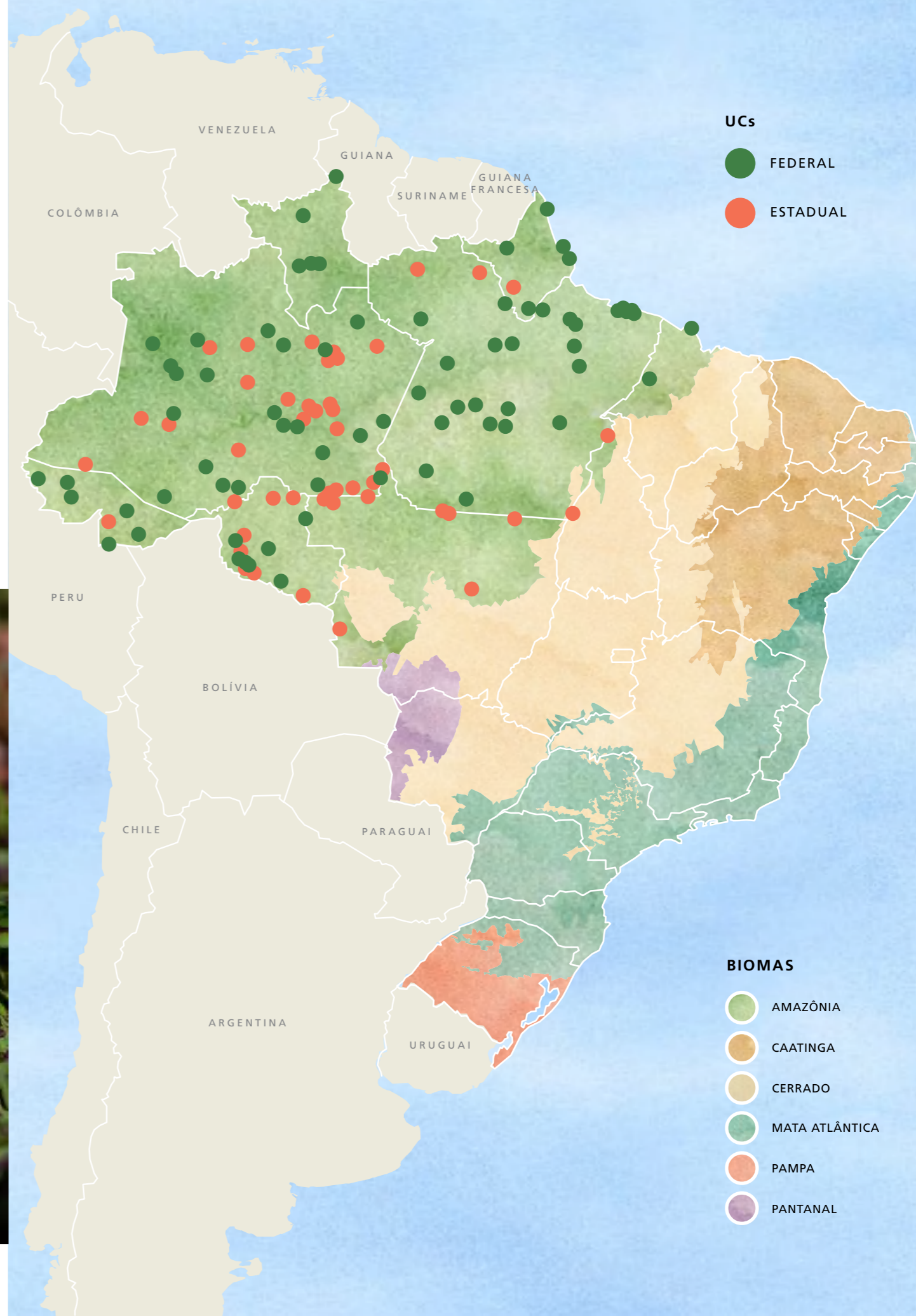
A aprovação dos recursos do programa para o próximo biênio (2026-2027) confirmou o investimento recorde de R\$ 134,23 milhões distribuídos entre 120 UCs, que representam 62,5 milhões de hectares em todos os nove estados da Amazônia Legal. A destinação dos recursos foi planejada de forma participativa ao longo de sete oficinas presenciais com os gestores das áreas protegidas federais e estaduais.

Criado em 2002, o ARPA já ultrapassou a meta de criar seis milhões de hectares de UCs na Amazônia, com um total acumulado de 6.508.707,55 hectares. No biênio (2024-2025) foram adicionados 668.763 hectares de áreas protegidas amazônicas, por meio da criação e ampliação de UCs. Em 2025, foi criado no Amazonas o Refúgio de Vida Silvestre do Sauiim-de-Coleira, com 15,3 mil hectares.

De acordo com o último ciclo (2025) da Ferramenta de Avaliação da Efetividade do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (FAUC), houve um avanço sólido na consolidação das UCs apoiadas, com a maioria delas alcançando níveis altos de implementação de acordo com critérios como elaboração de plano de manejo e criação do conselho (grau I) e pesquisa e monitoramento socioambiental (grau II). Os resultados reforçam a efetividade do ARPA no fortalecimento da gestão das áreas protegidas amazônicas.



Detalhe da fauna amazônica. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



→ ARPA UCs

“ A demanda por apoio ao fortalecimento das comunidades e das cadeias da sociobiodiversidade nas unidades de conservação apoiadas pelo programa ARPA vem de longa data. O programa apoiou anteriormente projetos nessas linhas, mas eram ações pontuais. A ampliação do escopo do programa ARPA, realizada em 2025, incluindo esses dois novos objetivos, levará as RESEX e RDS apoiadas pelo programa a um patamar de implementação, fortalecimento comunitário e geração de renda que são fundamentais para que essas UCs alcancem os objetivos para os quais foram criadas e ampliem os benefícios para as regiões nas quais estão inseridas”

pontua RENATA GATTI, analista da Unidade de Coordenação do Programa (UCP/MMA)

Ao longo do ano foram realizadas 22 capacitações temáticas junto a 270 gestores de 70 UCs para aprimorar os mecanismos de execução do ARPA, que resultaram na implementação de aperfeiçoamentos que permitem um melhor diálogo e fluxo de trabalho entre as partes. Foi criada ainda uma *newsletter* e um grupo de mensagens (lista de transmissão) entre os gestores, para

Alto Xingu

Com descobertas científicas, registros inéditos e um inventário robusto da fauna e flora locais, o livro *Parque Estadual do Xingu: biodiversidade, recursos naturais, importância ecológica e socioambiental*, lançado em setembro, é uma referência para ciência e conservação no estado de Mato Grosso. Com cerca de 95 mil hectares localizados na zona de transição entre Amazônia e Cerrado, o parque protege fauna e flora ricas e diversas.

A publicação é resultado de um esforço de cinco anos de pesquisas, expedições e análises realizadas por uma rede de 162 pesquisadores de 37 instituições distintas, executadas com apoio financeiro do ARPA. O livro é um projeto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema/MT) com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O objetivo é que os dados aprofundem o conhecimento científico sobre o Alto Xingu e subsidiem a

troca de informações e promoção de boas práticas.

Entre 10 e 12 de junho, em Manaus (AM), houve também um treinamento com 64 gestores de todos os órgãos parceiros sobre a operacionalização dos recursos e o uso do sistema interno do FUNBIO, voltado para garantir a eficiência operacional do programa.

elaboração e atualização do plano de manejo do parque; apoiem o planejamento dos gestores em ações de fiscalização e a identificação de áreas prioritárias para a recuperação ou para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo.

Foram identificadas 29 espécies de mamíferos de médio e grande porte, sendo nove ameaçadas, como a onça-pintada (*Panthera onca*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e o tatu-canastra (*Priodontes maximus*).

Os pesquisadores se surpreenderam ainda com a diversidade de insetos registrada: 151 espécies de borboletas, 120 espécies de besouros e formigas de 55 gêneros distintos — entre espécies nunca registradas antes no estado.

O inventário da flora também rendeu descobertas e registros inéditos, entre elas cinco espécies de orquídeas identificadas pela primeira vez em Mato Grosso ou no Centro-Oeste.

“ É uma alegria participar do lançamento deste livro, um trabalho desenvolvido a muitas mãos e com aporte financeiro do programa ARPA, além de recursos estaduais. As pesquisas no parque vão trazer conhecimento da biodiversidade local e a capacitação de muitos alunos que participaram da atividade, além de informações que subsidiarão políticas públicas”

destaca ANA PAULA SANTANA, coordenadora de unidades de conservação do estado de Mato Grosso



RDS Amanã.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

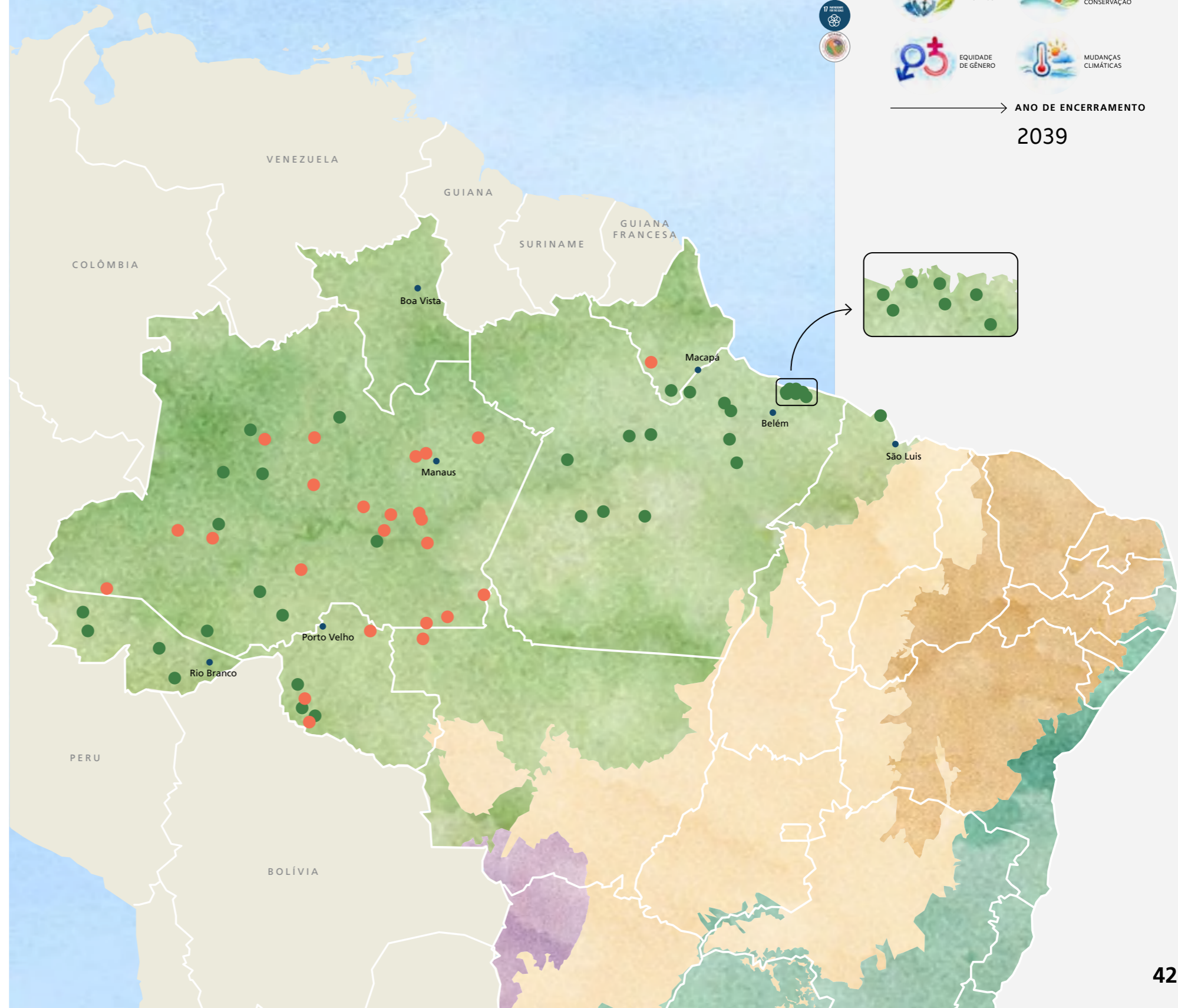
novo ARPA Comunidades

O **ARPA Comunidades** foi anunciado pelo governo federal em novembro, durante a Conferência do Clima (COP30), em Belém (PA). O novo formato inclui como objetivos o apoio ao fortalecimento das comunidades beneficiárias das UCs de uso sustentável e as atividades econômicas provenientes das cadeias da sociobiodiversidade.



BIOMA
• AMAZÔNIA

- UCs**
- FEDERAL
 - ESTADUAL



- NDC**
- ODS**
- PARCEIROS**
 - EMPRESAS
 - GOVERNO
 - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
 - SOCIEDADE CIVIL
- LINHAS TEMÁTICAS**
 - CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS
 - criação e consolidação de unidades de conservação
 - EQUIDADE DE GÊNERO
 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- ANO DE ENCERRAMENTO**
2039

→ ARPA Comunidades

“Esse segundo passo é fundamental, o passo de levar os benefícios às comunidades. A proteção da nossa floresta e da biodiversidade só é possível se fizermos esse processo de retroalimentação. A boa gestão e implementação das unidades de conservação em parceria com as comunidades, tanto as do entorno quanto aquelas nas áreas de manejo sustentável, como é o caso nas reservas extrativistas”

afirmou a ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, MARINA SILVA, durante o evento de lançamento

O ARPA Comunidades tem planejamento de 15 anos (2025-2039) e irá apoiar diretamente 43 reservas extrativistas (RESEX) e 17 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que abrangem cerca de 23,7 milhões de hectares.



RDS Amanã.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



RDS Amanã.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

“Nós da CONFREM temos uma expectativa muito positiva sobre o ARPA Comunidades, que vai ser uma ação transformadora, inclusive dando oportunidade de ampliar as capacidades comunitárias do ponto de vista de implementação de ações concretas na ponta, com elementos como o apoio à produção; o protagonismo das mulheres e da juventude; o acesso a políticas públicas, infraestrutura e alternativas de renda; e o fortalecimento institucional das organizações de base comunitária e a formação de lideranças”

destaca CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS, coordenador de Relações Institucionais da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM)



Lançamento do ARPA Comunidades na COP30, em Belém.
Foto: Helio Hara/FUNBIO

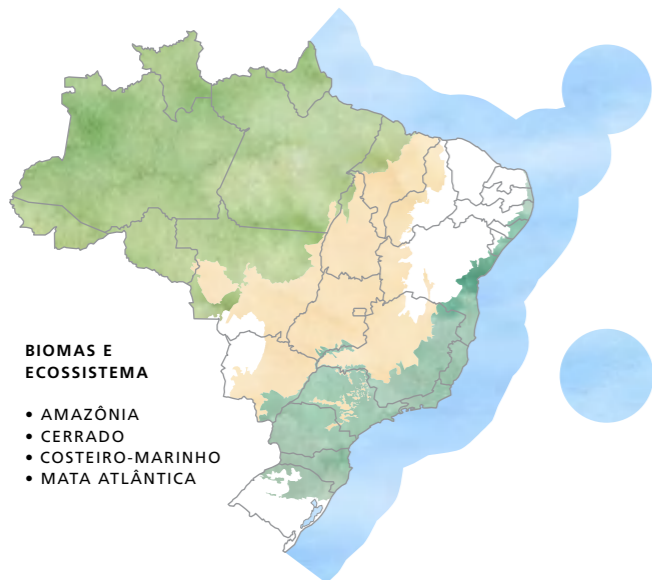
Promoção do planejamento metropolitano integrado e de investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil

CITinova II

No centro dos desafios ambientais e climáticos, as áreas urbanas devem ser também parte da solução, com estratégias para criar cidades mais sustentáveis, reduzindo emissões de gases de efeito estufa e promovendo a conservação da biodiversidade.

Essa agenda está no centro do projeto CITinova II – Promoção do planejamento metropolitano integrado e de investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI). A iniciativa foca em três concentrações urbanas de médio porte que abrangem um total de 30 municípios: a região metropolitana de Belém (PA), a região metropolitana de Florianópolis (SC) e a Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina, que abrange municípios do Piauí e do Maranhão.

Localizada em Florianópolis, a Estação Ecológica (ESEC) Carijós e a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé ajudam a preservar áreas de manguezal e restinga no meio da capital catarinense. Com apoio do CITinova II, um projeto piloto de pesquisa está avaliando e monitorando a qualidade da água das duas unidades de conservação (UCs) e os impactos da expansão urbana, a partir de parâmetros físicos, químicos e biológicos. Além disso, por meio do projeto Tainhota Sentinela, os pesquisadores analisam espécies de peixes e macroinvertebrados consideradas bioindicadores da qualidade do ambiente.



Visita da comitiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Foto: Diego Galba

“Esse apoio do CITinova trouxe um oxigênio novo para o laboratório. Trouxe equipamentos, trouxe gente, reagentes e materiais que permitem a continuidade do trabalho. E as informações que geramos servem para instrumentalizar a gestão e discutir os impactos do Plano Diretor da cidade. Nossos estudos mostram como a expansão urbana afeta a qualidade da água, os serviços ecossistêmicos dessas unidades de conservação, e ajudam a fomentar debates de como mitigar esses impactos e valorizar o papel das áreas protegidas”

conta CLAUDINEI RODRIGUES, analista ambiental do ICMBio na Estação Ecológica e coordenador do laboratório



Destaques da COP30

Durante a 30ª Conferência do Clima (COP30), realizada em Belém (PA), o MCTI e o Ministério das Cidades assinaram um acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Urbano (SINIDU+Clima). A plataforma, que será elaborada em parceria com o CITinova II, apresentará dados sobre território, urbanização e clima para apoiar gestores municipais no planejamento urbano voltado à resiliência climática. O sistema irá consolidar informações estratégicas sobre planejamento ur-

bano, biodiversidade e clima das três regiões metropolitanas abrangidas pelo projeto.

Às vésperas da conferência, a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Inger Andersen, junto à equipe do CITinova II, visitou o Parque Estadual do Utinga e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Durante a visita, a diretora conversou sobre estratégias voltadas à conservação da biodiversidade e mitigação de mudanças climáticas na região metropolitana de Belém.

→ CITinova II

Entre as atividades previstas pelo projeto na região está a implementação de um modelo financeiro inovador que visa a compensar financeiramente os esforços de conservação e manejo sustentável da área do parque e sua zona de amortecimento, que garante serviços ecossistêmicos, como o fornecimento de água.

A região metropolitana de Belém será palco ainda da criação de um mosaico de áreas verdes urbanas, com a implantação de uma governança integrada entre 14 áreas que somam cerca de 17 mil hectares. Com apoio do CITinova II, uma consultoria irá realizar o diagnóstico, com uma síntese do ordenamento territorial e a estruturação de um plano de gestão para o mosaico, que precisará ser ratificado pelo poder público.

“ No Parque Estadual do Utinga, um dos maiores tesouros ambientais de Belém e principal fonte de água potável da região, pude ver de perto como esse trabalho pode gerar impactos reais para quem vive na cidade. O parque enfrenta desafios com a expansão urbana, e o projeto vai atuar junto às comunidades e autoridades locais para proteger essa água tão essencial à vida”

destacou a diretora executiva do PNUMA, INGER ANDERSEN, durante sua visita

Assinatura do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) e o Ministério das Cidades.
Foto: Luara Baggi



Diálogo Nacional

Em junho, foi realizada a segunda edição do Diálogo Nacional-Local. Durante dois dias de evento, autoridades municipais, estaduais e nacionais, bem como profissionais de planejamento urbano de cada uma das três regiões metropolitanas se reuniram em Teresina (PI) para discutir o fortalecimento da governança metropolitana e interfederativa. O encontro contou com palestras sobre bons modelos de cidades ao redor do mundo e abordou a articulação das agendas globais com a gestão local, os desafios atuais e avanços na cooperação metropolitana.

Lançado em 2023, o CITinova II é financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e executado numa parceria entre o FUNBIO e o MCTI.



Visita de monitoramento

Solução local, impacto global

Em 2025, o CITinova II deu início aos Pilotos de Baixa Emissão em Belém (PA), Florianópolis (SC) e na aglomeração Teresina-Timon, que serão executados pelo Consórcio Clima, composto por quatro empresas: Certare Engenharia e Consultoria Ltda., MYR ESG Solutions, MCrit Multicriteria Planing e G&G Klima.

A iniciativa, com investimento total de R\$ 3,2 milhões, mira criar soluções locais dentro das áreas urbanas — uma rua em Belém, uma quadra de Teresina e um distrito de Florianópolis — que possam reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A expectativa é que essas ações locais possam ser replicadas em outros municípios e estados com contextos similares para dar escala à redução das emissões.

Para desenvolver essas estratégias, que podem ir desde mobilidade, soluções baseadas na natureza, saneamento e economia circular, serão realizadas oficinas participativas junto a lideranças locais, representantes do poder público, especialistas e a população geral.

Em outra frente, o CITinova II fez a contratação, em setembro, do Plano de Ação Climática e Tecnológica para as três regiões do projeto. O planejamento, elaborado de forma participativa, será entregue no final de 2026 e ajudará a apontar os caminhos e ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável, mitigação e adaptação das mudanças climáticas, alinhado aos compromissos internacionais do Brasil.

→ Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado

COPAÍBAS

Composto por uma unidade de conservação (UC) e seis terras indígenas (TIs), o Mosaico Gurupi, oficializado em junho, é um marco para a política ambiental e conservação da natureza no Brasil.

Formalizado com apoio do programa **COPAÍBAS – Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado**, o mosaico é o primeiro a ser reconhecido com uma composição de apenas uma UC, a Reserva Biológica Gurupi, em interface com outras áreas protegidas em maior número, no caso, as seis TIs: Araribóia, Caru, Rio Pindaré, Alto Turiaçu, Awá e Alto Rio Guamá.

59

terras indígenas apoiadas

26

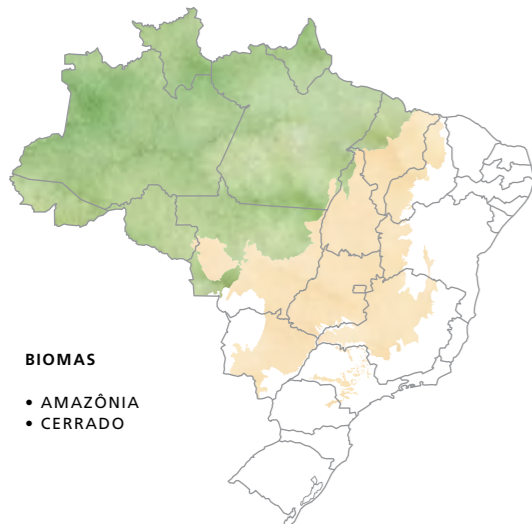
unidades de conservação apoiadas



Lideranças celebram a formalização do Mosaico Gurupi. Foto: Andreza Baré/Acervo ISPN



Parque estadual do Biribiri, Serra do Espinhaço, MG. Foto: Augusto Gomes



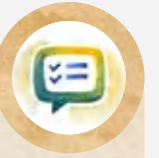
BIOMAS
• AMAZÔNIA
• CERRADO



→ FINANCIADOR
Norwegian Ministry of Foreign Affairs (Embaixada da Noruega)

Localizado na Amazônia, entre os estados do Pará e do Maranhão, as áreas cobrem aproximadamente 46 mil km². O instrumento promove a gestão integrada entre as sete áreas protegidas para fortalecer a atuação e a conservação da natureza no território.

Até então, a legislação exigia pelo menos duas UCs para criação de mosaicos. O novo entendimento sobre áreas protegidas é fruto de um intenso processo de mobilização que envolveu organizações da sociedade civil, lideranças indígenas e órgãos como o ICMBio, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério de Igualdade Racial.



EM PAUTA

06/10/2025 — G1
Série RECA: Agrofloresta movimentada economia e recuperação de áreas degradadas em RO

30/01/2025 — FOLHA DE S. PAULO
Conheça o baru, a castanha exportada para os EUA e ainda desconhecida no Brasil

26/03/2025 — O GLOBO
Filha do seringueiro Chico Mendes fala sobre a presença da mulher no campo em podcast

01/04/2025 — ((O))ECO
Futuro é uma palavra feminina

04/04/2025 — ((O))ECO
Participação feminina na conservação é tema de publicação e podcast

03/10/2025 — GLOBO.COM – UM SÓ PLANETA
RECA: da fronteira esquecida ao laboratório amazônico de agroflorestas

→ COPAÍBAS

“Para nós, povos indígenas do estado do Maranhão que compõem o Mosaico Gurupi, nós demos um grande passo na união do território com esse reconhecimento. Isso acende uma luz de esperança de que nós, unidos e fortalecidos, podemos conseguir coisas ainda maiores”

acredita a liderança MARCILENE LIANA GUAJAJARA, coordenadora-geral da Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA)

20,5
MILHÕES
de hectares de áreas protegidas beneficiadas (TIs e UCs)

+ de R\$ 120
MILHÕES
já executados

A articulação resultou num parecer jurídico inédito da Advocacia-Geral da União (AGU), que reconhece a gestão integrada já praticada no território do Gurupi e abre o caminho para oficialização de mosaicos com composições semelhantes.

O programa COPAÍBAS apoia um total de 59 terras indígenas, onde vivem 73 povos indígenas, que cobrem cerca de 18,6 milhões de hectares em 10 estados (Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Minas Gerais).

“Nós avançamos muito dentro dos territórios com o COPAÍBAS e as organizações contempladas pelo programa. Esse apoio contribuiu muito para o fortalecimento institucional e interno, do conhecimento e da cultura indígena”, acrescenta Marcilene.



Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

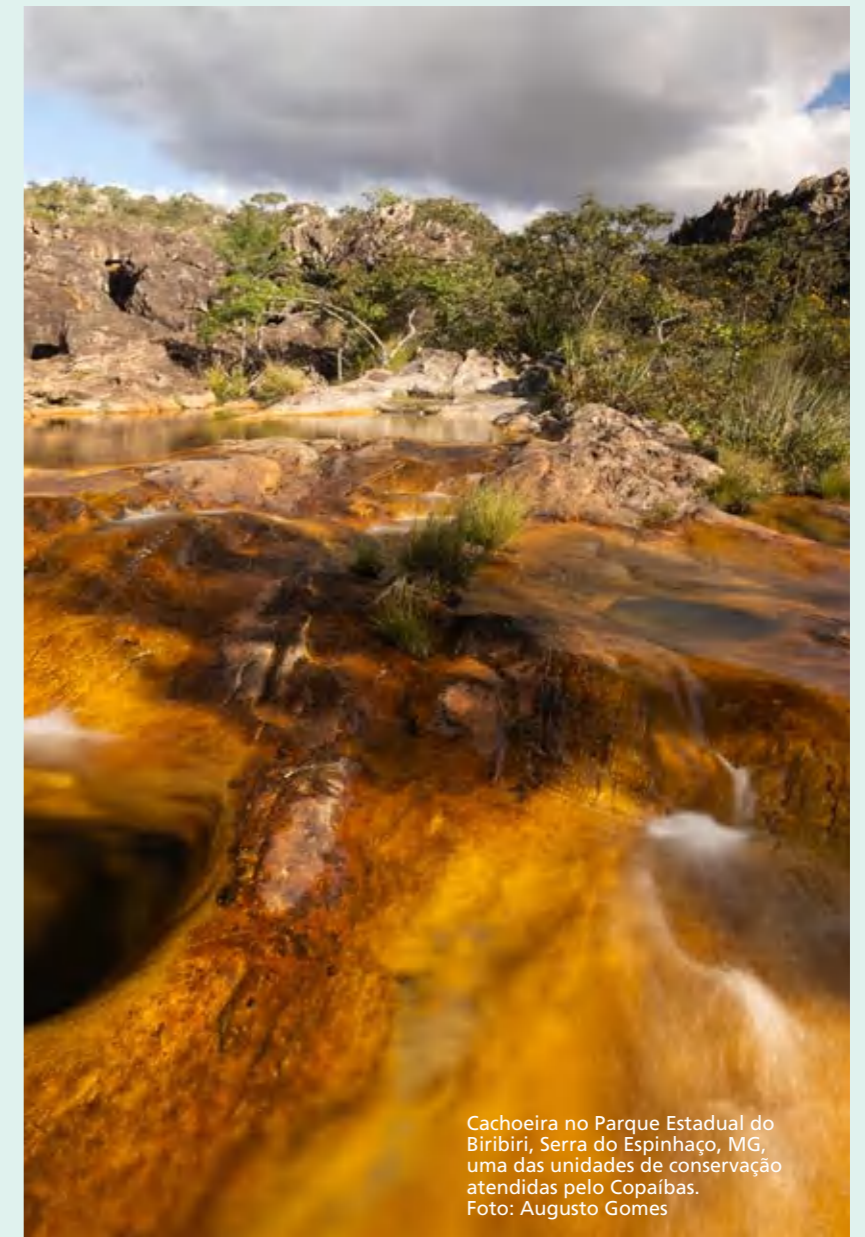
Unidades de conservação

O programa apoia ainda um total de 26 UCs — sendo 21 estaduais e cinco federais — que protegem cerca de 1,9 milhão de hectares nos dois biomas, distribuídos em cinco estados: Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os recursos do COPAÍBAS viabilizam a elaboração de planos de manejo e uso público, criação e funcionamento dos conselhos, assim como ações que reforçam a gestão e proteção das UCs.

Uma nova chamada, aberta em dezembro de 2024, selecionou nove projetos, com um investimento total de R\$ 5 milhões, que visam à atuação não apenas dentro de UCs como o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, mas também no entorno das áreas protegidas.

Os recursos do edital serão destinados para o apoio às ações de estruturação e fortalecimento de brigadas voluntárias e comunitárias já existentes e criação de novas, implementação de melhorias de sistemas e ferramentas tecnológicas para o monitoramento e emissão de alertas de incêndios florestais, como forma de acelerar o tempo de resposta ao fogo.

Em paralelo a esse esforço, o programa apoiou a elaboração de três Planos de Manejo Integrado do Fogo nos parques estaduais Serra do Cabral (MG), Mirador (MA) e Serra Dourada (GO).



Cachoeira no Parque Estadual do Biribiri, Serra do Espinhaço, MG, uma das unidades de conservação atendidas pelo Copaiabas. Foto: Augusto Gomes



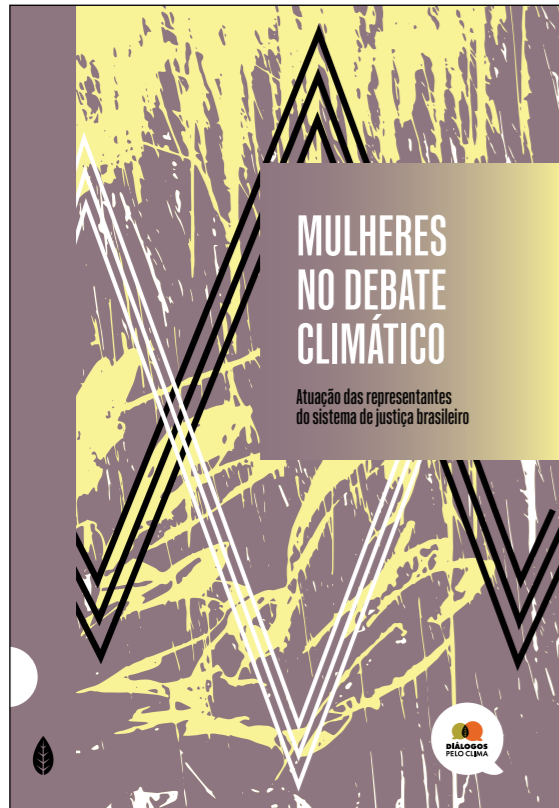
EM PAUTA

27/10/2025 — JOTA
Rastreabilidade da carne brasileira: o ‘fim do começo’ na era das exigências globais

29/10/2025 — ((O))ECO
Cupuaçu reinventado: RECA eleva produção do fruto amazônico com Sistemas Agroflorestais

26/11/2025 — JOTA
A construção do Redd+ Jurisdicional no estado do Pará

→ COPAÍBAS



Lançamento do sexto livro da coleção Diálogos pelo Clima, durante a COP30, em Belém. Foto: Hélio Hara/FUNBIO

COPAÍBAS na COP30 e Diálogos pelo Clima

O COPAÍBAS esteve presente na 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), realizada em Belém (PA). O programa ganhou espaço dentro do próprio Pavilhão da Noruega, durante o painel Novas vozes para um novo futuro. Por meio da Iniciativa Internacional da Noruega pelo Clima e Florestas (NICFI), financiadora do COPAÍBAS, o país abriu as portas para celebrar os resultados da parceria estratégica pela conservação dos dois maiores biomas brasileiros. O evento teve a participação de Manoel Serrão, superintendente de programas do FUNBIO, José Godofredo Pires dos Santos, promotor do Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), Andréia Mello, especialista em biodiversidade e líder da iniciativa Diálogos pelo Clima, Mayk Arruda, da Central

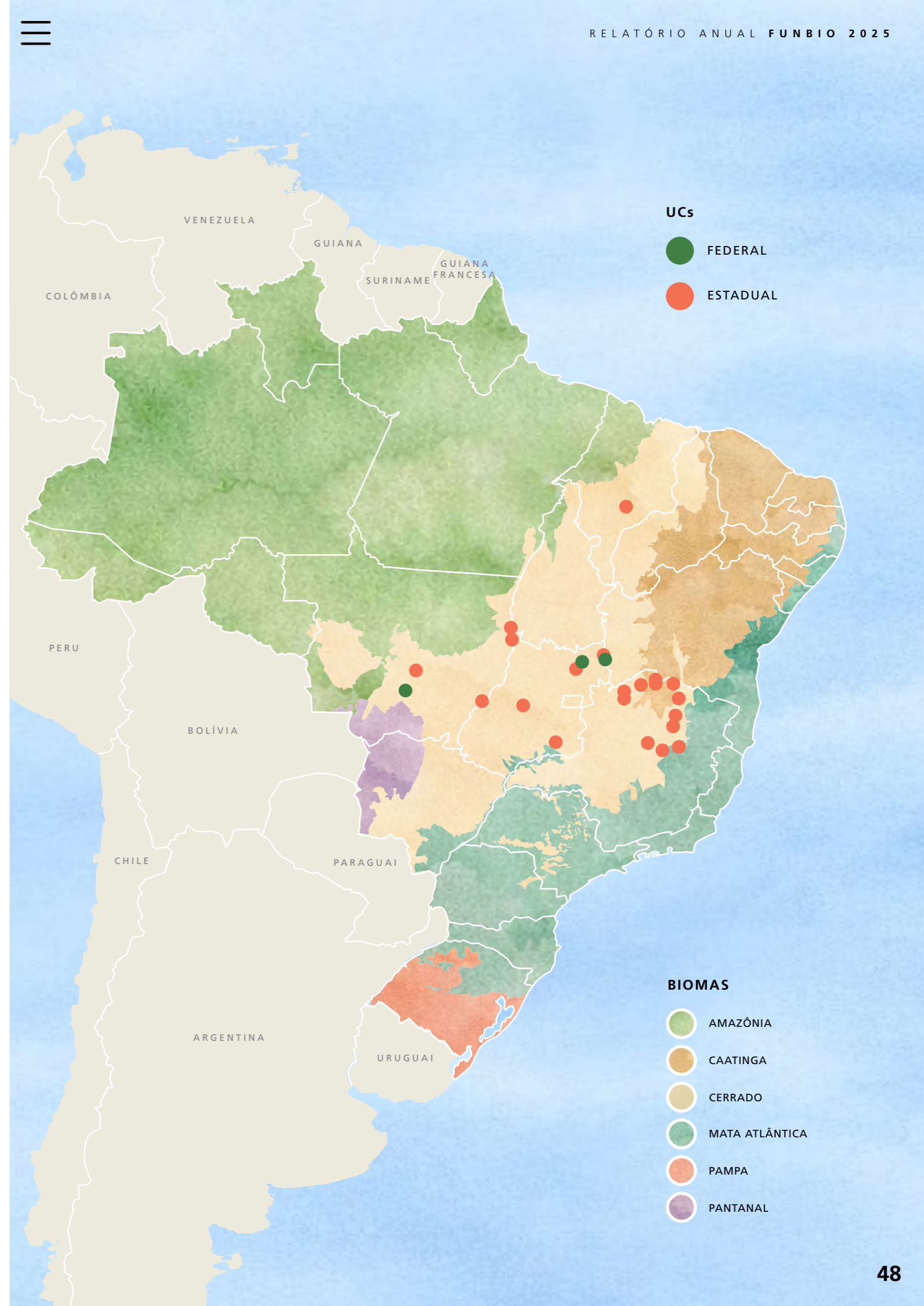
Cerrado, e Jaime Siqueira, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Iniciativa do COPAÍBAS, o Diálogos pelo Clima também marcou presença na COP 30, com o lançamento do sexto livro da coleção – e o quarto do ano (**acesse todas as obras on-line**). Com o título *Mulheres no debate climático: atuação das representantes do sistema de justiça brasileiro*, a obra, bilingue, apresenta nove artigos escritos integralmente por mulheres, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria do Estado e universidades de diferentes estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Diálogos pelo Clima visa a engajar profissionais do sistema

de justiça no debate climático e ambiental, promover troca de ideias, criar redes para construção de soluções e orientar o papel do judiciário no contexto das crises climáticas e da perda de biodiversidade. O projeto tem parcerias com os Ministérios Públicos do Maranhão e do Pará, com o Ministério Público Federal no Amazonas e com o Fórum de Procuradores de Estado do Meio Ambiente da Amazônia Legal (FOPEMA).

Ainda durante a COP30, a iniciativa promoveu uma roda de conversa, na Casa do Jornalismo Socioambiental, com o tema Segurança pública ambiental no contexto das mudanças climáticas, com a participação de procuradores da República e promotores de Justiça.



→ COPAÍBAS

Parceria Brasil e Noruega

Em julho, a Embaixada da Noruega, em Brasília, já havia celebrado a parceria durante um evento preparatório para a COP30, que reuniu autoridades brasileiras e norueguesas, representantes indígenas e membros do sistema judiciário brasileiro. O evento contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Internacional da Noruega, Åsmund Aukrust, e do então embaixador da Noruega, Odd Magne Ruud, que reforça-

ram o papel da cooperação no avanço de soluções para o clima.

Iniciado em 2020, o programa COPAÍBAS é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI), do Ministério das Relações Exteriores da Noruega, com gestão técnica e financeira do FUNBIO. A iniciativa busca contribuir para a redução do desmatamento nos dois maiores biomas

do Brasil, por meio do apoio a quatro eixos estratégicos: fortalecimento das unidades de conservação no Cerrado, apoio à gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia e no Cerrado, promoção de diálogos sobre temas ligados às mudanças climáticas junto aos representantes do sistema de justiça brasileiro e fortalecimento das cadeias de valor e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade.



Encontro de gestores e pontos focais das unidades de conservação (UCs) parceiras do programa COPAÍBAS na sede do FUNBIO, em dezembro. Foto: Mariana Menezes/FUNBIO

2º Encontro de Gestores e Gestoras

Em dezembro foi realizado o 2º Encontro de Gestores, Gestoras e Pontos Focais das unidades de conservação (UCs) parceiras do programa COPAÍBAS.

O evento reuniu cerca de 60 participantes de cinco estados para troca de experiências, aprendizados e apresentação de resultados. Ao longo de cinco dias, foram debatidos temas como gestão socioambiental, comunicação, articulação local e manejo integrado do fogo.

Os dados relacionados ao monitoramento da biodiversidade nas UCs também foram destaque. No

Parque Estadual Mirador (MA), o maior parque estadual do Cerrado, o programa apoiou estudos sobre o ameaçado gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*). O felino, que ocorre desde a América Central até a Argentina, tem no Mirador a sua única população viável em longo prazo no mundo dentro de uma área protegida.

Já em Minas Gerais, na Serra do Espinhaço, o COPAÍBAS investiu em levantamentos da fauna e da flora, que revelaram mais de 70 espécies de anfíbios e répteis no Parque Estadual Caminho dos Gerais e a descoberta de três espécies de plantas.

“O projeto COPAÍBAS é um exemplo da parceria estratégica entre a Noruega e o Brasil na luta contra o desmatamento e na promoção do desenvolvimento sustentável. Nosso apoio a esta iniciativa reflete o compromisso mútuo de proteger biomas tão vitais como a Amazônia e o Cerrado. Ao integrar o trabalho com comunidades tradicionais, povos indígenas e a gestão de Áreas Protegidas, o COPAÍBAS aborda de forma abrangente os desafios ambientais e sociais, sendo um passo fundamental para um futuro mais verde e próspero para ambos os países”

ênfaticamente o embaixador da Noruega, ODD MAGNE RUUD



Foto: Priscila Boschini/Acervo Copabase

Safra recorde de cupuaçu e a cadeia da sociobiodiversidade

Outro eixo estratégico de investimento do COPAÍBAS é o fomento à geração de renda associada aos produtos da floresta. Uma das referências nesse trabalho é o RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado), que atua há quatro décadas na região da Ponta do Abunã, entre os estados de Rondônia, Acre e Amazonas. Com apoio do COPAÍBAS desde 2023, por meio do projeto Cooperar para Avançar, o RECA viabilizou o manejo de 800 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que permitiram o aumento da produtividade em cultivos como pupunha, açaí, castanha-da-amazônia e cupuaçu. Este último foi destaque em

2025 com uma safra recorde de 2,2 milhões de quilos, ultrapassando com folga o 1,3 milhão do ano anterior.

“Hoje vejo que a floresta que muitos queriam derrubar se transformou em renda. Eu ajudei a plantar essa semente e me alegra ver que deu certo”, divide a produtora Aldenia dos Santos Gama, que possui 98 hectares, sendo quase 90 destinados a projetos de carbono e SAFs com cupuaçu, açaí e castanha.

O trabalho do RECA beneficia 450 produtores e geração de renda para mais de quatro mil pessoas em trabalho direto e

indireto. O apoio do programa permitiu ainda a construção de dois galpões de produção de compostagem orgânica, a compra de equipamentos, a reforma do centro de vendas e capacitações como a de boas práticas na agroindústria.

O COPAÍBAS apoiou um total de 22 projetos voltados para 16 cadeias produtivas distintas, como pequi, baunilha e baru, no Cerrado, e o açaí e a produção de óleos vegetais na Amazônia. Ao todo, são 20 cooperativas e associações beneficiadas, e um acumulado de mais de seis mil participantes em capacitações sobre práticas econômicas sustentáveis.



COPAÍBAS

COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO



Fortalecimento do sistema nacional de transparência no Brasil no âmbito do Acordo de Paris

DataClima+

O projeto Fortalecimento do sistema nacional de transparência no Brasil no âmbito do Acordo de Paris (DataClima+) tem como missão garantir a sistematização e a publicização dos dados relacionados às ações de mitigação, adaptação, apoio e financiamento do combate às mudanças climáticas no Brasil.

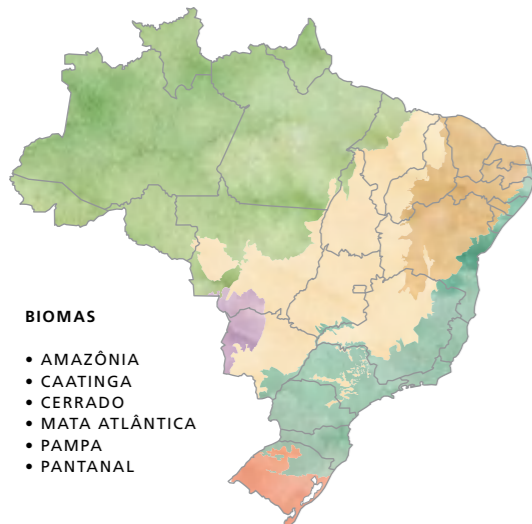
Para isso, a iniciativa investe em tecnologia e no desenvolvimento de sistemas automatizados que deem agilidade à divulgação dos dados e produção de relatórios de acompanhamento que devem ser submetidos a cada dois anos. Em desenvolvimento, o novo Sistema Nacional de Transparência Climática do Brasil foi anunciado durante a 30ª Conferência do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA), no pavilhão do Brasil. A plataforma será um marco na gestão de dados climáticos e centralizará as principais

informações relacionadas à mudança do clima no país.

O projeto, assinado em 2024 e com duração prevista até 2028, é executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com coexecução do FUNBIO, tem o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como agência implementadora e recebe recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Ao todo, está prevista a execução de mais de R\$19 milhões.

“ O País passará a contar com uma infraestrutura única de dados climáticos que garante qualidade, consistência e segurança das informações. Essa é mais uma ação, uma resposta concreta do Brasil para atender aos compromissos internacionais e contribuir para a construção da confiança e da reputação na área climática ”

afirma ANDREA LATGÉ, secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI



- BIOMAS**
- AMAZÔNIA
 - CAATINGA
 - CERRADO
 - MATA ATLÂNTICA
 - PAMPA
 - PANTANAL

Novo Sistema Nacional de Transparência Climática do Brasil foi anunciado durante a 30ª Conferência do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA), no pavilhão do Brasil. Fotos: Lidia Duarte

O sistema DataClima+ será composto por cinco módulos, orientados de acordo com as regras da Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF, na sigla em inglês) do Acordo de Paris. Os dados irão incluir o inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; o acompanhamento das metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC); informações sobre adaptação à mudança do clima, como vulnerabilidades, riscos e impactos climáticos; de políticas públicas de mitigação e adaptação; e de financiamento climático, tecnologia e capacitação. Durante a COP30, foi lançado o **site da iniciativa**.

O pontapé inicial efetivo do DataClima+ foi a contratação, em abril, de uma consultora técnica chefe, posição responsável por liderar a articulação com o MCTI e outras instituições, e coordenar a mobilização dos esforços do projeto.

Posteriormente foram feitas outras contratações estratégicas: a da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização social vinculada ao MCTI e parceira desenvolvedora, a quem caberá o desenho e elaboração do sistema; e a de empresas especializadas em gerência de tecnologias da informação e de transparência climática. O projeto irá investir ainda em programas de formação para servidores públicos, pesquisadores e sociedade civil, ampliando o uso responsável e qualificado das informações que serão disponibilizadas.



“ A construção do DataClima+ marca o início de uma nova era na governança climática brasileira. Reunimos tecnologia de ponta, processos robustos e, acima de tudo, pessoas capacitadas para transformar dados em ações concretas pelo clima ”

destaca MÁRCIO ROJAS, coordenador-geral de Ciência do Clima do MCTI, unidade responsável pela implementação do projeto

→ Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro

Floresta Viva

Maior *matchfunding* para restauração ecológica do país, o **Floresta Viva** investiu em 2025 um total de R\$ 26,9 milhões para apoiar 46 projetos voltados para recuperar a vegetação nativa e fortalecer a cadeia produtiva por trás desse esforço em todos os biomas brasileiros.

Na metade da Década da Restauração e com o compromisso do país de recuperar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030, o projeto segue sendo uma força para catalisar os investimentos nessa agenda, com 15 editais já lançados e cerca de nove mil hectares em processo de restauração. As ações promovem benefícios ambientais e sociais, como a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da gestão de territórios importantes, como unidades de conservação e terras indígenas, a segurança hídrica, a mitigação dos impactos da crise climática e a criação de emprego e renda.

“ O Floresta Viva é uma das maiores iniciativas de restauração ecológica do Brasil: ele beneficia tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais”

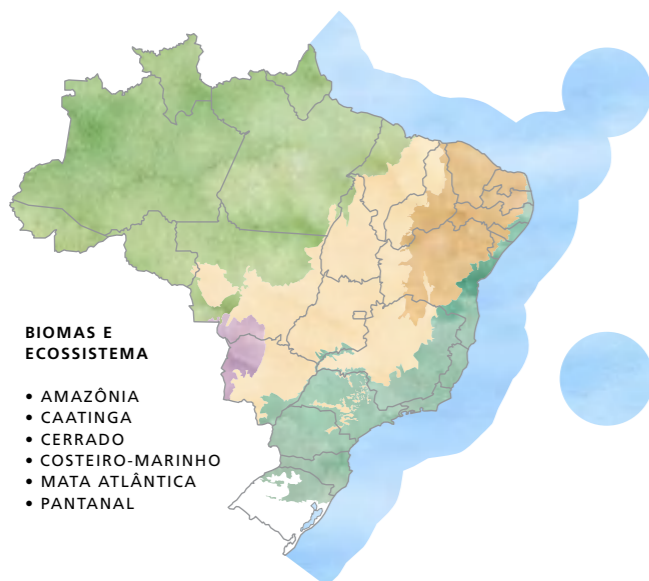
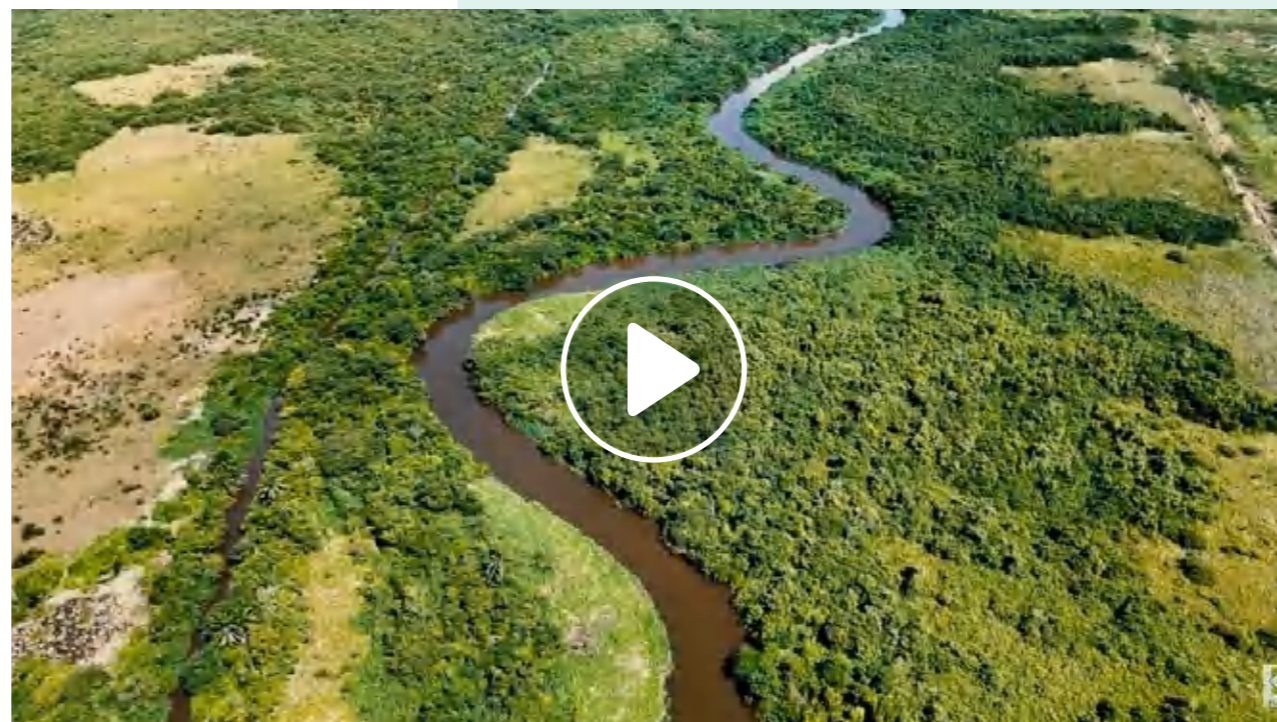
destaca o presidente do BNDES, ALOIZIO MERCADANTE

O Floresta Viva é uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), lançada em 2021, com o propósito de atrair e impulsionar investimentos em projetos de restauração ecológica e sistemas agroflorestais nos biomas do país. Metade dos recursos são oriundos do Fundo Socioambiental do BNDES e a outra metade de instituições apoiadoras (empresas, fundações, associações privadas e órgãos públicos) que aderem voluntariamente ao projeto.

O FUNBIO é o gestor do projeto, que tem duração prevista até 2030. Desde seu lançamento já foram mobilizados em torno de R\$ 350 milhões para viabilizar a restauração da vegetação no país e o fortalecimento dessa cadeia produtiva.

Atualmente com 46 projetos em execução, a previsão é que o Floresta Viva alcance em torno de 100 projetos até o final de 2026, ampliando assim a escala e chegando a pelo menos 15 mil hectares em processo de restauração.

O programa catalisa investimentos em projetos de restauração ecológica e sistemas agroflorestais nos biomas do país.



46

projetos contratados

54

unidades de conservação

13

terras indígenas

→ Floresta Viva

Investimento em conectividade

Mais do que apenas recuperar a vegetação, os investimentos do projeto visam locais estratégicos e prioritários que permitam reconectar as áreas naturais. Com um aporte de R\$ 47 milhões distribuídos em 12 projetos ao longo de cinco estados e Distrito Federal, o edital Corredores de Biodiversidade visa a fortalecer a conexão dos remanescentes de vegetação nativa no Cerrado e no Pantanal. O edital tem a Petrobras e o banco alemão KfW como instituições apoiadoras. A previsão é que sejam restaurados 2.700 hectares no total.

Uma das organizações contempladas na chamada é a Araticum, que atua junto à Rede de Sementes do Cerrado (RSC), com o objetivo de restaurar 200 hectares em áreas chave como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Território Quilombola Kalunga.

A iniciativa busca promover a inclusão social, fortalecer a economia local e destacar o papel das comuni-

dades tradicionais como guardiãs e detentoras de saberes sobre o uso, manejo e cuidado com o bioma. O projeto irá envolver diretamente quatro grupos de coletores de sementes e restauradores comunitários, com destaque para a inclusão de mulheres e jovens.

Além disso, serão realizados encontros regionais e treinamentos voltados para grupos comunitários, instituições e gestores, para aprimorar a cadeia produtiva da restauração. Também serão feitos investimentos em inovação e estudos sobre a fisiologia das sementes para potencializar o esforço de restaurar.

Como parte do edital, foi realizada ainda uma capacitação com os representantes das 12 instituições selecionadas, além de especialistas, lideranças comunitárias e organizações comprometidas com a restauração ecológica e a conservação do Cerrado. O encontro foi organizado em fevereiro, em Alto Paraíso de Goiás.

5

novos editais em curso

120

municípios de

18

estados e Distrito Federal

8,2

MIL hectares em processo de restauração

“

Nosso compromisso vai além de restaurar 200 hectares. Queremos transformar realidades, fortalecer comunidades e garantir um futuro sustentável para o Cerrado. O projeto Floresta Viva é uma combinação de ciência, tradição e parcerias para proteger um bioma fundamental ao Brasil e ao mundo. Mais do que restauração ecológica, este projeto busca continuar transformando a relação das comunidades com o Cerrado, gerando renda e promovendo igualdade, um trabalho que já vem sendo realizado pela Rede Sementes do Cerrado”

pontua ANABELE GOMES, presidente da Rede Sementes do Cerrado (RSC)

“

Esses editais voltados pro Cerrado são fundamentais. A maior iniciativa de restauração hoje em curso no bioma é o Floresta Viva. É do Cerrado que sai a maior parte da água que abastece o país e a restauração em escala é fundamental para garantir essa segurança hídrica. Não há como pensar na conservação da sociobiodiversidade sem esse tripé: evitar o desmatamento, promover a restauração ecológica e a conectividade”

explica ALEXANDRE SAMPAIO, coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Biodiversidade e Restauração Ecológica (CBC/ICMBio)



BNDES anuncia três novos editais para projetos de restauração ecológica durante a COP30, com o FUNBIO como parceiro gestor. Foto: Helio Hara/FUNBIO

Outra frente com foco em conectividade, a segunda janela de investimentos da chamada Conectando Paisagens FASB possui um valor total de R\$ 8,8 milhões, com cofinanciamento da organização internacional Inovaland. O edital tem como objetivo apoiar ações de restauração ecológica visando à conexão de fragmentos florestais e à formação de corredores ecológicos no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, do Parque Nacional do Pau-Brasil (BA) até a Reserva Biológica de Sooretama (ES).

Para isso, a valorização e o envolvimento das comunidades tradicionais na cadeia produtiva da restauração — um dos eixos do Floresta Viva — é fundamental. **“Sem as mãos das pessoas que estão nos ecossistemas nativos, não há restauração de fato. O Floresta Viva tem sido estratégico para criar e estruturar essas cadeias produtivas, as capacidades que são essenciais para dar escala a essa agenda e o envolvimento das comunidades. Porque os projetos acabam. E aí, quem vai cuidar? É preciso engajar as comunidades. As pessoas que vão gerar renda a partir daquilo e que vão cuidar por décadas para garantir que essa restauração aconteça. É assim que a gente vai dar escala e perpetuidade”**, completa.

→ Floresta Viva

Terras indígenas e floresta do Rio

O Floresta Viva lançou em outubro deste ano ainda um edital direcionado à restauração ecológica em terras indígenas nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. No valor total de R\$ 8,88 milhões, aportados em conjunto por BNDES, KfW, Fundação Bunge e Agrícola Alvorada, a chamada irá apoiar até quatro projetos.

Ao todo, o Floresta Viva tem ações em 13 terras indígenas

que contemplam os territórios de etnias como Pataxó, Xavante, Potiguará, Xakriabá e Tuxi.

Já no Rio de Janeiro, com apoio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS-RJ) e da Aegea, o edital Florestas do Rio selecionou em novembro as sete propostas que irão investir em ações de restauração em quatro regiões hidrográficas e nove municípios fluminenses.

Ao todo, serão aportados R\$ 39,5 milhões nos projetos, que devem começar a ser executados em 2026.

Uma segunda edição da chamada, no valor de R\$ 60 milhões investidos em conjunto com a SEAS-RJ e o BNDES, foi aberta em outubro também para promover a restauração ecológica associada à segurança hídrica no estado.

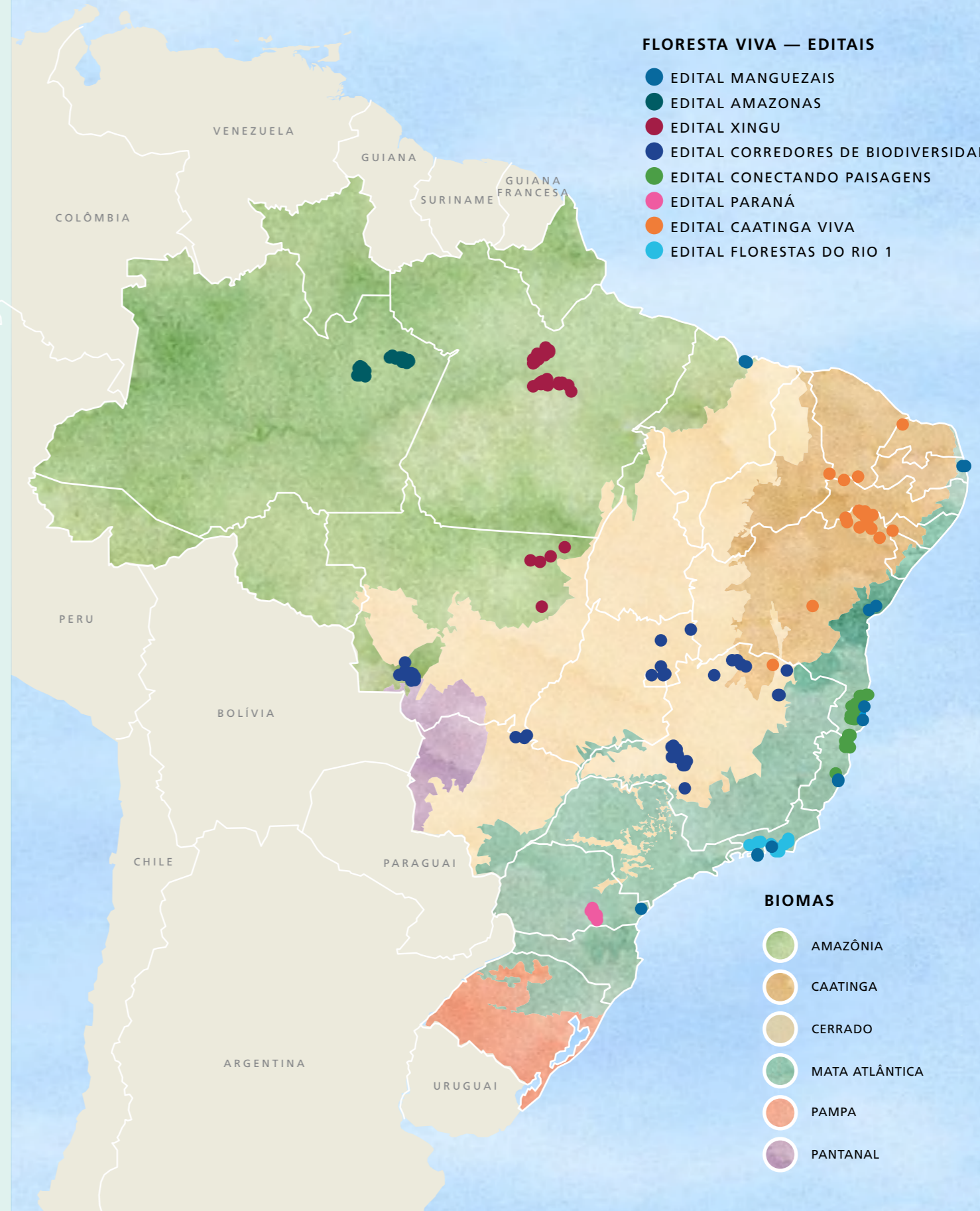
Novos editais na COP30

Durante a Conferência da Clima da ONU (COP30), sediada em Belém (PA), o Floresta Viva lançou três novos editais que somam quase R\$ 32 milhões em investimentos em restauração.

Águas do Beberibe — com um investimento total de R\$ 8,88 milhões, essa chamada tem como objetivo apoiar a restauração na área de recarga do Aquífero Beberibe, em Pernambuco. Com recursos da empresa Heineken somados ao BNDES, serão selecionados três projetos.

Águas do Paranaíba — voltado para restauração ecológica e revitalização de recursos hídricos nas áreas de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas (UHE) Corumbá, de Batalha, de Serra do Facão e de Itumbiara, na Bacia do Rio Paranaíba. Com recursos da instituição apoiadora Axia Energia (antiga Eletrobras), o edital destinará R\$ 17,76 milhões para até sete projetos, que serão selecionados em 2026.

Restauração Ecológica no Pantanal — no valor de R\$ 5,2 milhões, esse edital irá investir em dois projetos para restauração ecológica e no fortalecimento da cadeia produtiva da restauração no bioma, com foco na Bacia do Alto Paraguai. A chamada tem como instituição apoiadora a empresa de saneamento básico Aegea.



NOVO Floresta+ Amazônia

Com início das ações em 2025, o programa Floresta+ Amazônia tem como objetivo combater o desmatamento, promover o desenvolvimento sustentável e recompensar quem protege e recupera a floresta.

A iniciativa é fruto da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e faz parte do programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, promovido pelo MMA.

O programa federal celebrou acordos de adesão com 70 municípios prioritários, distribuídos em seis estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima).

Motores de popa, botijões, canoas e kits de ferramentas vão garantir maior autonomia aos indígenas.
Foto: Vanderson Apurinan



Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, durante evento para a assinatura de contrato para estruturação dos escritórios de monitoramento entre MMA, PNUD e FUNBIO.
Foto: Nathália Josino



BIOMA
• AMAZÔNIA

Os municípios contemplados receberam apoio por meio do Floresta+ Amazônia e outras fontes para a implementação de Escritórios de Governança Ambiental, incluindo a aquisição de veículos, embarcações e equipamentos como drones e computadores. O apoio também envolve assessoria técnica especializada e prestação de serviços estratégicos, executados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com a finalidade de aprimorar a gestão ambiental municipal e fortalecer a capacidade local de monitoramento do desmatamento e da degradação florestal. Por meio do Floresta+ Amazônia foram destinados R\$ 700 mil para cada um dos municípios contemplados.

A entrega dos equipamentos para a implementação dos escritórios de governança foi realizada ao longo do segundo semestre, contemplando todos os municípios participantes do programa. Além disso, foram organizados eventos de divulgação do Floresta+ Amazônia em Porto Velho (RO), Altamira (PA), Manaus (AM), Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT) com a presença de autoridades locais. Desde o início das atividades, o programa já contabiliza a entrega de mais de mil itens, entre bens e serviços.

A cerimônia realizada em Manaus, em 9 de setembro, marcou a implementação do programa União com Municípios e contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, do Secretário Nacional de Controle do Desmatamento, André Lima, além de prefeitos, secretários municipais de Meio Ambiente e das equipes do MMA, PNUD, FUNBIO e IBAM.

Durante o evento, a ministra Marina Silva destacou a importância do apoio aos municípios no enfrentamento ao desmatamento:

“A gente tem o compromisso e temos que ter também os indicativos de esforços desse compromisso, que se materializam em recursos financeiros, em recursos humanos, em processos corretos, em estruturas corretas para que a gente possa implementar aquilo que a gente toma como decisão”, pontuou Marina Silva, sobre o apoio aos municípios para o combate ao desmatamento por meio do Floresta+ Amazônia.

O projeto Floresta+ Amazônia é uma ação coordenada pelo MMA, com financiamento do Green Climate Fund (GCF), tem a gestão de recursos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e como instituições executoras o IBAM e o FUNBIO.

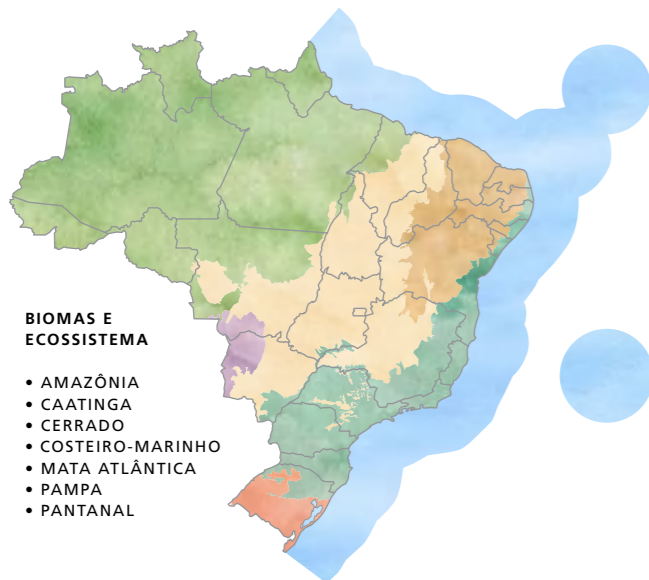


Fundo Abrolhos Terra e Mar

Voltado para o fortalecimento de oito unidades de conservação (UCs) federais do Sul da Bahia e do Extremo Norte do Espírito Santo, o **Fundo Abrolhos Terra e Mar – Turismo + Sustentável** investiu na continuidade e desenvolvimento da Aliança Futuri pelo Turismo Regenerativo.

A iniciativa, com ênfase na gestão, engajamento de aliados, governança e promoção de práticas sustentáveis, já soma quase 300 aliados do território, entre empresas de turismo, consultores, instituições de ensino e negócios locais.

A rede formou seu Comitê Gestor, responsável pela implementação de um modelo de governança participativa; mobilizou 11 Grupos de Trabalho locais; e realizou eventos de boas práticas, marcados pela apresentação de exemplos de soluções mais sustentáveis, capacitações e troca de conhecimentos.



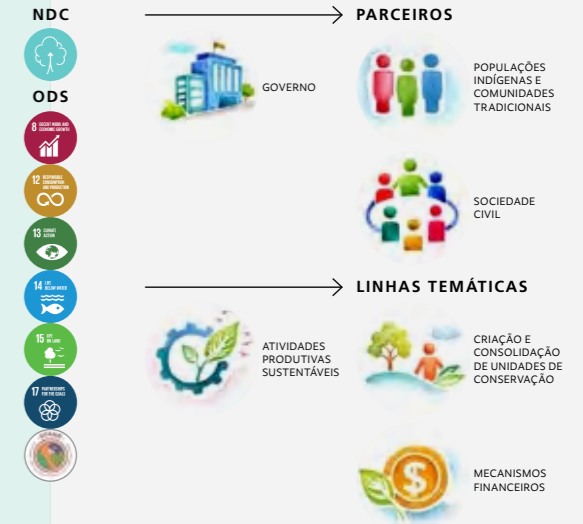
Lantana camara. Foto: Thaina Goldman



Iniciativa fortalece as unidades de conservação do Sul da Bahia e do Extremo Norte do Espírito Santo.
Foto: Guilherme Duarte

Durante a 30ª Conferência do Clima (COP30), em Belém (PA), a Aliança Futuri participou de painéis e entregou às lideranças mundiais um manifesto em que destacou a oportunidade histórica de alavancar o turismo regenerativo como inspiração e solução climática. O texto destaca o papel de povos e comunidades tradicionais e a importância da manutenção de suas práticas culturais, e como as atividades turísticas são um dos principais motores econômicos dessas comunidades. Além disso, lista recomendações aos governos, setor privado e organismos internacionais, como o reconhecimento do Turismo Regenerativo como estratégia concreta de enfrentamento e adaptação climática, capaz de gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais.

O Fundo Abrolhos investe no fortalecimento do uso público das cinco UCs contempladas, apoiando a estruturação, aquisição de materiais e serviços, sinalização de trilhas e a sensibilização dos visitantes sobre a importância dessas áreas protegidas.



Fundo Amapá

O **Fundo Amapá** foi lançado em 2015, com o objetivo de dar agilidade à execução e flexibilidade para alocação de recursos nas unidades de conservação e na manutenção da sociobiodiversidade do estado, por meio da captação de doações, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e pagamentos por serviços ambientais.

Com uma década de execução, o fundo apoiou também cadeias produtivas sustentáveis e a bioeconomia no estado de vegetação mais preservada do país.

Uma das organizações beneficiadas ao longo do projeto foi a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), no município Laranjal do Jari, com ênfase no desenvolvimento da cadeia da castanha-do-brasil por meio de um comércio justo e que promova a melhoria na qualidade de vida dos extrativista aliada à conservação da floresta.

Por meio do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), o fundo apoiou ainda o trabalho da Associação de Mulheres Extrativistas do Araguari – Sementes do Araguari, que atua no interior e no entorno da Floresta Nacional do Amapá. Na organização de base comunitária, as mulheres coletam produtos florestais não madeireiros como andiroba, fava, copaíba, pracaxi e breu-branco, dos quais extraem óleos para produção de cosméticos naturais. O apoio teve como objetivo promover as boas práticas de manejo, o uso de técnicas e ferramentas adequadas, viabilizar a coleta e

manejo de outros produtos não madeireiros e fomentar a bioeconomia da região.

O Fundo Amapá foi desenhado pelo FUNBIO, gestor financeiro da iniciativa, com apoio da Fundação Gordon and Betty Moore e CI-Brasil, alinhado à Secretaria de Meio Ambiente do Amapá. O fundo contou com aporte inicial de USD 2,5 milhões doados pela Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International e com contrapartida estadual de R\$ 1 milhão.



O Fundo Amapá atua há uma década no fortalecimento da conservação ambiental e da sociobiodiversidade em um dos estados mais preservados do país. Parque Nacional do Cabo Orange, AP. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Fundo Catalisador da Agenda Fundiária

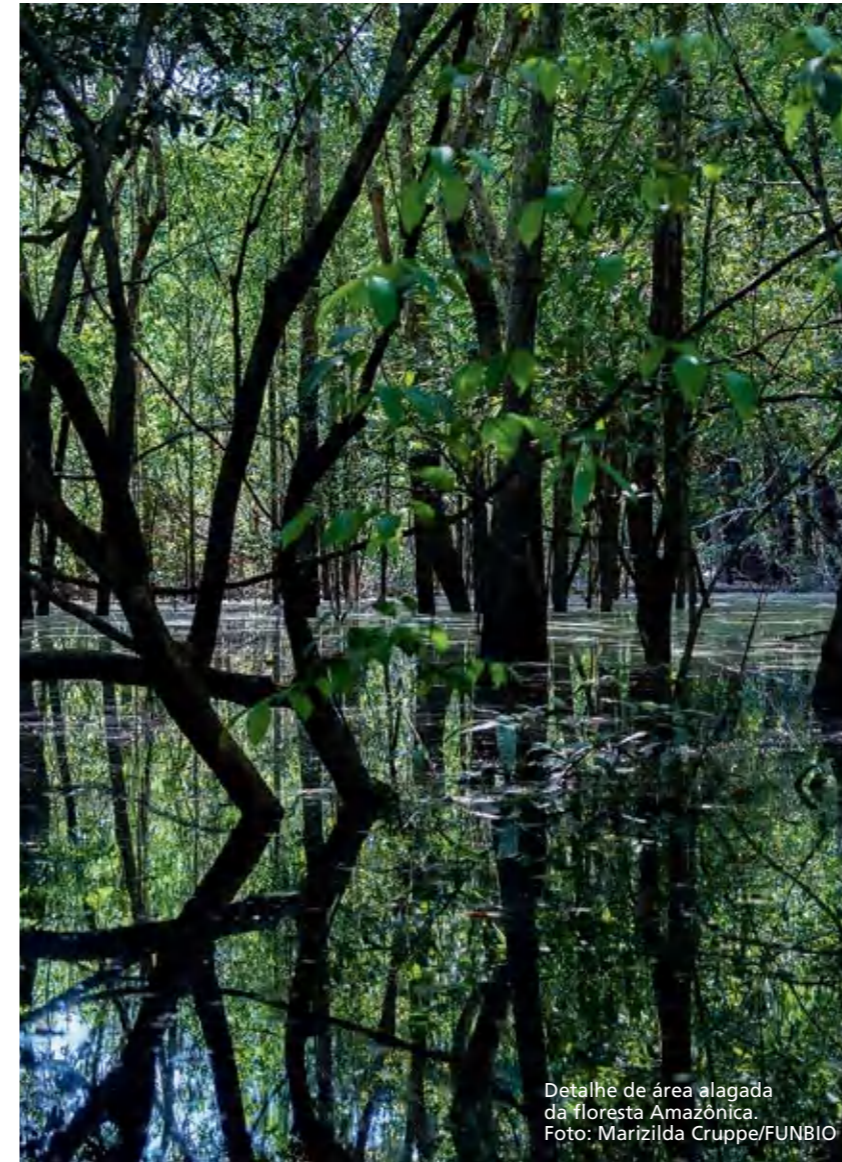
O **Fundo Catalisador da Agenda Fundiária (FCAF)** tem como objetivo apoiar o governo brasileiro para alcançar a meta de definir o futuro de 29,5 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas, localizadas na Amazônia Legal.

“Enquanto o POP SECD (ver mais na p. 79) foi fundamental para a formação da equipe do MMA e estruturação dos componentes básicos do programa Territórios da Floresta, o Fundo é o que está permitindo dar escala a esse programa. Sem o FCAF nós não teríamos ações efetivas de destinação de terras públicas para as comunidades e povos tradicionais e não estaríamos lidando com esse desafio no nível que estamos conseguindo. Se nós demos um salto qualitativo com o POP, estamos dando um salto quantitativo com o Fundo. São iniciativas complementares que estão alavancando a agenda de regularização fundiária.”

BRUNO ABE SABER, coordenador-geral da SECD

USD 1,5
MILHÃO
executados em 2025

USD 5,9
MILHÕES
comprometidos em
novos projetos



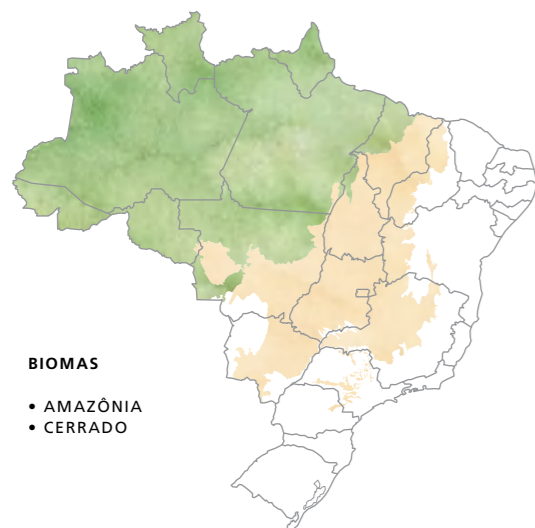
Detalhe de área alagada da floresta Amazônica. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

O mecanismo financeiro, que executou USD 1,5 milhão em 2025 e tem outros USD 5,9 milhões já comprometidos em novos projetos, tem investido na implementação do programa Territórios da Floresta, executado conjuntamente entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A expectativa é que os primeiros contratos sejam firmados no primeiro semestre de 2026, com a destinação de até 1,2 milhão de hectares para comunidades e povos tradicionais nos estados do Amazonas, Maranhão, Tocantins e Acre — neste último estado com apoio do POP SECD (ver mais na p. 79).

Esse projeto, um dos cinco apoiados pelo fundo, é executado pela Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD) do MMA, e visa a

celebrar Contratos de Concessão de Direito Real de Uso que garantam e reconheçam o direito dos povos e comunidades tradicionais aos territórios que ocupam. Os recursos do fundo já viabilizaram o levantamento de comunidades, famílias e territórios em três estados (Amazonas, Maranhão e Tocantins) e a organização de assembleias junto aos comunitários, necessárias para garantir a adesão ao programa, que ao longo do ano engajou cerca de 500 pessoas.

Os outros quatro projetos financiados pelo Fundo Catalisador foram aprovados pelo Conselho do Fundo em outubro e irão começar as atividades em 2026. As iniciativas apoiadas buscam o maior número de áreas a serem destinadas, com foco no êxito da sustentabilidade e gestão dos territórios. A destinação de terras públicas é uma peça chave no combate à grilagem e ao desmatamento.



BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CERRADO

→ FCAF



Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Uma das instituições beneficiadas é a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que irá desenvolver o Sistema Indigenista de Informações de Regularização de Terras Indígenas (TIs). O acordo de cooperação para execução do sistema, que prevê a integração com outras bases de dados do governo federal e melhoria do processo de gestão e demarcação de TIs, foi assinado durante a Conferência do Lima (COP30), em Belém.

Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) recebeu o apoio do Fundo para destinação de cerca de 500 mil hectares de glebas públicas federais não destinadas para assentamentos nos estados do Pará, Tocantins, Amazonas e Maranhão.

No segundo maior estado do Brasil, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) irá regularizar

aproximadamente 10 milhões de hectares de terras públicas no estado, sendo sete milhões para garantir a regularização fundiária e segurança jurídica em unidades de conservação (UCs) e três milhões para outras destinações, com prioridade para aquelas voltadas ao uso sustentável.

Os recursos do FCAF irão viabilizar ainda o trabalho do MDA no apoio ao processo de destinação de 10 milhões de hectares de terras públicas em deliberação no âmbito da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD), com prioridade de atendimento às comunidades tradicionais; e na inclusão de novos módulos na Plataforma Terras do Brasil, com foco no apoio às destinações coletivas de povos e comunidades tradicionais. Permitirá também a integração entre a Plataforma e bases estaduais, criando um sistema único de gestão territorial.

Encontro Nacional

Em setembro, durante o **II Encontro Nacional dos Órgãos de Terras**, em Teresina (PI), o FCAF foi pela primeira vez formalmente apresentado, no painel Territórios de Direito: Destinação Coletiva de Terras Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais. O evento é um espaço estratégico para a articulação de ações integradas entre os entes federativos, o compartilhamento de experiências e a construção de soluções regionais e nacionais voltadas à superação dos desafios fundiários no Brasil.



Detalhe da fauna amazônica.
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

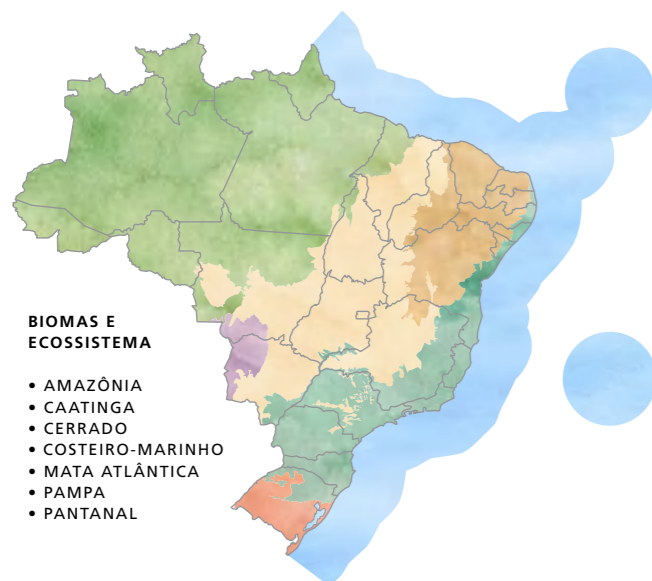
Fundo Descarbonização

Como parte do esforço global para combater as mudanças do clima, cada país signatário do Acordo de Paris deve elaborar e comunicar suas ações e metas climáticas por meio da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Cumprir o planejamento das NDCs é peça chave nessa agenda e também o objetivo final do Fundo de Descarbonização, elaborado para apoiar e acelerar a ação climática no Brasil. O mecanismo financeiro, que opera desde 2024, investe no aprimoramento e na implementação de políticas públicas e estratégias de descarbonização conduzidas pelos governos federal e estaduais, em articulação com cientistas e a sociedade civil, fortalecendo capacidades institucionais, produzindo conheci-

mento e acelerando a transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2025, foram comprometidos cerca de R\$ 16 milhões em ações que seguem cinco eixos temáticos: governança climática; mitigação e adaptação às mudanças climáticas; integração das políticas climáticas às agendas de desenvolvimento, infraestrutura e inclusão social; clima e oceanos; e coordenação internacional para a implementação da Política Climática Brasileira.



Parte dessa estratégia foi viabilizada pelo apoio à Secretaria de Mudança do Clima (SMC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com a contratação de consultorias especializadas para colaborar com a implementação do Plano Clima, por meio de oficinas junto à SMC, incluindo definição de prioridades, metas, estrutura de governança e monitoramento dos planos setoriais.

O projeto teve oportunidade de contribuir ainda com a realização da 30ª Conferência do Clima (COP30), realizada em Belém (PA). Executado por meio de consultorias contratadas para atuar junto à presidência da COP, o apoio viabilizou a organização de eventos e agendas temáticas no âmbito da conferência, com foco em descarbonização, financiamento climático e políticas públicas.

O mecanismo financeiro investiu ainda na elaboração e operacionalização de Planos Setoriais de Descarbonização, com destaque para os setores industrial, energético e agropecuário. Junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), por exemplo, foram traçadas estratégias para reduzir as emissões associadas à produção de ferro, alumínio, cimento e vidro.



→ Fundo Descarbonização

Atualização do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC+)

O projeto de apoio ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), voltado ao fortalecimento da agenda do Plano ABC+, terá início com foco na revisão estratégica do plano, no fortalecimento da governança estadual e no apoio à estruturação de capacidades institucionais para sua implementação.

A iniciativa representa uma oportunidade relevante para qualificar a política de agricultura de baixa emissão de carbono no país, alinhando-a aos desafios atuais da agenda climática brasileira e às metas nacionais de mitigação e adaptação.

O projeto foi concebido para atuar em três eixos complementares. O primeiro é o apoio à revisão do Plano ABC+, buscando atualizar diretrizes, prioridades, instrumentos e estratégias de implementação, de modo a ampliar sua efetividade e aderência ao novo contexto do Plano Clima e das políticas públicas relacionadas ao uso da terra e à produção agropecuária sustentável. Esse processo deverá contribuir para tornar o plano mais robusto, atual e conectado às demandas do setor.

O segundo eixo concentra-se no fortalecimento dos Grupos Gestores Estaduais (GGEs), reconhecendo que a implementação do Plano ABC+ depende de maior articulação federativa, coordenação territorial e capacidade operacional nos estados. Nesse sentido, o projeto pretende apoiar ações de mobilização, organização e qualificação desses grupos, promovendo melhores condições para que os estados exerçam papel ativo na territorialização da política e na identificação de oportunidades concretas de implementação.

O projeto também prevê ações de capacitação e apoio técnico voltadas à elaboração de projetos e à captação de recursos, com o objetivo de ampliar a capacidade dos atores envolvidos em transformar diretrizes estratégicas em iniciativas viáveis, financiáveis e de impacto. Com isso, espera-se contribuir não apenas para o aprimoramento do Plano ABC+, mas também para a geração de condições práticas para sua execução, fortalecendo a agenda de descarbonização da agropecuária brasileira de forma estruturada e duradoura.

Energias renováveis no Nordeste

Em outubro, Fortaleza foi palco do seminário Como escalar e acelerar os investimentos sustentáveis no Nordeste: as oportunidades do *powershoring*, realizado pelo Consórcio do Nordeste com apoio do Fundo de Descarbonização.

O termo *powershoring* se refere à realocação de indústrias para regiões de alto potencial de energias renováveis, com o objetivo de reduzir suas emissões. A Região Nordeste, cujos estados concentram mais de dois terços da capacidade instalada de eólica e solar do país, reúne condições estratégicas para liderar essa agenda.

Durante o seminário foram debatidas estratégias regionais para consolidação do *powershoring*; as perspectivas de investidores e mecanismos de financiamento; o panorama da indústria; e o papel da filantropia e da cooperação internacional no fomento à agenda.

O Fundo de Descarbonização foi criado a partir de doações da filantropia nacional e internacional, que aportaram aproximadamente USD 6,4 milhões ao mecanismo financeiro.

Arco da Restauração no Pará

Em nível estadual, o fundo apoiou a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) no desenvolvimento de um Programa Estadual de Concessões para Restauração Florestal, que visa a designar mais de 100 mil hectares de áreas públicas até 2026 para restauração junto à iniciativa privada.

A colaboração inclui o desenvolvimento de arranjos de governança entre entes federais e estaduais; aprimoramento da capacidade regulatória e técnica das instituições envolvidas; estruturação de instrumentos financeiros inovadores, que garantam a sustentabilidade econômica das concessões; engajamento ativo das comunidades locais e demais atores estratégicos; e promoção da integridade socioambiental nos territórios.

Fundo Kayapó

O Fundo Kayapó tem como missão apoiar o povo indígena Mebêngôkre-Kayapó (composto formado pelo nome usado pelos próprios indígenas da etnia e o nome pelo qual são conhecidos pelas outras etnias) que vive nas terras indígenas (TIs) Kayapó, Menkragnoti, Baú, Capoto-Jarina, Badjônkôre e Las Casas, entre o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso, num território protegido de 10,6 milhões de hectares de Amazônia e porções de Cerrado.

Para isso, o fundo investe no fortalecimento da gestão ambiental e proteção territorial; na conservação e uso sustentável da natureza; no empoderamento de mulheres e jovens indígenas; e na valorização do conhecimento e de práticas culturais do povo Kayapó. Em 2025, foram investidos cerca de R\$ 3 milhões. Pela primeira vez, foram apoiadas organizações locais, o que fez com que chegasse a nove o número de organizações Kayapó envolvidas, com um total de mais de 10.300 indígenas beneficiados em 130 aldeias.

O Fundo apoia ações voltadas à proteção territorial, à conservação e ao uso sustentável da natureza. Foto Lucas Landau/FUNBIO

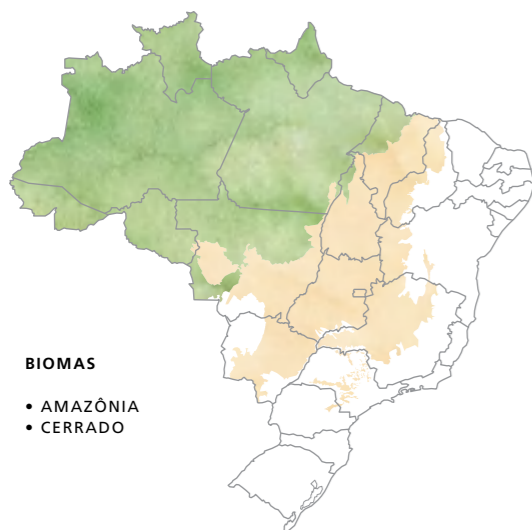


R\$ 3
MILHÕES
investidos

9
organizações envolvidas

10.300
indígenas beneficiados

130
aldeias



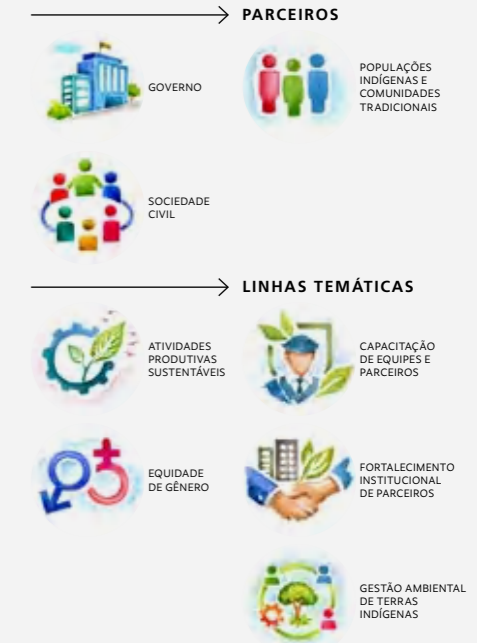
Um dos focos dos investimentos foi também a gestão do mecanismo financeiro. Foram realizadas três reuniões do comitê provisório de Governança do Fundo Kayapó, que definiram a criação de um Conselho Deliberativo Kayapó, com regimento interno aprovado por lideranças e doadores. As reuniões envolveram ainda 12 lideranças dos seis territórios apoiados pelo Fundo Kayapó com o objetivo de consolidar a transição para uma gestão com protagonismo indígena cada vez maior.

“Somos organizações representativas dos territórios, estamos aqui discutindo as formas de governança de um fundo que é de todos nós”

destaca MAYALU TXUCARRAMÃE, coordenadora executiva do Instituto Raoni, uma das principais organizações mebêngôkre e beneficiária do mecanismo financeiro



A iniciativa também fortalece o protagonismo de mulheres e jovens indígenas, além de valorizar saberes e práticas culturais do povo Kayapó. Foto: Arewana Yudja/FUNBIO



Fundo Kayapó



Cachoeira em território indígena protegido. Foto: Gabriella Furtado

Apoio local inédito

Em seu 5º ciclo de investimentos, o Fundo Kayapó apoia pela primeira vez seis organizações de atuação local: Associação Angrokrere, Ngonh Rorokre, Pore, Pykôre, Associação Mekragnotire Sul (AMS) e Associação Cultural Kapot Jarina (ACKJ). Cada uma recebeu um aporte de R\$ 100 mil.

Os recursos viabilizaram iniciativas locais para estruturação e capacitação de associações indígenas nas TIs, com foco no fortalecimento das organizações, na geração de renda e na comunicação.

Um dos projetos apoiados é o documentário *Bep Kororoti: O olho que tudo vê*, em fase de finalização, elaborado pela Associação Cultural Indígena Kapot Jarina (ACIKJ). O filme conta com roteiro, direção e montagem feitos por cineastas indígenas. Além de entrevistas com 20 personagens, entre lideranças, jovens e anciãos do povo Mebêngôkre que compartilham suas histórias e saberes, a obra mostra o dia a dia

da aldeia Kapot, na TI Capoto-Jarina, norte de Mato Grosso, onde vivem cerca de 600 pessoas.

“Queremos mostrar como mantemos nosso conhecimento tradicional e como os povos indígenas preservam suas terras, rios e nascentes. É um filme demonstrativo do que já fazemos para proteger o território e manter viva a cultura dos mais velhos, que passam os saberes aos mais jovens”, explica Betikre Tapayuna Metuktire, comunicador, jovem liderança e produtor do filme. **“Essa é uma ferramenta para proteger e denunciar. É um filme muito forte, que traz nossas histórias que queremos mostrar para o mundo”,** completa.

Os comunicadores Kayapó também participaram da criação da identidade visual do Fundo Kayapó, lançada este ano junto com a *newsletter* institucional *Bà Kaben Ma – Escute a Floresta*, já com três edições.

Ações estruturantes do programa

2 lojas com produtos Mebengokre

4 eventos de comercialização

16 aldeias com escoamento de lixo

14 residências equipadas com energia solar

1 sistema de água com bombeamento ativo

2 livros paradidáticos produzidos

788 alunos beneficiados

500 exemplares do Guia de Espécies da Flora nas TIs Baú e Menkragnoti

5 reuniões de articulação apoiadas pelo Instituto Raoni

1 Consultoria de Planejamento Estratégico

4 reuniões da capacitação interna

1 Diagnóstico Institucional aplicado

1 Formação de Jovens e Mulheres

1 antena de internet instalada em veículo de monitoramento

1 expedição de monitoramento na TI Las Casas

171 hectolitros de castanha produzidas

1 assembleia COOBA Y

Apoio ao departamento de mulheres

Participação no VII AGMMTIX – Assembleia Geral do Movimento das Mulheres do Território Indígena do Xingu

100 participantes no Acampamento Terra Livre (ATL)

+10 conteúdos publicados em redes

1 Planejamento Estratégico da Associação Floresta Protegida (AFP)

1 assembleia da Associação Floresta Protegida realizada

Projetos apoiados

Associação Angrokrere: Fortalecendo a Governança Institucional (geração de renda)

Associação Cultural Indígena Kapot Jarinã: Documentário *Bep Kororoti: O olho que tudo vê*

Associação Mekragnotire Sul: Kukradja Otyj (fortalecer associação)

Associação Ngonh Rorokre: Bàjkà Nhõ Ngõ (reativar associação)

Associação Indígena Pore Kayapó: Arte e identidade étnica (empreendedorismo sustentável e geração de renda)

Associação Indígena Pykôre: Cacau Kayapó, Preservando a Tradição, Cultivando o Futuro



Encontro de lideranças na sede do FUNBIO. Foto: Mateus Duarte/ FUNBIO

→ Fundo Kayapó

Produtos da floresta

O 5º ciclo de investimento do Fundo apoiou ainda cinco cadeias produtivas: da castanha-do-brasil, cumaru, cacau, farinha de mandioca e a de artesanato.

Conhecida como a baunilha da Amazônia pelo seu sabor adocicado que lembra a da tradicional *vanilla*, a semente do cumaru está no centro do projeto da organização comunitária Instituto Kabu, na TI Mengkrangoti, que já recebeu um total de R\$ 1 milhão. Considerado não apenas alimento, mas também medicina, o cumaru é ainda uma oportunidade de geração de renda para as aldeias. Os incêndios na floresta, entretanto, ameaçam esse valioso fruto.

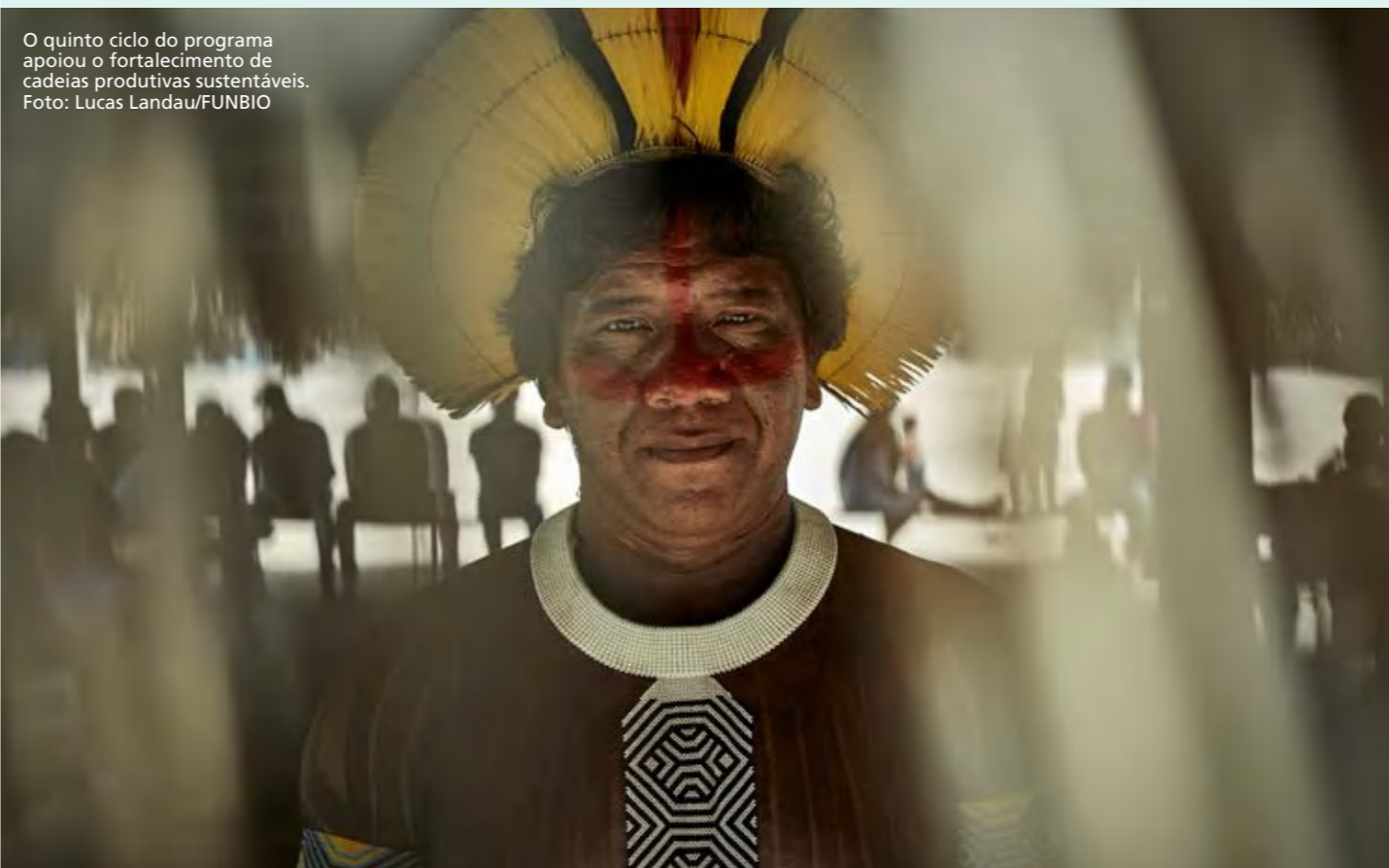
O objetivo do projeto, viabilizado com um aporte direto de R\$ 175 mil do Fundo Kayapó, foi resgatar o cumaru e reverter a safra minguante, a partir de uma expedição até uma aldeia abandonada há 10 anos, após a queda de um avião. A incursão, que durou 20 dias, revelou uma floresta regenerada e rendeu uma safra de 215 kg de cumaru.

As ações são parte do projeto Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Kayapó no Cinturão da BR-163, que aposta na geração de renda direta para as famílias mebêngôkre a partir do extrativismo que mantém a floresta em pé, com acesso a mercados justos, na possibilidade de obter certificações agroflorestais e na implementação de ações estratégicas como o beneficia-

mento local, transformando conhecimentos tradicionais em autonomia financeira.

O Fundo investiu ainda na estruturação e funcionamento de cinco bases de vigilância e monitoramento; na reforma de 14 sistemas de energia; na implantação de Sistemas Agroflorestais; e no fortalecimento da gestão de resíduos sólidos em 10 aldeias.

Os recursos destinados ao 5º Ciclo do Fundo Kayapó (2024-2025) são provenientes de doações do Fundo Amazônia/BNDES e da Conservação Internacional (CI) e somam um total de R\$ 5,8 milhões investidos. A gestão financeira é executada pelo FUNBIO desde 2011.



O quinto ciclo do programa apoiou o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis. Foto: Lucas Landau/FUNBIO



As ações fomentam a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico. Foto: Lucas Landau/FUNBIO

Representação na COP30

O Fundo Kayapó esteve presente na Conferência do Clima (COP30), realizada em Belém (PA) durante o mês de novembro, com uma comitiva de 18 jovens lideranças Kayapó.

Jovens e mulheres do projeto Legado do Raoni: Netos e Netas da Resistência – Reflorestando o Pensamento para Adiar o Fim do Mundo, do Instituto Raoni, também marcaram

presença na conferência. A iniciativa, contemplada pelo Fundo em seu quinto ciclo, tem como objetivo principal fortalecer a capacidade institucional e a autossuficiência das comunidades Kayapó, promovendo o desenvolvimento sustentável e a participação política de mulheres, jovens e lideranças. A organização recebeu um aporte de R\$ 1 milhão para investir em

monitoramento territorial, produção sustentável, gestão ambiental, fortalecimento da representação política e administração.

O trabalho envolveu oficinas prévias para formação dos indígenas em política, mudanças climáticas e comunicação, e debateram o funcionamento das COPs e as expectativas sobre a conferência.

Fundo Marinho

Em 2025, o **Fundo Marinho** deu passos importantes na sua estruturação, com o estabelecimento da governança do mecanismo financeiro, vital para o início das execuções, previsto para o primeiro semestre de 2026. Criado para garantir a continuidade do projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar), também gerido pelo FUNBIO, o fundo irá investir diretamente mais de R\$ 54 milhões nas unidades de conservação (UCs) marinhas e costeiras, com o objetivo de abranger todo o litoral brasileiro, garantir a sustentabilidade financeira das áreas protegidas e apoiar a formulação de políticas públicas associadas à zona costeira e marinha.

Ao longo de 2025, o recém-formado conselho do Fundo reuniu-se três vezes para selecionar os membros da sociedade civil, assim como para validar o planejamento da execução dos recursos do projeto. Também foi realizada uma reunião do Comitê de Doadores.



Entenda o Fundo

Aberto a novas doações, o Fundo Marinho é multicarteira, ou seja, pode ter diferentes classes de ativos. Atualmente, há duas carteiras. Uma no valor de R\$ 54 milhões, de recursos classificados como extinguíveis, ou seja, que podem ser integralmente aportados nas UCs, bem como no apoio a políticas e ações estratégicas para monitoramento e conservação da biodiversidade (Conservação da Biodiversidade Marinha e Uso Sustentável dos Recursos Vivos Marinhos — REVIMAR), na promoção da governança (Planejamento Espacial Marinho — PEM) do uso sustentável da zona marinha e costeira brasileira (bioeconomia azul) e no apoio à formulação e implementação de políticas públicas. A outra carteira é um fundo não extinguível, com atuais R\$ 53 milhões alocados, que permite o uso apenas dos rendimentos líquidos com vistas a garantir a perpetuidade do recurso.

Os valores são oriundos de um Termo de Compromisso firmado em 2018 entre o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Petrobras, que aportou R\$ 46 milhões para disciplinar as ações e medidas necessárias para adequação das plataformas marítimas da empresa petrolífera, em relação ao descarte de água de produção (carteira extinguível); e de um aporte de R\$ 36,6 milhões do próprio GEF Mar, destinado à criação do mecanismo financeiro, que faz parte da missão do programa (carteira não extinguível).



Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

GEF Mar

Maior iniciativa de fomento à conservação da biodiversidade marinha e costeira no Brasil, o GEF Mar investiu em 2025 cerca de R\$ 17,13 milhões para apoiar ações em 36 unidades de conservação (UCs), 24 federais e 12 estaduais, que protegem mais de 98 milhões de hectares do litoral brasileiro, além de sete centros de pesquisa.

Por meio das chamadas do GEF Mar, foram beneficiadas ainda 19 instituições comunitárias: 16 delas tiveram seus contratos assinados em fevereiro, numa chamada que destinou R\$ 3,8 milhões para a promoção de articulação e fortalecimento de organizações comunitárias de povos e comunidades tradicionais, beneficiárias ou usuárias das UCs apoiadas pelo GEF Mar. Os projetos selecionados investem no desenvolvimento de cadeias produtivas, na capacitação de jovens e de mulheres, no turismo de base comunitária e na estruturação institucional.

Na Reserva Extrativista Marinha de Cassurubá (RESEX Cassurubá), em Caravelas, no litoral da Bahia, vivem

cerca de 350 famílias que praticam pesca artesanal, coleta de mariscos, agricultura familiar e turismo de base comunitária. É lá que um coletivo de mulheres marisqueiras criou na Comunidade Miringaba o Delícias do Mangue, uma iniciativa de ecogastronomia estruturada com recursos do GEF Mar e já no segundo ciclo de investimentos por meio da chamada.

O programa apoiou a construção de uma cozinha comunitária, a capacitação das mulheres, financiou a participação do coletivo em feiras agroecológicas e ajudou na implementação de um roteiro de turismo de base comunitária — foco do atual edital.

36

UCs apoiadas

7

centros de pesquisa apoiados

98,15

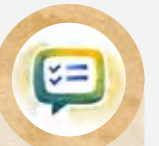
MILHÕES de hectares de área protegida

Quem visita a RESEX pode provar os ingredientes locais coletados e preparados cuidadosamente pelas comunitárias, desde o café da manhã com produtos da agricultura familiar até o almoço com pratos à base de frutos do mar, como linguça de camarão, quibe de peixe, aratu no palito, xibiu (um bolinho similar ao acarajé feito com marisco) e as moquecas tradicionais. O que não é utilizado para consumo é transformado em ração animal ou adubo para plantas.

“ O Delícias do Mangue é sobre valorização do território, do manguezal, a geração e distribuição coletiva de renda na comunidade, assim como o fortalecimento da renda familiar e a autonomia das mulheres, que são a maioria das chefes de família aqui na comunidade. Começamos com oito mulheres e hoje estamos com 23”

exalta a comunitária ELIANA MATOS MENEZES DE SOUZA, coordenadora do grupo Delícias do Mangue

O programa apoia ações de conservação da biodiversidade marinha e costeira. Foto: Paula Vergne



EM PAUTA

13/09/2025 — PROGRAMA É DE CASA – TV GLOBO Abrolhos, BA, é abrigo para muitas aves marinhas que escolheram o arquipélago para viver

→ GEF Mar



O turismo de base comunitária, a educação ambiental e a valorização do ecossistema estão entre as ações do programa. Foto: Paula Vergne

O turismo de base comunitária e a venda dos subprodutos de frutos do mar aumentaram a receita das famílias, ao mesmo tempo que promoveram um maior conhecimento e respeito à natureza, aos ciclos de defeso e uso sustentável dos recursos, conta Eliana. **“Nós também fazemos esse trabalho de educação ambiental e temos esse reconhecimento da importância do manguezal”**, pontua.

Caravelas é também a porta de entrada do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, onde está a exposição “Abra os Olhos”, inaugurada em julho, no centro de visitantes da UC. A mostra, montada com recursos do programa, traz uma experiência imersiva e interativa, com óculos de realidade virtual, vídeos, painéis, estereoscópios para ver de perto amostras da natureza e até uma baleia jubarte em tamanho real. A

abertura contou com autoridades, representantes do ICMBio e sociedade em geral.

O GEF Mar é um projeto do governo federal, criado por meio de uma doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), coordenado pelo MMA e com gestão financeira e operacional do FUNBIO. Com vigência até 2029, o programa atua com o objetivo de conservar a biodiversidade e fortalecer a proteção e gestão dos ambientes marinhos e costeiros do Brasil, identificando e elaborando mecanismos para sua sustentabilidade financeira a longo prazo.

Em 2025, o projeto realizou a programação do seu 6º ciclo de planejamento (2026-2027), que marca a transição para o GEF Mar II **(ver p. 69)**.

19

instituições comunitárias beneficiadas

163

bolsistas apoiados diretamente

Fortalecimento comunitário

Em dezembro, os representantes do 2º ciclo de subprojetos de Fortalecimento e Integração Comunitária do GEF Mar participaram de um seminário de encerramento, em Brasília. O encontro reuniu gestores de UCs e lideranças comunitárias, e celebrou os anos de intensa construção coletiva, com a consolidação de processos participativos nas UCs e nos territórios tradicionais da zona costeira-marinha brasileira. As ações são resultado de três subprojetos: Integra Mar Nordeste, que atuou junto às comunidades e UCs; Integra Pesca Artesanal Sul, que fortaleceu cadeias produtivas, monitoramento participativo e redes de pesca sustentável; e o Subprojeto do Sul da Bahia, que teve execução direta pelas próprias comunidades, num salto de autonomia e governança local.

Entre os principais resultados do Integra Pesca Artesanal Sul está o apoio fundamental para construção do diálogo entre a gestão do Parque Nacional Lagoa do Peixe (RS) e os pescadores, ajudando a pacificar o conflito histórico entre as partes e abrindo caminho para implementar o monitoramento do camarão-rosa junto aos comunitários, por meio do programa Monitora do ICMBio.

Enquanto isso, no Integra Mar Nordeste, o projeto deixa um legado de integração entre as UCs federais e estaduais no território, em paralelo ao fortalecimento da economia criativa, a criação de novas redes de mulheres e juventude, dando autonomia para as comunidades e oportunidades de geração de renda, como

a inauguração de uma rota turística na APA de Guadalupe, em Pernambuco.

No Sul da Bahia, na Reserva Extrativista de Canavieiras, foi construído um Centro de Vivência Comunitária para realização de reuniões do conselho, festividades, feiras, reuniões de associação e demais eventos da comunidade. O espaço, entregue em dezembro, será formalmente inaugurado em fevereiro de 2026 e conta também com uma cozinha comunitária para apoiar oportunidades de geração de renda. O projeto foi elaborado junto com os comunitários e priorizou a mão de obra local. Um dos destaques do prédio é a iluminação, feita pelo artesão local André Dias, usando palha e cerâmica.



Caravelas é a porta de entrada do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Foto: Rafael Sperb

→ GEF Mar

Início do Planejamento Espacial Marinho do Nordeste

Em outubro, foram iniciadas as oficinas setoriais com os atores alvo para a construção do primeiro Planejamento Espacial Marinho (PEM) da Região Nordeste do Brasil. As oficinas serão realizadas até novembro de 2026 e são a etapa inicial do levantamento, com duração prevista de quatro anos, para mapear os usos e atividades da zona costeira e marinha do litoral do Nordeste. Ao todo, será investido um total estimado em R\$ 10 milhões no trabalho, executado em parceria com a Marinha do Brasil e o Ministério do

Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

A elaboração do PEM faz parte de um compromisso de concluir o mapeamento de toda a zona marinha e costeira até 2030, firmado pelo Brasil em 2017, na 1ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos. A execução do PEM das outras regiões do país está sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

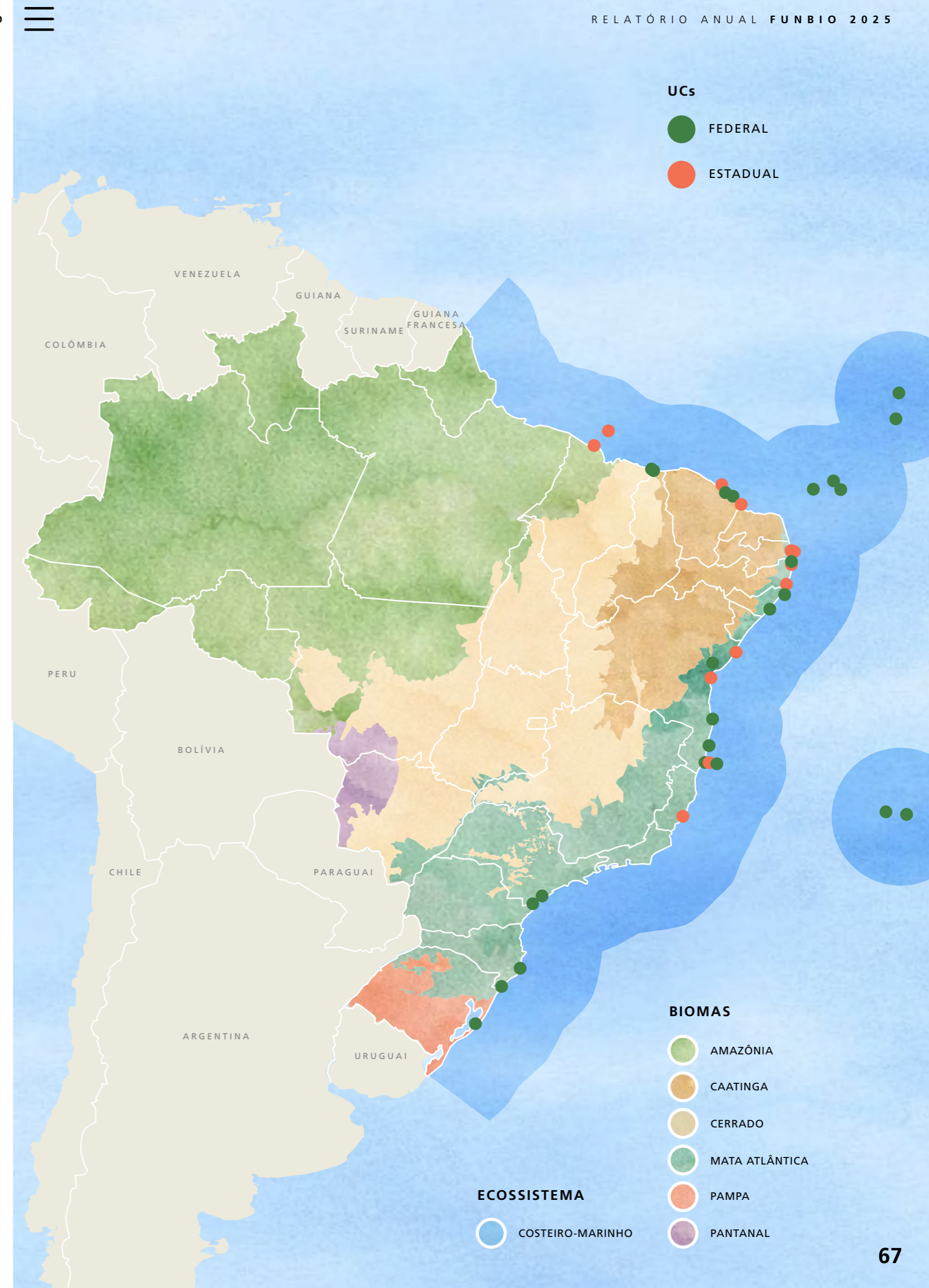
Conservação de manguezais e corais em destaque na COP30

O Plano de Ação para implementação do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil – ProManguezal, política pública instituída em 2024, foi outra frente que continuou avançando com recursos do GEF Mar. O programa tem como objetivo promover a proteção e o uso sustentável dos manguezais no Brasil. Em maio de 2025, foi realizada uma oficina regional do Nordeste com cerca de 40 representantes de órgãos governamentais, academia, sociedade civil e povos e comunidades tradicionais, em Natal (RN).

Outro programa com apoio do GEF Mar é a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral

– ProCoral, instituída oficialmente pelo Decreto nº 14.486 em junho de 2025. A iniciativa, coordenada pelo MMA, visa a implementar, orientar, articular e coordenar políticas públicas para a conservação, o uso sustentável e a recuperação dos recifes de coral e de outros ambientes recifais naturais no Brasil.

Ambas as iniciativas receberam recursos do projeto para contratação de consultorias, realização de oficinas e viabilização da logística necessária para participação em eventos. O principal deles foi a 30ª Conferência do Clima (COP30), realizada em novembro, em Belém (PA), onde as duas políticas públicas foram apresentadas.



→ GEF Mar



Fotos 1 e 2: Inauguração de exposição no centro de visitantes PARNAM dos Abrolhos, em Caravelas (BA).
Fotos: Paula Vergne



Vista técnica ao PARNAM dos Abrolhos. Parada na Ilha de Santa Bárbara, em Caravelas (BA).
Foto: Paula Vergne

Pesquisa e gestão de UCs

Em janeiro foi lançada a 26ª chamada de bolsas de pesquisa apoiadas pelo GEF Mar, com a seleção de 20 bolsistas lotados em 10 UCs e Centros de Pesquisas do ICMBio. Somadas todas as edições, já são 163 pesquisadores beneficiados pelo edital, sendo 104 mulheres e 59 homens.

O projeto:

- ▶ investiu na gestão de UCs, com ações como apoio à elaboração do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Berçários da Vida Marinha, no Ceará;

- ▶ a formação dos conselhos consultivos da APA do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e do Monumento Natural São Pedro e São Paulo;

- ▶ e a revisão do plano de manejo da APA Fernando de Noronha.

O GEF Mar tem tido um papel fundamental na proteção das áreas marinhas brasileiras, inclusive com o apoio à criação de unidades de conservação marinhas que fizeram com que o Brasil superasse sua meta nacional de proteger pelo menos 10% da sua zona costeira e marinha.



Conservação da Saúde e Integridade dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Brasil

novo GEF Mar II

Criado para dar continuidade à missão do GEF Mar 1, o projeto **Conservação da Saúde e Integridade dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Brasil – GEF Mar II** foi assinado em julho de 2025.



Iniciado em julho de 2025, o GEF Mar II dá continuidade aos esforços de conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos do país. Foto: Rafael Sperb



Seu objetivo é garantir a sustentabilidade financeira das áreas protegidas marinhas e costeiras, garantindo a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em mais de 14 milhões de hectares distribuídos em 28 unidades de conservação. Com duração até 2030, o projeto prevê um investimento total de USD 14,3 milhões (o equivalente a mais de R\$ 77 milhões na cotação atual), oriundos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Esse valor será investido na ampliação dos esforços para proteger, conectar e gerir os ambientes cos-

teiros e marinhos do Brasil, fortalecendo e estruturando as áreas protegidas; consolidando estratégias de financiamento, capacitação e manejo; apoiando projetos comunitários; aprimorando o monitoramento da biodiversidade; e implementando tecnologias inovadoras para garantir o uso sustentável dos recursos marinhos.

Ainda em fase de estruturação e planejamento, a previsão é de que as ações do programa comecem em 2026.

A coordenação técnica do GEF Mar II é feita pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com gestão e execução do FUNBIO.



→ Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal

GEF Terrestre

Em 2025, o projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre) chegou à marca de 61 unidades de conservação (UCs) apoiadas nos três biomas.

Além disso, o projeto contribuiu para a criação de oito UCs que somam mais de 80 mil hectares de novas áreas protegidas: o Refúgio de Vida Silvestre Soldadinho do Araripe, a Área de Proteção Ambiental Serra de Irauçuba, a Área de Proteção Ambiental Serras da Caatinga, a Área de Relevante Interesse Ecológico Pontal da Serra da Ibiapaba, o Monumento Natural Furna dos Ossos, o Refúgio de Vida Silvestre Picos da Caatinga, todas no Ceará, e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) em Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Ao todo, em 2025, foram R\$ 24,5 milhões investidos em cinco fren-

tes principais: a criação de UCs, o fortalecimento da gestão das UCs, a proteção de espécies ameaçadas e o monitoramento da biodiversidade, a restauração de áreas degradadas e a implementação de trilhas de longo curso.

O projeto GEF Terrestre é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) sob gestão e execução do FUNBIO e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora.



O programa contribuiu para a criação de oito novas unidades de conservação, todas no Ceará.



→ GEF Terrestre

Novas UCs

Uma das oito novas UCs, o Refúgio de Vida Silvestre Soldadinho do Araripe, no Ceará, foi criada pelo governo federal em junho, com 5.585 hectares. A unidade visa a garantir a proteção do hábitat do ameaçado soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), pequeno pássaro que vive apenas nas encostas da Chapada do Araripe, na Caatinga cearense. O projeto teve um papel chave durante o processo de criação, apoiando a realização de estudos prévios e das consultas públicas necessárias.

Além da UC federal, em dezembro foram criadas outras cinco UCs estaduais em solo cearense. O projeto viabilizou a elaboração dos estudos necessários para embasar as novas áreas protegidas, executados pela Associação Caatinga em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará.

A gestora explica ainda que as novas UCs, todas na Caatinga, são uma resposta estratégica às mudanças climáticas e para manutenção de um semiárido resiliente e biodiverso para as futuras gerações. **“Alcançamos mais de 40% de áreas protegidas como unidades de conservação e esse aumento foi concentrado no bioma Caatinga. A maioria das nossas UCs estava no litoral e o GEF permitiu ampliá-las para municípios em uma região do estado onde não havia”**, pontua Andréa Moreira, gestora ambiental e orientadora da Célula de Áreas Protegidas da Secretaria do Meio

Ambiente e Mudança do Clima do Ceará.

O GEF Terrestre apoiou ainda a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Jaguarate, em Mato Grosso do Sul, com 20 hectares.

Há ainda sete estudos já contratados e em andamento para embasar a criação de UCs estaduais, seis em Pernambuco e uma no Rio Grande do Sul, além dos estudos para ampliação do Parque Nacional Sete Cidades, no Piauí, e para criação de duas UCs federais no Pampa gaúcho: a Área de Proteção Ambiental (APA) Campos Missioneiros e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos Finos e Pau-ferral.

Uma consultoria contratada em dezembro dará início ainda aos estudos para criação de outras três UCs no Rio Grande do Sul.

O programa também apoia diretamente a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS), tanto na criação de UCs quanto no fortalecimento e consolidação das existentes, como o Parque Estadual do Espinilho e a Reserva Biológica de Ibirapuitã.

O programa financiou ainda a realização de consultas públicas para debater a ampliação do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e da Estação Ecológica Taiamã, no Pantanal.

2025 EM NÚMEROS

3

chamadas

24

projetos apoiados

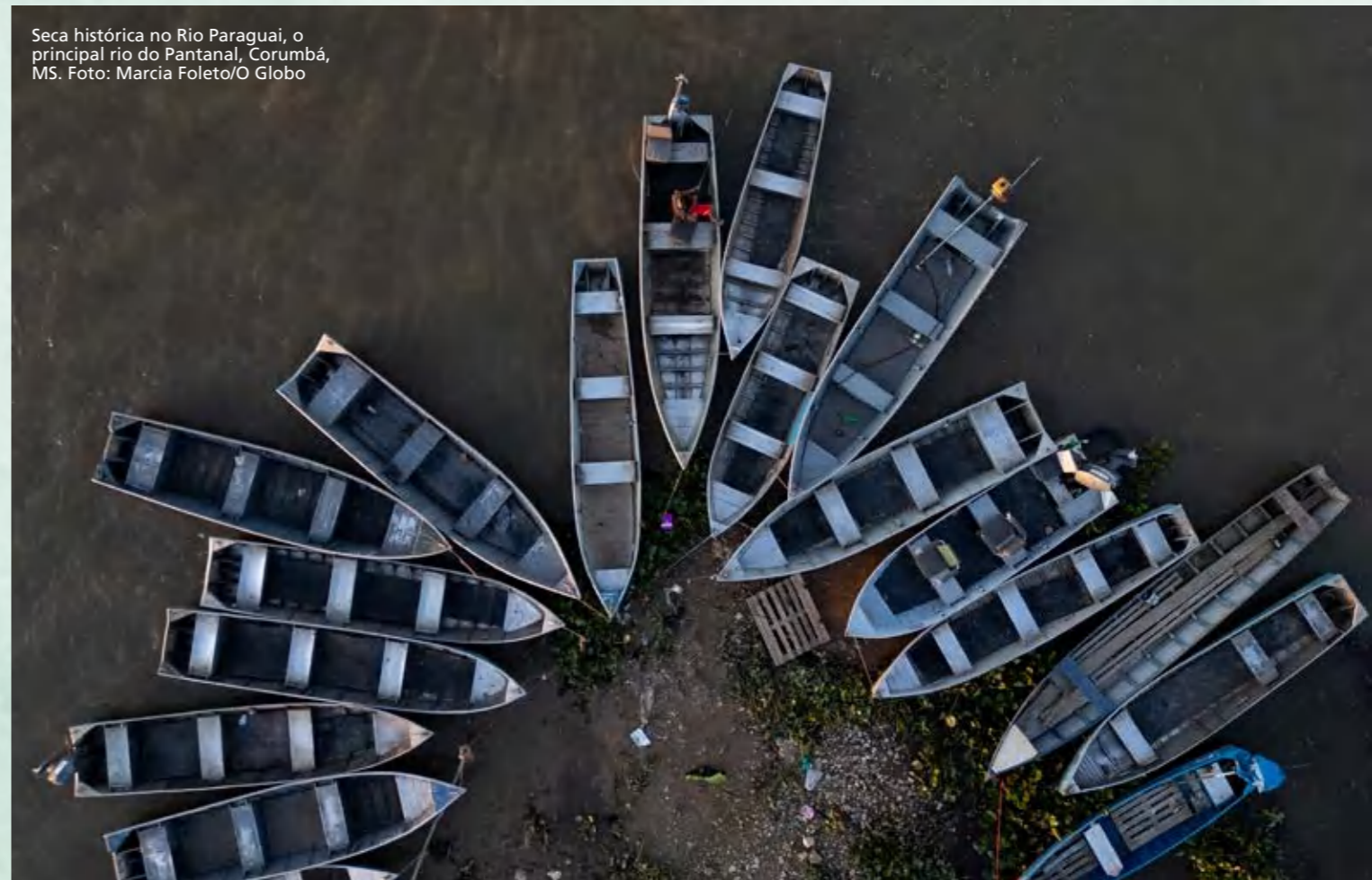
3

biomas

250

quilômetros de trilhas em implementação

Seca histórica no Rio Paraguai, o principal rio do Pantanal, Corumbá, MS. Foto: Marcia Foleto/O Globo



Detalhe da flora da Caatinga. Foto: NEMA Banco de imagens



“ O GEF Terrestre foi extremamente estratégico em termos de conservação da Caatinga no Ceará. O projeto foi o diferencial, técnico e financeiro, que permitiu transformar áreas identificadas como vulneráveis em ativos ambientais, protegendo espécies que só existem na Caatinga e conectando a conservação ao desenvolvimento econômico das comunidades que vivem nesses locais”

reforça ANDRÉA MOREIRA, gestora ambiental e orientadora da Célula de Áreas Protegidas da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará

→ GEF Terrestre

Apoio às brigadas comunitárias e à força das mulheres pantaneiras

O fortalecimento e efetividade das UCs nos três biomas é uma das principais metas do programa. Entre as 61 UCs apoiadas, 37 estão na Caatinga, 20 no Pantanal e quatro no Pampa. Os projetos apoiados visam a aprimorar a gestão, com a elaboração de documentos como planos de manejo e de uso público, e garantir sua implementação e o cumprimento dos objetivos de cada unidade de conservação.

Um dos aspectos em destaque é o planejamento do Manejo Integrado do Fogo (MIF) em UCs federais e estaduais. Ao todo foram formadas e equipadas 36 brigadas.

No Pantanal, bioma que tem sofrido com incêndios severos nos últimos anos, foram executados quatro projetos voltados para formação e compra de equipamentos de brigadas comunitárias voluntárias no entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, com envolvimento de 34 brigadistas.

O programa investiu também na formação de uma brigada 100% feminina no entorno da Estação Ecológica Taimã (MT),

por meio do Instituto Gaia, com atuação em Cáceres e Barão de Melgaço.

A pantaneira Edinalda Pereira, de 35 anos, líder comunitária e chefe da brigada comunitária de mulheres, conta que a demanda surgiu após os fortes incêndios que assolaram o bioma.

“Em 2020, passamos um susto muito grande com os incêndios numa dimensão que nunca tínhamos visto. Perdemos roças, presenciamos mortes de animais silvestres e sem saber como agir para defender nossos territórios e animais. E em 2024, houve novamente incêndios de grandes proporções e surgiu a ideia de fazer um curso de brigada nas comunidades, porque muitas delas estão mais isoladas e até o socorro chegar, o estrago pode ser grande. Com o curso, vimos o que nós mesmos poderíamos fazer, até mesmo para prevenção”, lembra Edinalda, da comunidade tradicional pantaneira de Acurizal.

Foi a semente de um novo trabalho, que ganhou forma em

2025 por meio de um projeto do Instituto Gaia, com recursos do GEF Terrestre, para formação de brigadas comunitárias. **“E nós vimos a necessidade de formalizar uma brigada de mulheres, porque a maioria das lideranças dentro das comunidades são mulheres. São elas que saem para pescar, elas que cuidam da roça e estão no enfrentamento do dia a dia. Então por que não ter uma brigada de mulheres para ter uma ação imediata dentro dos territórios?”**, pontua Edinalda.

O projeto apoia a estruturação, capacitação e formalização da brigada, fornecendo também uniformes e equipamentos. **“Nós entendemos que a brigada feminina só vai reforçar o que já é o papel das mulheres no território pantaneiro, de guardiãs do território e da biodiversidade. Agora, com a formação, sabendo o que pode e o que não pode, as ações corretas de prevenção e enfrentamento do fogo, sem colocar as nossas vidas em risco”,** completa.



Brigadistas pantaneiras assumem o protagonismo no combate ao fogo. Foto: Edinalda Pereira

Do outro lado do bioma, em Mato Grosso do Sul, o programa apoiou também a implementação de um sistema de monitoramento com uso de inteligência artificial para detecção de focos de calor em até três minutos no Parque Estadual Pantanal do Rio Negro, maior UC de proteção integral do estado e uma das porções mais afetadas por incêndios nas últimas décadas.

Foram erguidas duas torres de monitoramento com câmeras 360° de alta resolução que irão acelerar a identificação de princípios de incêndio e o tempo de resposta das brigadas numa área de mais de 400 mil hectares. A iniciativa é executada pelo Instituto Terra Brasilis (ITB) com recursos do GEF Terrestre.

Uma nova chamada para apoiar brigadas de incêndio nos três biomas contemplados pelo GEF foi encerrada em outubro e irá destinar R\$ 2,9 milhões para fortalecer as ações de prevenção e combate ao fogo.

“Um dos jargões usados por esse sistema diz que vamos ‘apagar o fogo com a bota’. O objetivo é que a brigada chegue ao foco de incêndio antes que ele atinja uma grande proporção para que seja possível apagá-lo com mais facilidade”

explica JOSIEL COELHO, coordenador de tecnologia do ITB

→ GEF Terrestre

Conservação da biodiversidade: flora brasileira em foco

Outro componente central na missão do GEF Terrestre é investir na proteção da biodiversidade. Para isso, o programa apoiou a elaboração de 11 Planos de Ação Nacionais (PANs) para conservação de espécies ameaçadas voltados para Aves da Caatinga; Aves dos Campos Sulinos; a Ariranha; Primatas do Nordeste; Canídeos; e Grandes Felinos, estes seis já publicados. E os PANs da Herpetofauna do Nordeste; Ungulados (animais de casco como o veado-campeiro); Lagoas do Sul; Flora da Caatinga; e Sertões, ainda em elaboração. Além disso, foram apoiadas as ações de 13 PANs e a avaliação do risco de extinção de mais de 2.600 espécies da fauna e da flora brasileiras.

Parte significativa desse número veio de plantas, com a análise de cerca de 1.300 espécies botânicas endêmicas da Caatinga, Pampa e Pantanal e que não haviam sido avaliadas

antes. O trabalho técnico, realizado pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), avaliou mais de mil delas em 2025 e será concluído até janeiro de 2026.

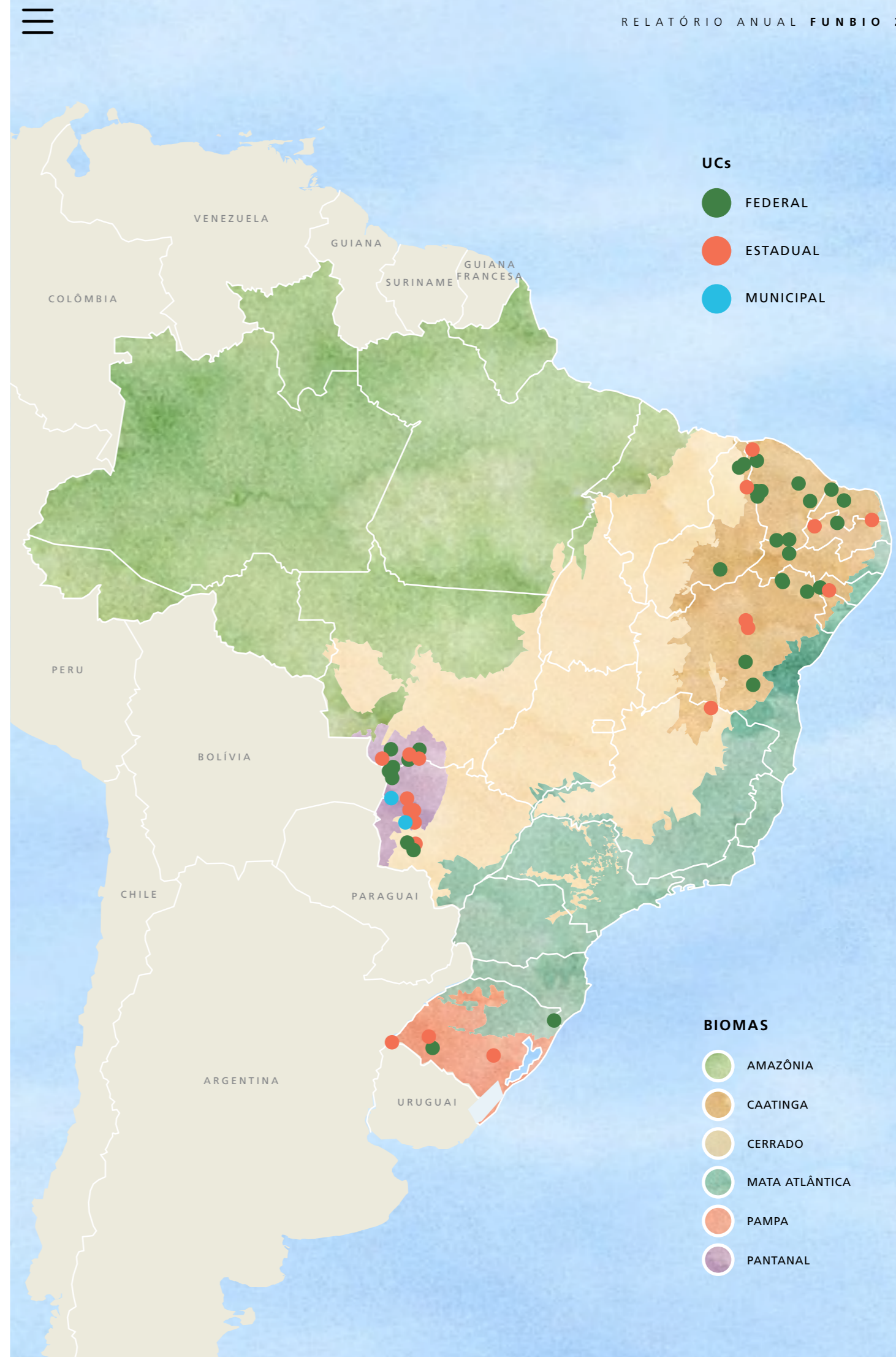
Entender quais espécies estão sob maior risco de desaparecer é fundamental para direcionar esforços de proteção, como a criação de novas UCs. Para levantar esses dados foi preciso ir a campo, pois muitas espécies tinham poucas informações disponíveis. Ao todo, foram seis expedições: quatro na Caatinga, uma no Pantanal e uma no Pampa, destinadas a preencher essas lacunas de conhecimento botânico.

O trabalho, apoiado pelo GEF Terrestre, também permitiu a elaboração, ainda em andamento, de um PAN pioneiro voltado para a conservação de 25 espécies ameaçadas da flora da Caatinga que ocorrem entre Ceará

e Piauí, numa área pouco estudada.

“Esse PAN é o primeiro para a flora da Caatinga. É um PAN inédito num território que, além de não ter UCs, não tinha nenhum Plano de Ação. E agora, concluindo a avaliação dessas espécies endêmicas, conseguimos propor estratégias e ações mais diretas para conservação de cada uma dessas 25 espécies”, explica Eduardo Fernandez, coordenador de projeto do Núcleo de Avaliação do Estado de Conservação da Flora do JBRJ.

“Conhecer e proteger a flora brasileira é uma das nossas missões institucionais e o GEF possibilita o aporte para que a gente tenha esse alcance muito maior nas nossas ações”, acrescenta. Um documentário sobre as expedições será lançado no primeiro semestre de 2026.



UCs

- FEDERAL
- ESTADUAL
- MUNICIPAL

BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL

“Cada expedição dessas revelou dados inéditos sobre essas espécies que eram pouco estudadas, permitindo que fosse feita a avaliação mais precisa e atualizada delas. E direcionamos essas campanhas para áreas onde havia processos de criação de UCs, e assim colaborar não apenas com a gestão de UCs existentes, mas também com a elaboração dos estudos que embasam novas áreas protegidas”

conta EDUARDO FERNANDEZ, coordenador de projeto do Núcleo de Avaliação do Estado de Conservação da Flora do JBRJ

→ GEF Terrestre

Investimento em conectividade e restauração

Em 2025, o programa também investiu na criação e implementação de três trilhas de longo curso. As trilhas são ferramentas que ajudam a promover não apenas o turismo, mas a conectividade entre paisagens naturais e áreas protegidas.

No encontro entre Caatinga e Cerrado, os Caminhos de Ibiapaba são um dos apoiados pelo GEF Terrestre. Seu percurso de cerca de 190 km de extensão liga os parques nacionais de Sete Cidades (PI) e Ubajara (CE), e cruza a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra de Ibiapaba. O percurso foi reconhecido pelo governo brasileiro como parte da Rede Brasileira de Trilhas em abril de 2025 e será oficialmente inaugurado em fevereiro de 2026.

A Travessia Guadakan, na Serra do Amolar, no Pantanal, e os Caminhos do Pampa, no Rio Grande

do Sul, com 30 e 360 quilômetros de extensão, respectivamente, também receberam apoio do programa para sua implementação e serão inaugurados em 2026. As trilhas visam também a contribuir como alternativa de renda para as comunidades tradicionais e locais, por meio do turismo sustentável.

Junto com a conexão, o programa consolidou o investimento na restauração, com a elaboração e publicação de três referenciais teóricos com diretrizes para o monitoramento da restauração na Caatinga, Pampa e Pantanal — este último lançado durante a COP30, em Belém. Os **documentos** foram feitos com coordenação técnica do Departamento de Florestas do MMA e das redes regionais ReCaa na Caatinga; Pacto pela Restauração do Pantanal; e Rede Sul de Restauração, no Pampa.

O PROGRAMA

61

unidades de conservação

sendo

22

UCs federais

13

UCs estaduais

26

RPPNs



Entre mirantes, cachoeiras e formações rochosas, os Caminhos de Ibiapaba conectam dois estados ao longo de 190 km. Foto: Thiago Beraldo

Chamadas e novos projetos para 2026

O programa investiu não apenas em UCs públicas, mas também nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), cuja gestão é feita por proprietários privados. Para isso, foi publicada uma chamada no valor total de R\$ 1,2 milhão para apoiar a criação de RPPNs em âmbito federal nos três biomas do GEF Terrestre. Com o edital encerrado em junho, foram selecionados dois projetos, com início da execução previsto para 2026.

Também foi lançada uma chamada para apoiar práticas produtivas sustentáveis em UCs e seus entornos, finalizada em agosto, que destinará R\$ 6,9 milhões para alcançar a meta de 25 mil hectares e, pelo menos, 200 famílias adotantes de boas práticas de manejo para manter os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade.



As trilhas de longo curso fortalecem a conectividade entre áreas protegidas, promovendo conservação da biodiversidade e turismo sustentável. Foto: Thiago Beraldo



→ Mapeamento participativo de regiões estratégicas marinhas da Região Norte do Brasil

Marés do Norte

É preciso conhecer para conservar e o **Marés do Norte: Mapeamento participativo de regiões estratégicas marinhas da Região Norte do Brasil** tem como objetivo dar um passo fundamental para que o país conheça melhor — e proteja — sua zona costeira e marinha.

O projeto visa a aumentar a compreensão de como o oceano é usado e valorizado nos estados do Maranhão, Pará e Amapá, com um levantamento das atividades econômicas e culturais associadas ao mar e as necessidades e desafios de conservação que apresentam, em especial para comunidades tradicionais, como pesca artesanal, aquicultura, mas também atividades esportivas e até o turismo.

Esse trabalho é uma peça crucial para o Planejamento Espacial Marinho (PEM), que trará o panorama nacional dos usos e

atividades em águas brasileiras, para garantir sua sustentabilidade. No litoral da Região Norte, foco do projeto, estão hoje as principais lacunas de conhecimento, devido a um histórico de falta de investimentos combinado a uma logística de acesso por vezes mais complicada e cara.

Lançado em 2024, o projeto deu seu pontapé inicial em junho de 2025, com a assinatura do Acordo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), coordenador da iniciativa, executada pelo FUNBIO.



“ O projeto Marés do Norte tem relevância indiscutível no planejamento dos usos do mar no Brasil, seja em relação ao Planejamento Espacial Marinho (PEM), seja em relação ao Gerenciamento Costeiro Integrado (GERCO)”

afirma JOÃO LUIZ NICOLodi, coordenador-geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

O levantamento tem importância não apenas ambiental, mas social. **“Trata-se de uma iniciativa inédita de mapeamento participativo que está dando voz e permitindo que dados e informações sobre pesca artesanal e seus maretórios (nome dado pelas comunidades tradicionais aos seus territórios regidos pelas marés) sejam conhecidos e incorporados aos conjuntos de dados que irão compor o planejamento. Esta é uma reivindicação antiga de povos e comunidades tradicionais para que suas informações não sejam invisíveis nas discussões e composições de índices e indicadores que fazem parte do conjunto de metodologias do PEM e do GERCO”,** completa o coordenador-geral.

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) é executado pelo MMA e Marinha do Brasil e o trabalho será dividido por regiões. A expectativa é que o PEM de todo o território nacional seja concluído até 2030. Por meio do GEF Mar, o FUNBIO é responsável ainda pela contratação do PEM para a Região Nordeste.



Conhecer para conservar: o mapeamento participativo fortalece o planejamento e a proteção do ambiente marinho. Foto: Ana Colla

→ Parceria para a implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (Fase 6)

O mico-leão-dourado é um símbolo da fauna brasileira. Ainda assim, o ameaçado primata vive apenas na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro.

É nesse restrito lar que a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) atua para garantir o futuro da espécie.

Uma das apostas para sensibilizar a população, gerar renda e pertencimento aos moradores é o ecoturismo, por meio do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, no município de Silva Jardim. O local, transformado na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Parque do Mico, conecta os visitantes às ações de conservação, com trilhas, mirantes, exposições e espaços interativos. Com recursos de doação da ExxonMobil, geridos pelo FUNBIO, esse projeto visa a apoiar a implementação do parque e expan-



Detalhe da flora local.
Foto: Helio Hara/FUNBIO



Símbolo da fauna brasileira, mico-leão-dourado com filhotes.
Foto: Thiago de Jesus/AMLD

dir a atividade turística em toda a região, consolidando o Destino Mico-Leão-Dourado.

O projeto apoiou a implementação de um novo atrativo: um roteiro de cicloturismo com 14 quilômetros que conecta o parque à Fazenda Perdida, propriedade vizinha adquirida pela AMLD e reconhecida, em novembro de 2025, como RPPN Parque do Mico II. A nova rota para os ciclistas foi inaugurada em fevereiro.

A Fazenda Perdida, adquirida pela AMLD em outubro de 2023, é um antigo pasto que, aos poucos, está voltando a ser Mata Atlântica graças aos esforços de restauração ecológica. Por meio do projeto, foi viabilizado o plantio de mais de 17,6 mil mudas nativas que trarão de volta a floresta em 10 hectares da nova RPPN.

Além disso, o apoio financiou a reforma, já concluída, da casa principal da fazenda, que servirá como base e alojamento do Centro de Referência em Restauração da Mata Atlântica; e a realização de três pesquisas com abelhas nativas sem ferrão que ocorrem na região, para construção de um meliponário que será utilizado em atividades



→ Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (Fase 6)

de ecoturismo e educação ambiental, além de impulsionar a polinização, passo chave para acelerar a restauração das áreas de floresta recém-plantadas.

A recuperação da paisagem e o trabalho em prol da conservação da Mata Atlântica também fazem parte da experiência de quem visita o Parque Ecológico — e aprende com ele. Em 2025, foram mais de três mil visitantes, sendo mais de um terço oriundo de escolas da rede pública e particular, e universidades. Entre elas uma turma de 16 alunos da Universidade de Miami, de Ohio, nos Estados Unidos, que passaram dez dias junto à AMLD e ficaram alojados no próprio parque.

O projeto apoia ainda a manutenção de estruturas como a Torre da Restauração, uma estrutura de madeira de 15 metros de altura que permite a contemplação de uma jovem floresta, em processo de restauração, onde antes havia pasto; o monitoramento e a manutenção das trilhas e dos veículos de apoio aos visitantes; e um treinamento para capacitação de visitantes voltado para jovens da região, quatro deles contratados para atuar na área protegida. Foi

realizada ainda a reforma e adequação do estacionamento do parque para melhorar a acessibilidade do espaço.

Um dos grandes chamarizes que atraindo visitantes ao parque são os eventos organizados por lá. Em 2025, foram realizados seis eventos culturais — batizados de Mico com Arte — que uniram as trilhas, passeios guiados e contemplação da natureza com música, filmes, ioga e atividades educativas. Mais de 600 pessoas participaram do calendário de eventos.

Para além das fronteiras de Silva Jardim, o projeto financiou a participação de representantes da AMLD em eventos de turismo regionais e nacionais, estratégicos para aumentar a divulgação do parque e fomentar a atividade turística na região. Com destaque para o Green Rio, painel Turismo, Natureza e Tecnologia; o II Seminário Técnico-Científico da Rede Brasileira de Trilhas, em São Paulo; e o Roteiro Turístico Silva Jardim: Trilhas, Florestas e o Mico-Leão-Dourado, iniciativa conjunta entre o Sebrae e a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Silva Jardim, construído junto com a equipe da AMLD.

“ A consolidação de um destino ecoturístico do mico-leão é um dos nossos objetivos aqui na região e a viabilidade de diversos atrativos só foi possível com esse apoio por meio do FUNBIO, nessa parceria tão importante não apenas para o parque, mas para criar uma experiência transformadora para os visitantes. E graças a isso hoje o parque já é uma referência no território”

destaca ANDERSON RIBEIRO, assessor de Ecoturismo da AMLD



O ecoturismo é um aliado na conservação ambiental e na proteção do mico-leão-dourado. Foto: Andreia Martins/AMLD



Trilhas, atividades educativas e vivências na floresta transformam o Parque do Mico em um espaço de aprendizado, conservação e conexão com a Mata Atlântica. Foto: Thiago de Jesus/AMLD



NOVO POP ICMBio Proteção

Uma fiscalização eficiente e inteligente é peça chave para combater o desmatamento ilegal.

A implementação de duas salas de situação junto ao ICMBio, órgão federal responsável pela gestão das unidades de conservação (UCs) federais, é um passo importante nessa direção, como mostram as tendências de desmatamento em queda na Amazônia, em especial nas 12 UCs amazônicas prioritárias do projeto, onde houve uma redução estimada de 31% em 2025 em relação ao ano anterior, de acordo com dados do INPE. O êxito no combate à destruição da maior floresta tropical do mundo reflete os objetivos do programa Aprimorando Estraté-

gias de Monitoramento e Ações para Redução do Desmatamento e das Queimadas em Unidades de Conservação Federais na Amazônia (POP ICMBio).

O projeto visa a ampliar a capacidade do ICMBio no monitoramento e combate à destruição da floresta, com ênfase nas 12 UCs localizadas no entorno da rodovia BR-163, no Pará. A região concentra as maiores taxas de desmatamento da Amazônia e quase metade de todo o desmatamento em UCs amazônicas no país.



A sala de situação da Coordenação Geral de Proteção (CGPro) do ICMBio, equipada inicialmente em 2024, recebeu novos equipamentos e operou plenamente em 2025. Os dados gerados na sala fortaleceram a eficácia das ações de fiscalização em áreas prioritárias.

A sala de situação estruturada para a Coordenação de Emergências Climáticas e Epizoóticas (COECE) também recebeu equipamentos adicionais, fortalecendo a capacidade de resposta das equipes em situações de emergência ambiental. Ambas as salas ficam na sede do ICMBio, em Brasília.

A iniciativa, com duração até 2026, faz parte de um esforço do Protecting Our Planet Challenge (POP), o maior fundo privado do planeta para conservação da biodiversidade. Para executar o projeto, gerido pelo FUNBIO, foram investidos USD 3 milhões, oriundos de doações da Fundação Gordon and Betty Moore e da Re:wild.

Monitoramento aéreo

O projeto também contratou 115 horas adicionais de sobrevoo para apoiar a fiscalização das UCs, em especial no combate ao garimpo, totalizando 485 horas totais disponíveis para o monitoramento das áreas protegidas. As horas de voo apoiaram operações como a retirada de gado ilegal na Floresta Nacional do Jamanxim, o enfrentamento à pecuária irregular na Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo e o combate ao garimpo e desmatamento nas UCs nos arredores dos municípios de Jacareacanga e Itaituba.

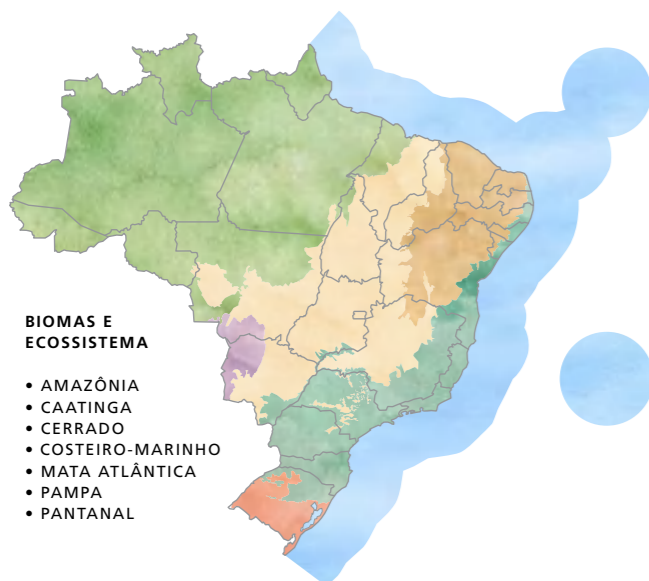
O trabalho de monitoramento em solo foi reforçado com a aquisição de kits de conexão de internet via satélite que ampliam a comunicação em áreas remotas. Foram adquiridos 80 kits, com 20 deles já entregues ao ICMBio. Os outros 60 serão destinados a comunidades por meio do Instituto Povos da Floresta (IPF)

Ao todo, são cerca de cinco milhões de hectares monitorados por meio da contratação de voos e das ações de proteção territorial.



POP SECD

De acordo com os dados mais recentes do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, o Brasil possui um total de 31,2 milhões de hectares de florestas públicas federais não destinadas, ou seja, que não possuem uma finalidade definida. Superar esse gargalo é uma das ações estratégicas no combate à grilagem e ao desmatamento ilegal, em especial na Amazônia. Com a missão de ajudar o país nessa agenda, a iniciativa Protecting Our Planet Challenge (POP) prevê um investimento total de USD 1,2 milhão na estruturação e fortalecimento da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e na implementação do programa Territórios da Floresta, executado de forma conjunta pelo MMA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).



“ No início, nós achávamos que conseguiríamos caminhar com a destinação das florestas públicas federais sobretudo por meio da criação de unidades de conservação e homologação de terras indígenas, mas a configuração política do país fez com que a gente buscasse outras modalidades de destinação de terras. Acredito que a principal contribuição do projeto foi fazer o governo dar um passo além na garantia de direitos de povos e comunidades da floresta. Sem essa agilidade e investimento do POP SECD o projeto não teria avançado tanto ”

conta BRUNO ABE SABER, coordenador-geral da SECD

Em sinergia com o programa, o POP SECD irá viabilizar a destinação de até 385 mil hectares de florestas públicas não destinadas a comunidades tradicionais e povos indígenas no estado do Acre, em parceria com o Memorial Chico Mendes e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

A expectativa é que os primeiros Contratos de Concessão de Direito Real de Uso, referentes a 270 mil hectares, sejam firmados entre o governo federal e as respectivas comunidades tradicionais no primeiro semestre de 2026. O trabalho envolveu consulta aos comunitários, organização de assembleias formais para garantir consentimento e adesão ao programa, caracterização e delimitação dos territórios e cadastro das comunidades e famílias que vivem neles ou utilizam seus recursos de forma sustentável. A destinação marcará o início das entregas do programa, que também conta com apoio do Fundo Catalisador da Agenda Fundiária (ver p. 57) para implementação.

O processo para destinar os outros 115 mil hectares estimados está previsto para ter início em 2026 e deve ser concluído até o final do ano.

Os contratos de concessão representam uma nova modalidade de destinação das florestas públicas, elaborada com apoio do POP SECD, que legitima o direito das comunidades e povos tradicionais ao uso e ocupação permanente desses territórios.



POP SECD



O programa apoia a destinação de florestas públicas, promovendo ordenamento territorial e proteção da Amazônia.
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Por meio da contratação de uma consultoria técnica, o projeto também apoiou a definição metodológica para processar os dados territoriais e delimitar as terras e florestas públicas, um passo fundamental para planejar a destinação. A nova metodologia foi pactuada e reconhecida no âmbito da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD). Em paralelo, foi contratado um time de consultores que apoiou o MMA na qualificação da caracterização ambiental e da dinâmica de uso e ocupação das florestas públicas ainda não destinadas,

de acordo com os critérios definidos, e que auxiliou a SECD a mapear as terras públicas que estariam aptas a serem regularizadas junto às comunidades e povos tradicionais.

Em conjunto com o Fundo Catalisador da Agenda Fundiária (**ver mais na p. 57**), o projeto já envolveu cerca de 500 pessoas nas oficinas de povos e comunidades tradicionais que visam a dar reconhecimento aos seus territórios em áreas de florestas públicas, realizadas nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão e Tocantins, nos meses de março, abril e agosto.

Fortalecimento da SECD

Os recursos apoiaram ainda a capacitação, estruturação física e tecnológica do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial (DOT), na SECD, com aquisição de computadores e *softwares* de geoprocessamento fundamentais para dar celeridade à análise de dados, por meio da automação dos processos e análises geoespaciais de temas ambientais e fundiários.

Com a estruturação e capacitação da Secretaria, foi possível avançar na qualificação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no mapeamento de um total de 5,83 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas habilitadas

para criação de unidades de conservação (UCs). A nova estrutura da SECD permitiu ainda identificar 256 registros considerados fraudulentos, que indicam grilagem em terras públicas não destinadas, encaminhados ao Ministério da Justiça para as devidas providências.

Outro resultado, ainda que indireto, foi a estruturação do Sistema de Integração de Dados para o Desmatamento Zero (SIGDeZ), que permite um monitoramento integrado de informações espaciais para dar celeridade às ações de combate ao desmatamento e incêndios e à destinação de terras públicas.

“Somos uma secretaria e um departamento criados em 2023, com competências que não estavam instaladas no MMA até dezembro de 2022. Essa agenda de destinação de terras públicas e de regularização fundiária eram atribuições com que o Ministério não lidava de uma forma tão direta. E isso demandou de nós a aquisição da *expertise* necessária para lidar com esse desafio. Uma das contribuições do projeto foi permitir que a gente se estruturasse e se qualificasse. Sem o POP nós não teríamos caminhado tão rápido. O fortalecimento institucional do MMA para lidar com a destinação de terras públicas foi muito graças ao que nós executamos com o projeto POP”
esclarece BRUNO ABE SABER, coordenador-geral da SECD

“O POP SECD deu o pontapé inicial para execução de atividades que nos levaram a esse amadurecimento institucional. Foi graças aos equipamentos, *softwares* e consultorias para automação, que tivemos pelo projeto, que enxergamos a possibilidade de construir um sistema como o SIGDeZ”
explica BRUNO ABE SABER, coordenador-geral da SECD

POP Sítio Ramsar

Os manguezais abrigam uma rica biodiversidade e cumprem um importante papel não apenas ecológico, mas também social, sendo fundamentais para segurança alimentar e geração de renda de comunidades locais. Em seu último ano, o projeto **Protecting Our Planet Challenge (POP) Sítios Ramsar** cumpre sua missão de consolidar um sistema de governança único e participativo dos manguezais amazônicos, atuante e representativo, com envolvimento ativo das comunidades locais, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

5

estados

23

unidades de conservação

3,8

MILHÕES
de hectares

R\$ 1

MILHÃO
de recursos investidos

“ O maior legado que o projeto deixa é o aperfeiçoamento das lideranças, por meio das capacitações que trouxeram a compreensão sobre o que significa estar num território de Sítio Ramsar, para que eles se apropriem desse território. E hoje nós temos uma mulher, a Renilde Piedade, que é pescadora, comunitária, que vive do manguezal da Foz do Amazonas, como membro titular do conselho do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) ”

destaca GABRIELE SOEIRO, coordenadora do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio)

Esse resultado foi marcado pela primeira capacitação do Comitê Gestor do Sítio Ramsar Estuário do Amazonas e seus Manguezais, realizada em junho na Reserva Extrativista (RESEX) Mãe Grande de Curuçá, no Pará. O encontro incluiu apresentações sobre mudanças climáticas, carbono azul e Pagamento por Serviços Ambientais, preparando as comunidades para enfrentar desafios emergentes. O reconhecimento formal do comitê está em tramitação no governo e deve ser publicado em 2026.

O trabalho foi coroado também em palcos internacionais durante a 15ª Conferência das Áreas Úmidas da Convenção de Ramsar (COP15), realizada em julho no Zimbábue, e também na Conferência do Clima (COP30), sediada no Pará, em novembro. A participação nos dois eventos projetou internacionalmente a experiência de governança construída nos territórios, dando ainda mais legitimidade e solidez ao processo.

Com foco no Sítio Ramsar Estuário do Amazonas e seus Manguezais, o projeto atuou em cinco estados — Amapá, Maranhão, Pará, Piauí e Ceará — e 23 unidades de conservação (UCs) federais e estaduais, num total de mais de 3,8 milhões de hectares.



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



ANO DE ENCERRAMENTO

2025

POP Sítio Ramsar

Com 100% de execução e um investimento de mais de R\$ 1 milhão, as ações financiadas pelo projeto visam a reforçar o papel dos manguezais amazônicos como patrimônio socioambiental global, valorizar as comunidades tradicionais e assegurar o uso sustentável dos seus recursos, além de reforçar o reconhecimento internacional como Sítio Ramsar dado às áreas úmidas por sua relevância ambiental e apoiar o cumprimento de compromissos feitos pelo Brasil na própria

Convenção de Ramsar, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e na Convenção sobre Diversidade Biológica.

A iniciativa conta com financiamento da Bloomberg Ocean Initiative e Re:wild, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com apoio do FUNBIO como gestor financeiro.



O trabalho do PEMOPE foi apresentado em **vídeo** durante a COP30. Na frente de comunicação, houve ainda a produção de materiais educativos, oficinas de memória, produção de materiais culturais e audiovisuais, com destaque para um vídeo 360°, que ajudam a divulgar e valorizar a sociobiodiversidade amazônica.

Valorização e renda para as comunidades

Uma das iniciativas apoiadas pelo POP Sítio Ramsar é o projeto Pescadores e Pescadores Monitores do Peixe-Boi (PEMOPE), que envolve os pescadores da Ilha do Gato, na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Tubarão (MA), no monitoramento voluntário do peixe-boi e na produção de dados por meio da ciência cidadã. Em reconhecimento ao seu trabalho, os monitores têm suas casas pintadas com murais coloridos que ilustram o mamífero marinho. Outra frente de valorização dos comunitá-

rios é a geração de renda, seja com o apoio ao Festival do Peixe-Boi, principal evento local, seja com a realização de oficinas e capacitações.

Um dos cursos, realizado em agosto na comunidade Ilha do Gato, treinou um coletivo de mulheres para fazer amigurumis, bonecos feitos de crochê ou tricô, com temas da biodiversidade local, desde peixes-bois às árvores de mangue. O trabalho permite integrar geração de renda e educação ambiental.

“ A capacitação foi excelente, foi um investimento onde nós, mulheres comunitárias, aprendemos a técnica dos amigurumis para servir de fonte de renda. Isso mudou a nossa realidade. Hoje nós temos pedidos de compra até de fora do estado. Nós somos mulheres de pescadores, somos marisqueiras e pescadoras. Fazemos raia, polvo, peixe-boi, caranguejo, camarão, mexilhão... E as crianças se interessam e querem aprender mais. E se o manguezal está preservado, melhora nossa vida, tem mais peixe, mais caranguejo, mais vida. Somos gratas ao FUNBIO e ao POP Sítio Ramsar por ter acreditado e investido em nós e na nossa comunidade ”

reforça MERCEDES BRAGA, comunitária de 70 anos que lidera o projeto Crocheteiras, responsável pelos amigurumis, hoje com 20 mulheres

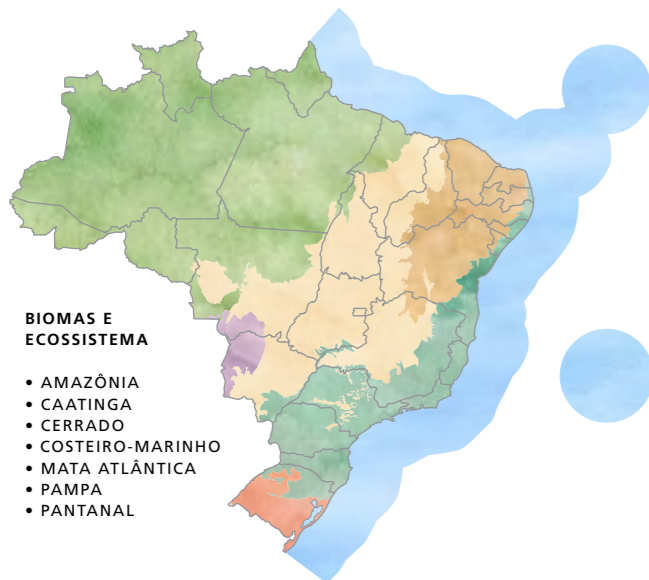
POP SMC

O enfrentamento da crise climática exige ações integradas entre diferentes setores. Nesse contexto, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima 2024-2035) é o principal instrumento do Brasil para orientar a resposta estratégica do país para adaptação e mitigação dos impactos da emergência climática.

Com recursos da iniciativa Protecting Our Planet Challenge (POP), esse projeto gerido pelo FUNBIO atua em cooperação com a Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SMC) e a Secretaria de Bioeconomia (SBC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para auxiliar a implementação do Plano Clima e a estruturação das secretarias, dando condições para que o país cumpra suas metas e compromissos internacionais, como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC),

e fomentando a bioeconomia como aliada ao desenvolvimento sustentável e de baixo carbono.

O fortalecimento institucional da SMC, responsável pela política climática federal, é parte central do projeto, que investiu na contratação de uma consultoria para aprimorar os fluxos internos, a definição de prioridades e a governança, aumentar a eficiência da pasta e estruturar os processos de coordenação dos planos setoriais.



Além disso, foram contratados serviços de *design* gráfico essenciais para ampliar a frente de comunicação da SMC, dando visibilidade e transparência à agenda climática. A contratação foi responsável por desenvolver conteúdos para sites institucionais, material de divulgação do Plano Clima e comunicação relacionada à Conferência do Clima (COP30).

Um dos principais eixos do projeto foi contribuir com a construção e consolidação do Plano Setorial de Mitigação do Setor de Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULU-CF), no âmbito do Plano Clima, sob liderança da SMC. Para isso, foi contratado um especialista, para elaboração de estudos técnicos sobre redução do desmatamento; restauração de vegetação nativa; criação e manutenção de unidades de conservação (UCs); e estimativa dos custos de implementação das políticas públicas federais necessárias ao alcance das metas de mitigação.

Foi desenvolvida também uma proposta de mecanismo de incentivo à manutenção de vegetação nativa excedente à Reserva Legal e às Áreas de Preservação Permanente (APP) no setor agropecuário.

O projeto também apoiou a execução de ações estratégicas do MMA no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), contribuindo para a articulação entre ciência, política climática e posicionamento internacional do Brasil.

Próximo da sua fase final, o projeto concentrará seus esforços no fortalecimento das ações de comunicação e no acompanhamento do monitoramento do Plano Clima, em estreita articulação com a SMC. Na frente de apoio à SBC, está prevista a conclusão do plano de manejo do pirarucu na Amazônia e dos serviços associados ao avanço da agenda de Bioeconomia Azul.



Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade

Probio II

O Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II) chega ao fim em 2025 com um legado de investimento e articulação de esforços na promoção da conservação, produção e uso sustentável da biodiversidade.



No Maranhão, o Probio II impulsionou a bioeconomia com extrativismo sustentável e geração de renda para comunidades tradicionais. Fotos: Alexandre Ferrazoli

A iniciativa teve como ênfase territórios prioritários e atividades econômicas como agricultura, extrativismo e manejo florestal na Amazônia, Mata Atlântica e Pampa. O projeto incluiu ainda o apoio à implementação dos sistemas agroflorestais e viveiros.

Os subprojetos beneficiados pelo Probio II incluem a cadeia produtiva de celulose sustentável; a conservação da biodiversidade aliada à produção agropecuária no Pampa; o desenvolvimento sustentável no Sul da Bahia; a Economia da Floresta; o fortalecimento da agroecologia; e saúde silvestre e inclusão digital.

Um desses exemplos bem-sucedidos foi o fomento à bioeconomia e ao beneficiamento de produtos da floresta no Maranhão, com a implementação de um Arranjo Produtivo Local junto às comunidades tradicionais para promover o extrativismo sustentável. A iniciativa desenvolveu produtos como bijoias, artesanatos em fibras e cipós e sabonetes, ajudou a aumentar a renda dos comunitários, dando protagonismo às mulheres, aliado à conservação.



- BIOMAS**
- AMAZÔNIA
 - MATA ATLÂNTICA
 - PAMPA



Rede Oceano Limpo

Em sua reta final de execução, o projeto **Rede Oceano Limpo** estendeu suas ações a oito estados, com a adesão de Santa Catarina fortalecendo a missão de combate ao lixo marinho no litoral brasileiro e a realização do I Seminário Catarinense de Combate ao Lixo no Mar, com a identificação das ações que podem nortear as estratégias estaduais.

O projeto, que teve 100% de execução, foi prolongado até agosto graças a um novo aporte da Embaixada da Noruega. O recurso extra viabilizou a implementação dos planos de trabalho estaduais de São Paulo, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, e deixa um legado de ação integrada e estratégica em prol dos oceanos.



Avanço potiguar

Em junho foi publicado o **documento de mapeamento e análise de estratégias** acerca das políticas públicas para enfrentamento do lixo do mar no estado do Rio Grande do Norte, elaborado junto ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema) e à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). O lançamento foi feito em Natal, durante o evento Ondas de Conservação, organizado pelo Idema. O documento se soma aos já elaborados nos demais estados que integram o projeto – com exceção de Santa Catarina.



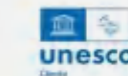
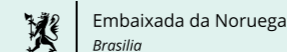
Em nível federal, o projeto cooperou com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) no processo de elaboração da Estratégia Nacional Oceano Sem Plástico (ENOP). O estabelecimento dessa política pública de conservação oceânica, apoiada pela Rede Oceano Limpo, teve seu decreto publicado pelo governo federal em outubro. A iniciativa pretende orientar e coordenar as políticas públicas de prevenção, redução e eliminação do plástico nos oceanos até 2030. A iniciativa foi apresentada durante a Conferência dos Oceanos da ONU, sediada na França, em junho.

A Rede Oceano Limpo é fruto de uma iniciativa da Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano, vinculada ao Instituto de Estudos Avançados e ao Instituto Oceanográfico, ambos da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Embaixada da Noruega. O projeto é gerido pelo FUNBIO.

A Rede é parte do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM), lançado em 2021, com diretrizes sobre como lidar com resíduos sólidos no mar e o fomento à articulação entre órgãos públicos, setores empresariais, organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa. O projeto atua com grupos de trabalho que lideram a articulação com os diferentes órgãos públicos ambientais para que os estados internalizem em suas políticas públicas os conceitos e metodologias de combate ao lixo no mar, com base nas informações científicas disponíveis.

“ A Rede Oceano Limpo chegou em um momento de maturidade, já com oito estados fazendo parte da rede e também com a construção, junto ao Ministério do Meio Ambiente, da Estratégia Nacional Oceano Sem Plástico. A expectativa é ter no futuro os 17 estados costeiros na rede, integrando todos eles à estratégia nacional, capilarizando para os municípios e planejando os próximos passos. Essa expectativa só pode ser feita em função desse trabalho conjunto iniciado entre a Universidade de São Paulo, a Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano, o FUNBIO e a Embaixada da Noruega ”

explica o professor ALEXANDER TURRA, da USP, idealizador e coordenador da Rede Oceano Limpo



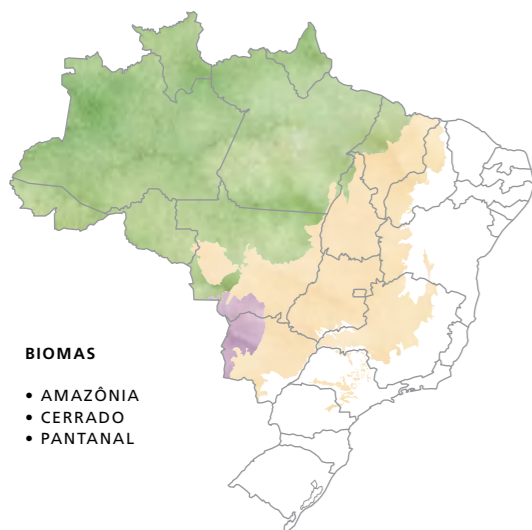
→ REDD+ Early Movers – Mato Grosso (REM MT)

REM MT

O território mato-grossense é o único que reúne três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Com a missão de prevenir o desmatamento no estado, a Fase I do programa global **REDD+ Early Movers – Mato Grosso (REM MT)** chegou na sua reta final com o sucesso de ter evitado a destruição de 160 mil hectares de vegetação nativa — território maior que a cidade de São Paulo — e se tornar uma das principais iniciativas subnacionais de pagamentos por resultados climáticos no Brasil.

Entre 2019 e 2025, o programa direcionou recursos para promoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e de baixa emissão de carbono. O trabalho incluiu desde articulação de políticas públicas que envolveram o governo do estado de Mato Grosso e o fortalecimento institucional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente a investimentos territoriais

estruturantes, como o apoio a agricultores familiares e povos indígenas na promoção de práticas mais sustentáveis. Ao todo, foi executado um valor superior a R\$ 240 milhões, que apoiaram mais de 150 projetos e beneficiaram diretamente cerca de 44 mil pessoas, entre agricultores, indígenas, comunidades tradicionais e produtores rurais em diferentes regiões do estado.



O programa chega ao fim deixando um legado de redução do desmatamento e fortalecimento da governança ambiental. Foto: Mariana Galvão



“Um dos legados do programa REM-MT para governança do estado é a construção do diálogo com os povos indígenas e o avanço da bioeconomia, especialmente na estruturação das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade. Além disso, os investimentos no combate ao desmatamento foram preponderantes para uma inversão de paradigma. Quando o REM-MT começou, o estado estava sempre correndo atrás do prejuízo, chegava sempre depois que as áreas já estavam desmatadas. Com os investimentos do programa, hoje o estado trabalha de uma forma preventiva, o que reduziu muito o desmatamento e virou uma referência no país”

destaca LIGIA VENDRAMIN, analista ambiental da SEMA-MT e coordenadora do REM-MT

O programa contribuiu ainda para o Fortalecimento do Sistema Estadual de REDD+ (SISREDD+), com avanços na governança, participação social e transparência; a ampliação da capacidade de fiscalização do estado; e a redução de até 50% nos prazos de lavratura e julgamento de autos de infração, aumentando a efetividade do controle ambiental.

O REM MT é resultado da parceria firmada entre os governos alemão e do Reino Unido, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e da Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS), junto ao estado de Mato Grosso, com gestão financeira executada pelo FUNBIO.

O sucesso da Fase I do programa deixa como legado resultados positivos e bases institucionais fortalecidas que pavimentam o caminho para dar continuidade ao REM MT, com uma segunda fase da iniciativa já em andamento, sob gestão financeira de outra organização.



FINANCIADOR

Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW)

ANO DE ENCERRAMENTO

2025

Tecendo Caminhos para o Bem Viver Indígena

Tradição e Futuro

Voltado para os povos e comunidades indígenas em territórios da Amazônia, Pantanal e Cerrado, o novo projeto **Tradição e Futuro – Tecendo Caminhos para o Bem Viver Indígena** visa a apoiar 27 terras indígenas (TIs) em quatro estados brasileiros (Acre, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

A iniciativa reconhece o papel central dos povos originários na conservação da biodiversidade e no enfrentamento das mudanças climáticas, e visa a fortalecer a relação entre cultura e natureza, a defesa do território e a valorização do papel de jovens e mulheres indígenas.

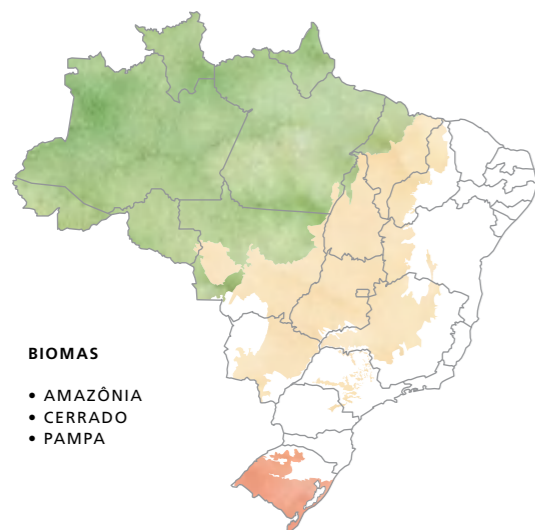
As ações previstas incluem o apoio à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a formação de Agentes Ambientais Indígenas, o

fortalecimento de práticas culturais, o reconhecimento de experiências indígenas inovadoras alinhadas ao bem-viver e à promoção de direitos e estímulo a cadeias produtivas sustentáveis.

A iniciativa é apoiada pelo programa Petrobras Socioambiental, em parceria com organizações indígenas regionais e gestão financeira e operacional do FUNBIO. As ações estão previstas para ter início em 2026.



Visita dos Kayapó aos Ashaninka na primeira fase do programa Tradição e Futuro. Foto: Domingos Peixoto



BIOMAS
 • AMAZÔNIA
 • CERRADO
 • PAMPA



O projeto representa um investimento dividido em seis eixos estratégicos de atuação:

- Gestão Territorial e Ambiental
- Cultura e Conhecimentos Tradicionais
- Educação Diferenciada Indígena
- Direitos
- Segurança Alimentar e Sociobiodiversidade
- Agenda Climática

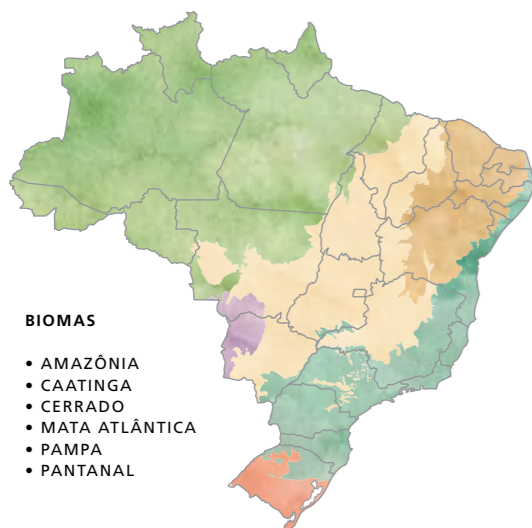
Mecanismo Financeiro para Povos Indígenas

noVO Vítuke

Lançado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) durante a Conferência do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA), o **Vítuke**, que significa ‘nosso’ na língua da etnia Terena,

é um mecanismo financeiro nacional pioneiro que tem como meta mobilizar pelo menos USD100 milhões de financiamento privado para assegurar o direito aos territórios dos povos originários e impulsionar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). A iniciativa tem o potencial de apoiar a proteção de 100 milhões de hectares e beneficiar mais de 300 mil indígenas no país.

Com gestão do FUNBIO, o mecanismo conta com três doadores iniciais: o Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), com um aporte de € 15 milhões; a Fundação Gordon and e Betty Moore, com USD 10 milhões; e outros USD 4 milhões do Banco Mundial. Ao todo, as primeiras doações já somam cerca de R\$ 150 milhões — aproximadamente USD 30 milhões.



“ Nós precisamos que o recurso do Vítuke chegue de fato a quem precisa, aos nossos territórios, para que a gente consiga manter a floresta em pé, para que a gente consiga continuar protegendo quem precisa do nosso apoio.”

JOSIMARA MELGUEIRO,
Coordenadora do Fundo Indígena Rutí
(Conselho Indígena de Roraima)

Fazem parte da governança já estabelecida e funcional

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

E suas sete organizações regionais

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste)

Aty Guasu, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)

“ É a materialização de uma das nossas principais demandas: autonomia para seguir fazendo o que sempre fizemos, que é a defesa da vida”

destaca SONIA GUAJAJARA,
ex-ministra dos Povos Indígenas

O desenho do mecanismo financeiro contou ainda com o apoio do Bezos Earth Fund e da Re:wild.

A iniciativa foi pensada, criada e estruturada conjuntamente pelo MPI e organizações do movimento indígena. Fazem parte da governança já estabelecida e funcional as associações no quadro ao lado.

O objetivo é que organizações indígenas acessem diretamente os recursos do mecanismo para implementar ações em seis eixos temáticos: proteção territorial e dos recursos naturais; governança indígena e participação; prevenção e restauração de danos ambientais; uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas; capacitação, formação e intercâmbio de conhecimentos e infraestrutura de gestão.

Investir no fortalecimento dos territórios indígenas e suas comunidades é peça fundamental para manter as florestas em pé e com elas apoiar a conservação da biodiversidade e o enfrentamento das mudanças climáticas. Esse também é o cerne da PNGATI, instituída por decreto em 2012, mas ainda não totalmente implementada.



EM PAUTA

12/11/25 — FOLHA DE S. PAULO
Governo Lula prepara fundo inédito voltado a povos indígenas

14/11/25 — REVISTA VEJA
Novo fundo indígena mira R\$ 550 milhões e tenta destravar gestão ambiental de territórios

19/11/25 — REVISTA EXAME
Mecanismo lançado na COP30 prevê R\$ 550 milhões para ações em terras indígenas

Vítuke



Lançamento do mecanismo financeiro Vítuke na COP30, em Belém, com a presença da então ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. Foto: Gilmar Junior

Metas

USD **100**
MILHÕES
em doações

100
MILHÕES
de hectares alcançados

300
MIL
indígenas beneficiados

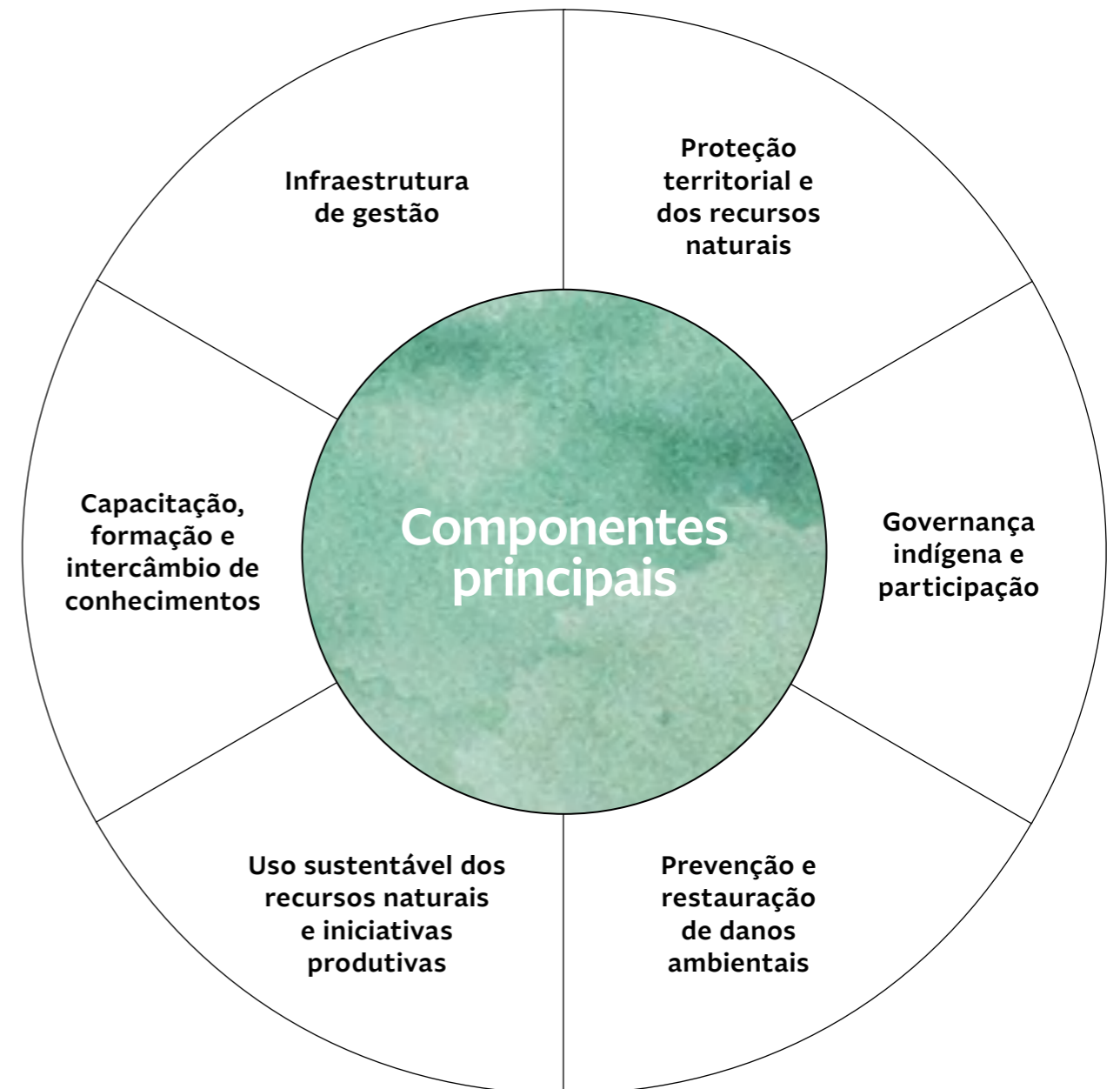


Foto: Dante Novaes

“ A construção do mecanismo é mais um importante passo no reconhecimento dos povos indígenas como os maiores protetores da biodiversidade. Apoiar essas iniciativas que já são alinhadas à PNGATI é uma importante forma de promover a proteção e autonomia dos territórios, contribuindo para que os povos sigam preservando a floresta em pé, o que já fazem naturalmente por meio dos seus modos de vida”
destaca SONIA GUAJAJARA, ex-ministra dos Povos Indígenas

“ Os territórios indígenas concentram florestas intactas, biodiversidade preservada e altos estoques de carbono, contribuindo diretamente para o enfrentamento das mudanças climáticas. Com Vítuke, damos um passo decisivo para garantir que os próprios povos indígenas possam acessar diretamente os recursos necessários para proteger e gerir seus territórios, fortalecendo sua autonomia. Fazendo jus ao nome — Vítuke significa “nosso”, em língua Terena — a iniciativa sintetiza a criação conjunta e colaborativa de construção de um mecanismo financeiro elaborado pelo e para os povos indígenas. Vítuke é uma das quase 100 iniciativas com foco em terras indígenas apoiadas pelo FUNBIO em nossos 30 anos de trabalho”

ROSA LEMOS DE SÁ, secretária-geral do FUNBIO



PROJETOS COM RECURSOS DE

Obrigações Legais

Foto: Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

No FUNBIO, 12 iniciativas são implementadas com recursos oriundos de Obrigações Legais — como termos de ajustamento de conduta, compensações ambientais, multas ou acordos extrajudiciais —, contribuindo diretamente para a biodiversidade e a conservação ambiental do país.

Saiba mais sobre as iniciativas.

91	APOIO A UCs
93	BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ
96	BIODIVERSIDADE RIO DOCE
98	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
100	G7 PARQUES NACIONAIS
101	PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA
NOVO	103 REABILITA CETAS
NOVO	104 REBIO DE COMBOIOS
105	REVIS SANTA CRUZ
106	TAC ALSUB
108	TAC CORAL-SOL
109	TCSA PORTO SUL

→ Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

Apoio a UCs

Dez unidades de conservação são beneficiadas pelo projeto **Apoio a UCs**, que visa à conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, aliada ao uso sustentável dos recursos pesqueiros e ao fortalecimento da pesca artesanal.

Para isso, já foram investidos mais de R\$ 25 milhões na estruturação das UCs. Apenas em 2025, foram executados R\$ 4,8 milhões. Com aportes oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, responsabilidade da empresa PRIO, o projeto é resultado de uma medida compensatória conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF), com acompanhamento do Ibama.

No litoral sul do estado, os recursos do projeto viabilizaram também

a instalação de uma minicentral hidrelétrica na Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, unidade indígena em Paraty, planejada em conjunto com os comunitários. O equipamento levou luz elétrica para a comunidade caiçara que vive na localidade de Martim de Sá, trazendo benefícios como a refrigeração de peixes, possível pela primeira vez graças à pequena central e fundamental para geração de renda da comunidade.



O projeto fortalece a conservação marinha e costeira no estado do Rio de Janeiro, Praia de Ponta Negra. Foto: Joaquim Lima



R\$ **25**
MILHÕES
em estruturação de UCs

R\$ **4,8**
MILHÕES
investidos em 2025

UCs apoiadas

- Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu (RJ)
- Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim (RJ)
- Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara (RJ)
- Estação Ecológica (ESEC) Tamoios (RJ)
- Estação Ecológica (ESEC) Tupinambás (SP)
- Monumento Natural (MONA) das Ilhas Cagarras (RJ)
- Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba (RJ)
- Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina (RJ/SP)
- Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Arraial do Cabo (RJ)
- Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/ Mico-leão-dourado (RJ)



“ A execução desses projetos foi muito importante para a APA de Cairuçu, porque legitimou a gestão da APA, em diálogo com as comunidades, com a elaboração dos planos comunitários, e também na terra indígena Parati-Mirim, com o PGTA, e que trazem um retorno enorme para a conservação desses territórios. É um legado de autoafirmação das comunidades, dando dignidade e realização para essas pessoas e seus modos de vida, porque são comunidades historicamente esquecidas pelo poder público”

destaca FLÁVIO PAIM, analista ambiental no Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Paraty

→ Apoio a UCs

A APA também terá um Centro Cultural na comunidade indígena Tekoa Itaxi Mirim, com obra prevista para ter início em 2026. O centro será construído em Parati-Mirim, que fica sobreposto à UC e faz parte das metas tanto do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena quanto do plano de manejo da APA. O projeto arquitetônico do espaço foi elaborado em conjunto com a comunidade e será um local de valorização dos saberes e práticas tradicionais, e realização de atividades coletivas, como eventos, rituais, oficinas e ações ligadas ao turismo de base comunitária.



Em Paraty, a Feira do Mar reuniu comunidades locais, gestores de unidades de conservação e parceiros para celebrar os saberes tradicionais. Foto: Joaquim Lima

Festival da Pesca

Um dos destaques do ano para os três projetos executados com recursos do TAC Frade (Apoio a UCs, Educação Ambiental e Pesquisa Marinha e Pesqueira) foi o Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar. Com três edições, realizadas nos municípios de Rio de Janeiro, Armação de Búzios e Paraty, respectivamente em setembro, outubro e novembro, o evento reuniu as diversas iniciativas executadas sob o guarda-chuva do TAC Frade e um total de mais de sete mil pessoas. A edição carioca contou ainda com a participação dos projetos da Conservação da Toninha. Ao longo dos eventos, estiveram lado a lado os comunitários e os representantes das UCs, reforçando a parceria entre os atores que executam as ações no território (**ver mais em projeto Pesquisa Marinha — p. 101**).

Cada uma das edições da feira foi uma ocasião para celebrar a cultura, os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras, a ciência, a gastronomia e a educação ambiental, assim como o trabalho de 10 anos do TAC Frade.

O projeto Apoio a UCs também apoiou a Gerência Regional Sudeste do ICMBio (GR-4) com a realização de encontros entre os gestores da região. Em junho, foi realizado o primeiro evento temático entre gestores — de uma série de três —, com foco na conservação marinha. Já em outubro, os cerca de 60 chefes de UCs do Sudeste estiveram no Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio), em Iperó (SP), para discutir estratégias de conservação da natureza. Em 2026 espera-se apoiar outros dois encontros temáticos.

Espaço Manguezal

A maior faixa contínua de manguezal preservado do estado do Rio de Janeiro ganhará um espaço de preservação do patrimônio – o Espaço Manguezal. Construído anexo à sede da Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim e da Estação Ecológica Guanabara, o espaço contará com um centro de visitantes e um auditório para realização de eventos e atividades de educação ambiental.

Ainda em obras, a estrutura está sendo erguida com recursos do projeto Apoio a UCs, e projetada de forma integrada à paisagem natural. O prédio possui ainda um biodigestor para destinação de efluentes e uma estrutura de captação para reaproveitar a água da chuva. A inauguração do espaço, que contará com uma exposição permanente financiada pelo TAC ALSUB, outro projeto gerido pelo FUNBIO, está prevista para ocorrer até o final de 2026.



A iniciativa valoriza e resgata os saberes e a cultura tradicional caiçara ligados ao mar. Foto: Joaquim Lima



As comunidades pesqueiras fortalecem o turismo comunitário como estratégia de geração de renda e conservação do território. Foto: Joaquim Lima



apoio a UCs
Conservação & Uso Sustentável



Biodiversidade Litoral do Paraná

A Mata Atlântica paranaense é o lar de milhares de espécies de plantas e animais. Com foco na conservação desse patrimônio natural, o programa **Biodiversidade Litoral do Paraná** busca fortalecer unidades de conservação (UCs) no estado, com investimentos de mais de R\$ 110 milhões em atividades como fiscalização, pesquisa, uso público e educação ambiental. A estruturação e valorização das UCs, públicas e privadas, são consideradas estratégicas para fomentar o desenvolvimento regional. Um dos caminhos para geração de renda é o turismo. Em dezembro, foi oficialmente inaugurada a primeira trilha estruturada e integralmente sinalizada do Parque Nacional do Superagui. Com 15 quilômetros, a Trilha do Arapira, que pode ser feita a pé ou de bicicleta, conecta comunidades caiçaras e fortalece o turismo de base comunitária.



Com um investimento de cerca de R\$ 2 milhões alinhado com o planejamento técnico do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Antonina-Guaraqueçaba do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o percurso conta com sete pontes suspensas, uma passarela de 50 metros e sinalização no padrão da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. A trilha, que começou por iniciativa das próprias comunidades, integra os 40 quilômetros da Travessia do Superagui, que conecta a ilha de norte a sul em meio a restinga, manguezal, Mata Atlântica e trechos de praia deserta.

O evento de inauguração da trilha contou com a presença de representantes de órgãos ambientais, universidades, parceiros institucionais e moradores das comunidades, e incluiu um baile de fandango caiçara, expressão cultural que resiste há séculos em comunidades do litoral do Paraná, São Paulo e sul do Rio de Janeiro.



A Trilha do Arapira conecta comunidades caiçaras em meio à Mata Atlântica, manguezais, restingas e praias no litoral do Paraná. Fotos: Priscila Foroni

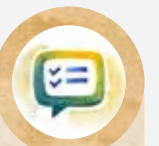


BIOMA E ECOSISTEMA
 • COSTEIRO-MARINHO
 • MATA ATLÂNTICA



“ O Parque Nacional do Superagui tem 36 anos e essa é a primeira vez que ele tem uma trilha ordenada e também sinalizada, integrada com as comunidades para que fomente esse turismo de base comunitária. O ordenamento do turismo e a implementação dessa trilha só são possíveis por conta do programa Biodiversidade Litoral do Paraná. Anteriormente, o parque passou 36 anos na expectativa de ter um turismo ordenado, equilibrado e em conjunto com as comunidades”

celebra CAMILE LUGARINI, chefe do NGI Antonina-Guaraqueçaba do ICMBio



EM PAUTA

17/12/25 — FOLHA DE S. PAULO
 Parque Nacional do Superagui ganha trilha bimodal no norte do Paraná

→ Biodiversidade Litoral do Paraná

Conhecimento e conservação

Com sete chamadas lançadas no ano anterior, 2025 marcou o início da execução de 46 projetos socioambientais previamente selecionados. As iniciativas contemplam diferentes regiões do litoral paranaense, investem em conservação e pesquisa, e beneficiam espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-preta e a toninha.

Ampliar o conhecimento é peça chave na conservação da biodiversidade. Com recursos do programa, o Instituto Meros do Brasil iniciou em 2025 a implementação da Rede de Telemetria do Litoral do Paraná (RETELIPA), uma ação colaborativa voltada ao monitoramento de 41 animais de dez espécies marinhas

— nove de peixes e uma de tartarugas — no Complexo Estuarino de Paranaguá e na plataforma costeira adjacente. O projeto irá usar transmissores acústicos para coletar informações dos animais monitorados e criar um banco de dados aberto a gestores públicos e instituições parceiras, que poderá ser usado para subsidiar licenciamentos ambientais e apoiar políticas públicas para conservação marinha.

A iniciativa é uma das nove selecionadas pela chamada, lançada em 2024, que destinou R\$ 4,2 milhões para viabilizar ações de manejo e conservação de espécies e ecossistemas no litoral do Paraná ao longo de dois anos.



Ademadan. Foto: Juliana Camargo



Capacitações e encontros entre gestores e comunidade na pauta de ação do programa. Foto: Larissa Linhares

“ O apoio do Biodiversidade Litoral do Paraná foi fundamental para conseguirmos de forma efetiva implementar uma malha de equipamentos instalados e na aquisição de novas marcas que estão sendo inseridas nos animais, além de ter proporcionado a criação oficial da rede de telemetria do Paraná, por meio de *workshops* de trocas de saberes e definições de estratégias”

conta MATHEUS FREITAS, pesquisador do Instituto Meros do Brasil e gestor do projeto

46

projetos em execução

R\$ 13
MILHÕES
executados

Novas chamadas em 2025

Em 2025, o programa executou cerca de R\$ 13 milhões. O ano marcou o lançamento de duas manifestações de interesse: para elaboração de planos de manejo e sinalização de UCs estaduais e municipais, com valor de R\$ 2,5 milhões; e para criação de conselhos gestores de UCs estaduais e municipais, que irá destinar outros R\$ 500 mil.

O programa avançou ainda no apoio à criação e consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) na região, com o lançamento em outubro da terceira

chamada nessa frente. O edital irá destinar um total de R\$ 1,75 milhão para ajudar a conservar a natureza dentro de propriedades privadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.

O programa investiu também em polícias ambientais na região, com a destinação de R\$ 1,3 milhão para apoiar a estruturação do Batalhão de Polícia Ambiental Militar do Paraná, e outro R\$ 1 milhão para a Patrulha Ambiental da Guarda

Civil Municipal de Paranaguá. Os projetos, aprovados em 2025, darão início à execução a partir de 2026.

É o segundo apoio destinado pelo programa ao Batalhão da Polícia Ambiental, que no ciclo anterior recebeu R\$ 1 milhão para aquisição de embarcações, drones, equipamentos de georreferenciamento, materiais de proteção individual e itens logísticos essenciais para a operação em campo. O novo aporte irá permitir a estruturação de pontos de apoio fixos em cinco municípios.

→ Biodiversidade Litoral do Paraná

Investimento nos municípios

Com 97% do território coberto por áreas naturais, Guaratuba é um dos municípios do litoral do Paraná que tem se beneficiado com recursos do programa, com cerca de R\$ 1,2 milhão comprometidos com o município. A prefeitura foi uma das instituições selecionadas pelo edital de apoio às Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Litoral do Paraná, com um projeto no valor de cerca de R\$ 500 mil.

Os recursos permitiram a aquisição de veículos, embarcações e drones usados para fiscalização, além de computadores e *softwares* que ampliaram a capacidade do município de fazer estudos e análises geoespaciais. **“O quadriciclo, em especial, viabilizou patrulhamento regular ao longo de aproximadamente 15 km de faixas de restinga e praias, cobrindo trechos que exigem deslocamento ágil e que, sem esse recurso, ficam mais vulneráveis. E a incorporação do barco fortaleceu o monitoramento ambiental em áreas aquáticas e costeiras, tornando o trabalho da SMMA mais completo”**, detalha Edgar Fernandez, secretário municipal de Meio Ambiente de Guaratuba.

Um dos principais focos das ações é o Parque Natural Municipal Lagoa do Parado, criado em 2004, que protege 3.600 hectares de Mata Atlântica, com manguezais, áreas alagadas e floresta, onde vivem espécies ameaçadas como o pássaro bicudinho-do-brejo (*Formicivora acutirostris*). O trabalho prevê a criação de conselho gestor e a elaboração de plano de manejo da área protegida municipal, assim como ações de

educação ambiental para envolver os moradores da cidade.

Já no município de Pontal do Paraná, os recursos do programa apoiaram a criação do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê. O processo de formação incluiu oficinas de mobilização com representantes de instituições de ensino, organizações da sociedade civil, setor público e comunidades locais, que discutiram os critérios de composição do conselho e mapearam atores estratégicos.

Outro apoio à prefeitura de Pontal viabilizará a sinalização e elaboração dos planos de manejo do Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê e do Parque Municipal da Reserva.

Encontro de projetos.
Foto: Felipe Nunes



Ararapira, PR. Foto: Priscila Foroni

“ A troca de experiências com outros atores envolvidos foi muito boa para a continuidade dos projetos financiados pelo programa. Agora, com uma visão mais ampla do programa Biodiversidade Litoral do Paraná, nossa expectativa é alavancar ainda mais as ações nas unidades de conservação municipais de Paranaguá”

afirma RODRIGO DELONGA, engenheiro florestal da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Paranaguá

Primeiro encontro presencial do programa

O ano foi marcado ainda pelo primeiro *workshop* presencial do programa, realizado no município de Morretes, em abril. O evento reuniu 55 representantes dos projetos apoiados, de organizações sociais, órgãos públicos e instituições acadêmicas, para apresentação geral do programa, troca de aprendizados, articulações e planejamento conjunto.

Durante dois dias, o I Encontro do Programa Biodiversidade Litoral do Paraná promoveu a integração das

iniciativas do programa e o alinhamento de diretrizes para conservação da biodiversidade no estado.

O programa, com duração prevista até 2031, é financiado por um Termo de Acordo Judicial (TAJ) firmado com a participação direta do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Paraná (MPPR), como compensação pelo vazamento de 52 mil litros de óleo diesel da Petrobras, que atingiu o litoral paranaense em 2001.

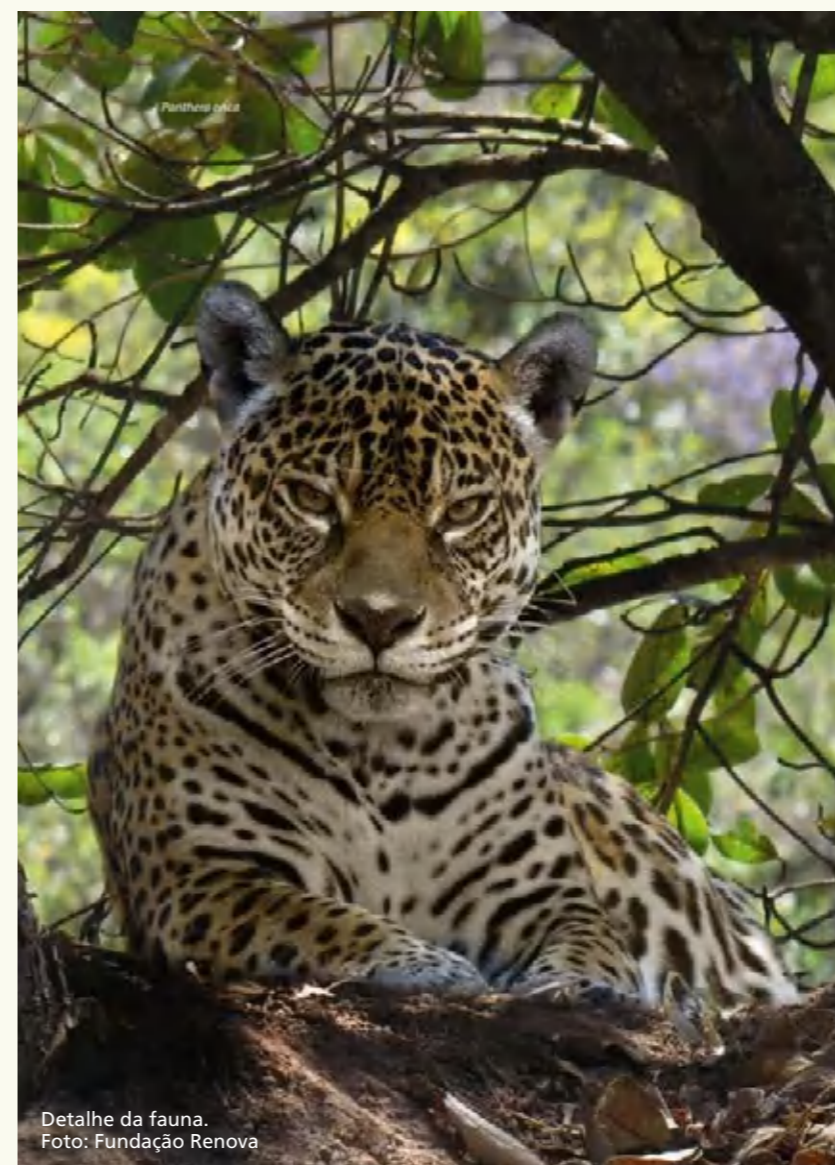
Biodiversidade Rio Doce

Ameaçado de extinção pela perda de hábitat, doenças como a febre amarela e o avanço de espécies invasoras, o pequeno sagui-da-serra-claro (*Callithrix flaviceps*) ganhou sua primeira população em cativeiro dentro de um programa de conservação.

A iniciativa, considerada fundamental para garantir o futuro da espécie, é um dos resultados do investimento no projeto Biodiversidade Rio Doce, por meio da chamada de projetos de apoio a oito subprojetos de pesquisa que subsidiam ações de enriquecimento, reintrodução ou reforço populacional de espécies da biodiversidade terrestre.

O trabalho em prol da conservação do sagui-da-serra, espécie classificada pelo ICMBio como Criticamente em Perigo, é liderado pela equipe do Programa de Educação

Ambiental (PREA). O subprojeto auxilia o planejamento de translocações do primata ameaçado, integrando ações de conservação na natureza (*in situ*) e em cativeiro (*ex situ*), com a composição de uma população de segurança do sagui, mantida sob cuidados humanos no Centro de Conservação dos Saguís-da-Serra (CCSS). O esforço incluiu ainda análises de viabilidade populacional, estudos genéticos e sanitários, levantamento das populações conhecidas na natureza e o mapeamento das ameaças à espécie.



“O aporte para esse subprojeto com o FUNBIO me mostrou a diferença de fazer conservação com um recurso significativo e completo para uma pesquisa abrangente capaz de gerar respostas sólidas, visíveis e essenciais para a conservação de espécies ameaçadas. Vendo o nosso avanço e o avanço dos demais subprojetos contemplados para outras espécies, ficou evidente que sim, é possível fazer conservação e reverter cenários de degradação quando há investimentos condizentes”
destaca RODRIGO CARVALHO, diretor-presidente do PREA

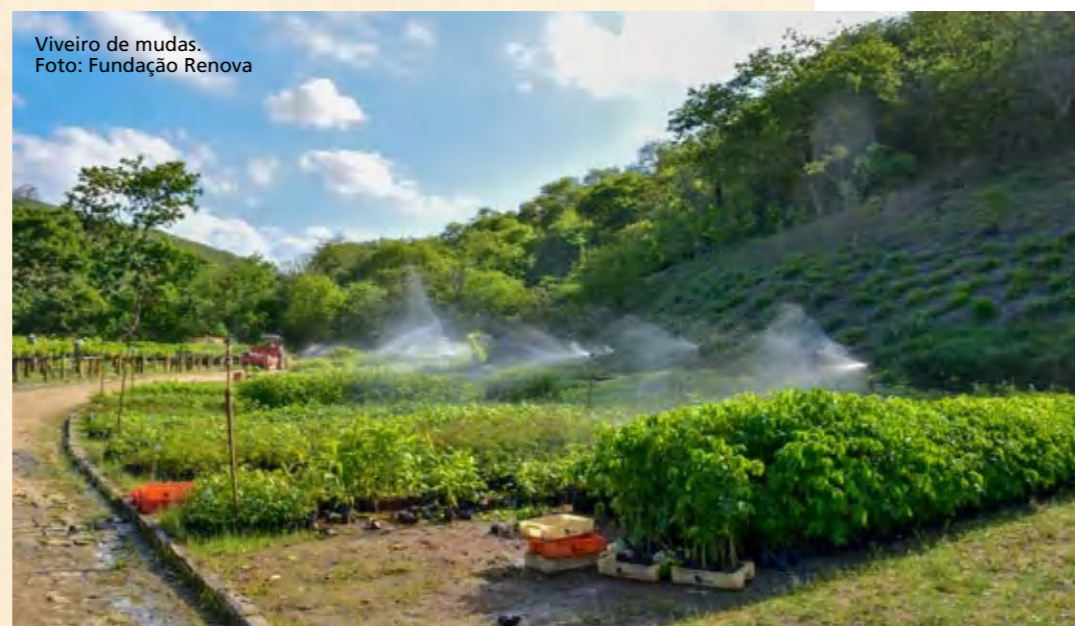
Biodiversidade Rio Doce

O edital para translocação da biodiversidade terrestre do Rio Doce — com um investimento de R\$ 6,4 milhões — foi uma das cinco chamadas lançadas pelo projeto Biodiversidade Rio Doce, que totalizaram 35 subprojetos, concluídos em 2025. Ao todo, foram aportados R\$ 29 milhões em ações de 21 instituições de pesquisa voltadas para mais de 100 espécies alvo presentes nos Planos de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre e Aquática da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Atingida em 2015 pelo rompimento da barragem de Fundão, no município mineiro de Mariana, a bacia hidrográfica do Rio Doce, localizada entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, abriga uma rica biodiversidade. O projeto, fruto de uma parceria entre o FUNBIO e a extinta Fundação Renova, tem como principal objetivo fomentar o conhecimento e a conservação das espécies alvo da bacia, abrangendo flora e fauna locais.

Voltada especificamente para a biodiversidade aquática, uma das chamadas do projeto investiu R\$ 2,5 milhões em três subprojetos para estudos sobre peixes, crustáceos e insetos aquáticos, conduzidos pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia (FEST).

Com ênfase em oito espécies ameaçadas de peixes, o subprojeto dedicado a estudar a ictiofauna reuniu uma equipe interdisciplinar coordenada pelo professor Maurício Hostim, do Laboratório de Pesca e Aquicultura (LabPesca) do Centro Universitário Norte do Espírito Santos (CEUNES). O trabalho se debruçou sobre a biologia e a ecologia aquática, com o objetivo de entender reprodução, distribuição, padrões de movimentação e conectividade de habitat para as oito espécies alvo, desde o emblemático mero (*Epinephelus itajara*) até o criticamente ameaçado surubim-do-doce (*Steindachneridion doceanum*), endêmico do Rio Doce.



“Principalmente para algumas das espécies de água doce, a informação é muito pequena e, quando se faziam as oficinas de avaliação do risco de extinção das espécies, não havia dados sobre a maioria delas. Com esse trabalho nós conseguimos fazer saídas de campo e identificar que a deficiência de dados é justamente pela baixa ocorrência dessas espécies, difíceis de amostrar e até de identificar, porque algumas delas são muito parecidas entre si”

explica o professor MAURÍCIO HOSTIM, do Laboratório de Pesca e Aquicultura (LabPesca) do Centro Universitário Norte do Espírito Santos (CEUNES)

Ele destaca ainda que um dos grandes saldos do subprojeto foi a interação com os pescadores da região, que se tornaram colaboradores da pesquisa. **“Tivemos a oportunidade de trabalhar em parceria com os pescadores, que foram diretamente afetados pelo rompimento da barragem, e a própria comunidade pesqueira quis colaborar, porque eles sabem que a recuperação do Rio Doce depende de informação e conhecimento.”**

As chamadas do projeto não se limitaram à fauna. O subprojeto Pomares de Sementes, executado pelo Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIATT), teve como foco a recuperação das populações de braúna e peroba-amarela, duas árvores nativas da Mata Atlântica e ameaçadas de extinção. Para isso, o time de pesquisadores fez o levantamento de populações remanescentes das espécies, selecionou árvores matrizes, fez testes de germinação, análises genéticas, e aprimorou

protocolos de produção de mudas de alta qualidade para viabilizar o uso das árvores na restauração florestal.

O projeto viabilizou também a implantação do primeiro viveiro de mudas florestais em uma instituição de ensino e pesquisa na região (Instituto Federal – Campus Governador Valadares). **“Um marco histórico e um legado permanente para formação de estudantes, desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento e novas ações de conservação no território”**, destaca Bruna.

Em sua reta final, o projeto Biodiversidade Rio Doce realizou em novembro um Seminário de Pesquisa *on-line* para apresentação dos resultados finais e parciais das pesquisas financiadas pelo projeto. O evento reuniu cerca de 150 pessoas e contou com a participação do Grupo de Assessoramento Técnico da Samarco Mineração S.A. e das equipes técnicas dos 35 subprojetos apoiados.

“Graças a esse apoio foi possível tirar do papel a iniciativa Pomares de Sementes, um projeto que une pesquisa científica, educação e conservação ambiental. O FUNBIO viabilizou estudos, estrutura, equipamento e trabalho técnico para enfrentar um dos maiores desafios da restauração florestal no Brasil: a falta de sementes e mudas com qualidade genética de espécies florestais nativas ameaçadas de extinção”

conta a pesquisadora BRUNA SOUTO, do projeto Pomares de Sementes

Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro

Educação Ambiental

Com meia década de execução, o projeto **Educação Ambiental**, realizado no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, chega a sua reta final colhendo frutos de todas as iniciativas apoiadas desde 2020.

Ao longo de cinco anos, o projeto executou mais de R\$ 42 milhões em ações para promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, o uso sustentável dos recursos pesqueiros, o fortalecimento da pesca artesanal, a geração de renda e a educação ambiental.

O ano foi marcado pelas ações dos subprojetos selecionados na cha-

mada destinada ao apoio de ações para implementação ou melhoria de tecnologias ambientais que promovam melhor qualidade de vida das comunidades pesqueiras. Com um aporte de R\$ 5,1 milhões, o edital elegeu oito iniciativas que vão desde a instalação de energia fotovoltaica e miniusinas hidrelétricas até biodigestores e fossas de bananeira que ajudaram a garantir saneamento básico a comunidades caiçaras.

Tecnologias ambientais

R\$ 5,1 MILHÕES

8

iniciativas

Desenvolvimento da cadeia produtiva

R\$ 4,2 MILHÕES

12

subprojetos

Em Paraty, o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) implementou placas fotovoltaicas e miniusinas hidrelétricas em Ponta Negra, Trindade e Paraty-Mirim, beneficiando cerca de 500 pessoas que sofriam com a instabilidade da rede elétrica convencional em comunidades da região. As fontes alternativas de energia dão segurança aos comunitários e ajudam a manter geladeiras e evitar prejuízos com a perda de alimentos, tanto para consumo quanto para comercialização. Além disso, mais miniusinas, de baixo impacto ambiental, também serão instaladas para garantir o funcionamento 24 horas do posto de saúde, da escola e da Associação de Moradores em Paraty-Mirim.

A instalação de painéis solares esteve no centro de outros três subprojetos: Sustentamar, em Arraial do Cabo; Pescando o Sol, em São Francisco de Itabapoana; e Energia Limpa e Sustentabilidade, na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro.

No caso do Sustentamar, executado pela Associação dos Verdadeiros Pescadores e Turismo de Barcos de Bocas Abertas do Município de Arraial do Cabo, os sistemas solares foram instalados em 40 embarcações do tipo "boca aberta", sendo oito barcos com casaria e 32 sem casaria, e transformaram a vida dos pescadores artesanais locais, que puderam substituir, em suas saídas noturnas para o mar, os geradores a diesel comumente utilizados pelas baterias solares.



Iniciativas de educação ambiental e tecnologias sustentáveis fortalecem comunidades costeiras.



Reunião de culminância com representantes dos subprojetos. Foto: Marianna Martelota/FUNBIO



→ Educação Ambiental

Além de reduzir a emissão de gases poluentes, a poluição sonora e os impactos no ambiente marinho, a troca diminui os custos operacionais dos pescadores e ajuda a prevenir problemas decorrentes da exposição contínua aos gases tóxicos dos geradores. A iniciativa criou ainda um ponto de carregamento solar na Marina dos Pescadores, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Outros dois subprojetos — Água de Hoje e Amanhã, em Cabo Frio, e Vozes do Mangue, em Magé — tiveram foco comum: levar melhoria na qualidade da água às comunidades pesqueiras.

Em Cabo Frio, a Associação Observação de Búzios (AOB) instalou biodigestores, fossas de bananeira e caixas d'água, unindo baixo custo e alto impacto, para levar água encanada para 32 famílias da comunidade do

Chavão. **“Isso foi uma conquista muito grande para a gente”, celebra Roberta Cruz, coordenadora do subprojeto, que promoveu ainda uma capacitação em compostagem.**

Em Magé, na Baixada Fluminense, o subprojeto Vozes do Mangue utilizou fossas ao lado de outras tecnologias: calhas adaptáveis para captação de água da chuva e triturador para reaproveitamento integral do pescado, assim como painéis solares para geração de energia.

Os oito subprojetos participaram do 6º Seminário de Educação Ambiental – Chamada Tecnologias Ambientais, realizado em dezembro na cidade do Rio de Janeiro, para apresentar suas soluções, trocar experiências, aprender com o outro e fortalecer as relações entre as comunidades pesqueiras do estado.

“ A gente percebe que aquilo que conquistamos através desse projeto fortalece a nossa comunidade e o nosso trabalho enquanto liderança comunitária”

explica VALDIRENE COUTO, conhecida como Val Quilombola, presidente do Quilombo Feital



Pescador na costa fluminense. Foto: Joaquim Lima

Festival da Pesca

Um dos destaques do ano para os quatro projetos executados com recursos do TAC Frade (Apoio a UCs, Conservação da Toninha, Educação Ambiental e Pesquisa Marinha e Pesqueira) foi o Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar. Com três edições, realizadas nos municípios de Rio de Janeiro, Armação de Búzios e Paraty, em setembro, outubro e novembro, respectivamente, o evento reuniu as diversas iniciativas executadas sob o guarda-chuva do TAC Frade e um total de mais de sete mil

pessoas. O festival, em formato de feira, trouxe exposições, atividades de educação ambiental e reforçou a parceria entre as comunidades e demais atores que executam ações no território (**ver mais em projeto Pesquisa Marinha — p. 101**), numa celebração dos 10 anos do TAC Frade.

A agenda do ano também foi marcada pela quinta edição do Encontro do Projeto Educação Ambiental, realizada entre junho e julho, no município de Armação

de Búzios. O evento reuniu representantes de 20 organizações que desenvolveram iniciativas no âmbito do projeto, com uma programação que incluiu palestras, debates, apresentações de resultados e dinâmicas de criação. O encontro culminou ainda com a entrega de uma carta ao Ibama, com as reflexões sobre a autonomia adquirida pelas comunidades pesqueiras ao longo dos projetos apoiados, solicitando maior diálogo e parceria entre o órgão ambiental e os comunitários.

Desenvolvimento da cadeia produtiva

Os 12 subprojetos apoiados pela chamada de desenvolvimento da cadeia produtiva, fortalecimento e planejamento institucional também entraram em sua etapa final de execução. Já em sua terceira fase, a chamada investiu R\$ 4,2 milhões em infraestrutura e na construção da sustentabilidade financeira das instituições, com parte das organizações em seu segundo ou terceiro ciclo de apoio por meio do projeto.

Esse é o caso da Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT), que recebeu as três rodadas de apoio para implantação do Mercado Comunitário Caiçara de Trindade, no município de Paraty. O espaço, em fase final de construção, permitirá o armazenamento adequado do pescado, dando melhores condições de comercialização e oportunidade de aumento de geração de renda aos pescadores artesanais.

Já em Arraial do Cabo, a Cooperativa Mulheres Nativas utilizou os recursos da chamada para fazer melhorias estruturais na sede da instituição, que ganhou placas solares, pintura e uma revitalização do espaço para promover o turismo de base comunitária no local, onde

as mulheres — todas com mais de 60 anos — pescam e cozinham elas mesmas para vender refeições e quitandas baseadas em pescado e frutos do mar, como lasanha de lula, escondidinho de camarão e hambúrguer de peixe.

O trabalho valoriza o papel das pescadoras artesanais e seus saberes tradicionais, associados a geração de renda e empoderamento das mulheres nessas comunidades. A iniciativa foi reconhecida em fevereiro de 2025 com o prêmio nacional “Mulheres das Águas”, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Uma segunda chamada voltada ao fortalecimento institucional comunitário, com investimento de R\$ 2,36 milhões, selecionou outras seis iniciativas nessa frente, que deram início às suas atividades em junho, com execução até o meio de 2026.

O projeto Educação Ambiental é financiado com recursos oriundos de medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF/RJ) e com gestão financeira do FUNBIO.

“ Com muita luta, conquistamos nosso espaço, garantimos nosso sustento e mostramos que a pesca também é nossa. Somos mulheres e pescamos”

destaca MARGARETH JULIÃO, pescadora e liderança da cooperativa



Educação Ambiental Rio de Janeiro



G7 Parques Nacionais

Minas Gerais abriga porções de Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, além de rios importantes, cavernas e cadeias de montanhas.

Parte dessa riqueza natural mineira está protegida por sete parques nacionais presentes no estado: da Serra do Cipó, da Serra do Gandarela, da Serra da Canastra, das Sempre-Vivas, Cavernas do Peruaçu — recém-eleito Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco —, Grande Sertão Veredas e do Caparaó, este último dividido com o Espírito Santo. Os sete, que juntos protegem cerca de 700 mil hectares, fazem parte das unidades de conservação (UCs) beneficiadas pelo G7 Parques Nacionais, cuja atividade teve início em 2025 e em seu primeiro ano de

execução já destinou R\$ 6,8 milhões às áreas protegidas.

O projeto, que tem como objetivo fortalecer as UCs, é resultado de um acordo judicial firmado com a Vale em 2020 pela Justiça Federal de Minas Gerais para substituir o pagamento de multas ambientais aplicadas à empresa após o rompimento de barragens em Brumadinho, em 2019, com anuência do Ministério Público Federal, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

7

parques nacionais

700

MIL hectares

R\$ 62,3

MILHÕES destinados às UCs

R\$ 6,8

MILHÕES destinados às UCs em 2025

Nessa primeira fase será feito um aporte total de R\$ 62,3 milhões nas UCs. A maior parte do recurso está destinada a obras, reformas, melhorias em estradas e estruturas de apoio ao turismo sustentável. O G7 financia ainda a compra de equipamentos, veículos e drones para apoiar a fiscalização e ações de manejo e combate ao fogo, assim como diárias para ações de brigadistas. Estratégias para avançar com a agenda de regularização fundiária, um desafio para a maioria das UCs brasileiras, também estão em curso para execução nos próximos anos.

Entre os destaques do primeiro ano do projeto está a construção de um novo centro de visitantes no Parque Nacional da Serra do Cipó, em trâmite de contratação; e a realização de um curso de manejo de trilhas, com intervenções práticas e melhorias nas trilhas do Parque Nacional das Sempre-Vivas.

Além disso, os recursos do G7 viabilizaram a participação do ICMBio na reunião decisória do processo que culminou na seleção do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como novo Patrimônio Natural da Humanidade da Unesco.

Ao longo do ano, o projeto realizou ainda três reuniões de planejamento e três capacitações para gestores das UCs beneficiadas, que envolveram cerca de 50 servidores.

O FUNBIO é o executor do projeto, que tem duração prevista até 2027. A segunda etapa do G7, para a qual serão destinados mais R\$ 84 milhões, prevê a elaboração de um mecanismo financeiro, proposto pelo próprio FUNBIO, para permitir a sustentabilidade dos parques no longo prazo. Uma proposta preliminar de como poderá operar esse mecanismo já foi apresentada ao ICMBio e à Vale.



“ O G7 chegou num momento de extrema carência financeira dessas unidades e tem feito muita diferença. Porque, quando essas UCs começam a ter estrutura e recurso, elas conseguem fazer uma agenda proativa, começam a conseguir planejar e executar. Isso faz toda a diferença na melhoria dos parques. Por exemplo, no Parque Nacional das Sempre-Vivas e no Gandarela, tivemos ações voltadas para o uso público que não teriam acontecido sem o G7”

opinava FREDERICO DRUMOND MARTINS, analista ambiental do ICMBio e coordenador regional de Lagoa Santa-MG

Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro

Pesquisa Marinha e Pesqueira

Assim como a pesca, a maricultura — criação de organismos marinhos como peixes, ostras, mexilhões e algas — faz parte do modo de vida tradicional de inúmeras comunidades pesqueiras ao longo do litoral brasileiro.

Um dos objetivos centrais do projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira é garantir o uso sustentável desses recursos, em sinergia com a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da pesca artesanal e a educação ambiental na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro.

Nessa frente, o projeto investiu R\$ 4 milhões em sete subprojetos que atuaram para o desenvolvimento e fortalecimento da maricultura no estado. Cinco deles foram concluídos

em 2025. A Fundação Instituição de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) celebrou um termo aditivo ao contrato de apoio, garantindo recurso extra e prorrogando o tempo de execução até meados de 2026 para desenvolver o Planejamento Estratégico da Aquicultura Costeira Fluminense, garantindo a continuidade das ações de monitoramento da água e da qualidade do pescado e a assistência técnica aos pescadores, com ênfase nas regiões da Costa Verde, na Baía de Guanabara e nas Baixadas Litorâneas.



“ O projeto foi sensacional, permitiu que a FIPERJ pudesse se estruturar, se equipar e ter condições de estar em campo e junto ao produtor. Além disso, ele viabilizou que a cada 15 dias fôssemos pro mar, fazer coletas para ver quais eram as condições ambientais desses lugares onde há maricultura no estado e com isso ter um conhecimento básico das características físico-químicas e biológicas da água onde os moluscos são cultivados e garantir a segurança alimentar dessa cadeia produtiva”

aponta GUILHERME ZANETTE, pesquisador da FIPERJ e coordenador da iniciativa

A iniciativa promove a segurança alimentar, a autonomia e o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades e o combate à pesca predatória. Articulado junto com o setor produtivo, o subprojeto fortaleceu a atuação institucional da FIPERJ, principal órgão de fomento à maricultura no estado, garantindo a continuidade das ações para além do período de execução do subprojeto.

A empreitada também investigou as causas da mortalidade em cultivos de vieiras na Baía da Ilha Grande e levantou dados que indicam que a morte dos moluscos é uma possível consequência das mudanças climáticas, que provocam o aumento da temperatura da água, e do despejo irregular de esgoto. Os estudos ainda são preliminares.

A realização do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro. Batizado de TAC Frade, ele engloba quatro projetos complementares: Apoio a UCs, Conservação da Toninha (encerrado), Educação Ambiental e Pesquisa Marinha e Pesqueira.

As ações fomentadas pelo programa fortalecem modos de vida tradicionais e o uso sustentável dos recursos marinhos.



→ Pesquisa Marinha e Pesqueira

Balanço do TAC Frade

Às vésperas do último ano do projeto, o TAC Frade celebra os resultados de uma década de trabalho e investimentos no litoral do estado do Rio de Janeiro. Entre os produtos em elaboração — com entrega prevista para 2026 — está um livro que destaca os projetos das quatro frentes do TAC Frade (Conservação da Toninha, Pesquisa Marinha e Pesqueira, Apoio a UCs e Educação Ambiental), suas ações e resultados. Uma websérie de seis capítulos sobre os projetos também está em produção, com previsão de lançamento até o início do segundo semestre de 2026.

Um **infográfico interativo**, hospedado no site do TAC Frade, traz ainda as informações sobre as iniciativas do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira, dividida em eixos temáticos (pesca, socioambiental, ecologia e biologia, políticas públicas e saúde única), ecossistemas e ações.

Em 2025, o projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira investiu cerca de R\$ 4 milhões. Ao longo de dez anos, já foram investidos mais de R\$ 58 milhões na conservação, pesquisa e geração de conhecimento da biodiversidade marinha, em sinergia com a promoção do uso sustentável dos recursos pesqueiros.



Festival da Pesca

Em 2025, os quatro projetos se juntaram para celebrar o mar no Festival da Pesca – Feira de Projetos do Mar, com três edições, realizadas nos municípios de Rio de Janeiro, Armação de Búzios e Paraty, em setembro, outubro e novembro, respectivamente. O evento reuniu as diversas iniciativas executadas sob o guarda-chuva do TAC Frade e um total de mais de sete mil pessoas, com uma programação que pôs lado a lado comunitários, pesquisadores, universidades e representantes de unidades de conservação.

Em formato de feira, com dezenas de quiosques e de portas

abertas ao público geral, foram realizadas exposições de animais marinhos, maquetes interativas sobre técnicas pesqueiras tradicionais e muita troca com crianças, jovens, adultos e idosos, que se encantaram com o universo da pesca e da conservação marinha.

Cada uma das edições da feira foi uma ocasião para celebrar a cultura, os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras, a ciência, a gastronomia e a educação ambiental, assim como o trabalho de 10 anos do TAC Frade, que entra na sua reta final de execução em 2026.

“Muitos viram e tocaram nesses animais pela primeira vez, o que é muito gratificante. É uma sensação de concretização do projeto trabalhar com a divulgação científica, pois é inspirador e recompensador observar a reação positiva das pessoas”

destacou LUCIANO FISCHER, coordenador dos projetos Salvar, Costões Rochosos e Multipesca, do Instituto NUPEM/UFRJ, apoiado pelo projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira

Reta final

O ano também foi marcado pela conclusão do subprojeto de apoio ao navio *Ciências do Mar III*. A iniciativa entregou uma sala de aula flutuante equipada com laboratórios e equipamentos de pesca, oceanográficos e geológicos; materiais para coleta, captura e identificação de biota; equipamentos de coleta de água e sedimentos; drone; veículo aquático pilotado remotamente (ROV); além de ferramentas e equipamentos de informática e georreferenciamento.

A estruturação do laboratório do navio foi executada com apoio do governo federal, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica

entre o FUNBIO e a Universidade Federal Fluminense (UFF). O navio está pronto para operar e receber alunos de diferentes áreas do conhecimento.

Outro projeto concluído este ano foi a construção do Laboratório de Taxidermia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O novo espaço de 500 m² será dedicado à prática da taxidermia, responsável pelo empalhamento de animais para fins de estudo ou exibição. O laboratório faz parte da iniciativa de reconstrução do museu após o incêndio que, em 2018, destruiu a maior parte de seu acervo.



Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS)

Reabilita CETAS

Os **Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS)** são espaços fundamentais para manejo e reabilitação de animais vítimas de crimes ambientais, acidentes ou desastres. Ainda assim, muitos desses 25 centros federais, distribuídos por todo o país, são carentes de recursos e investimentos em infraestrutura.

Reparar essa deficiência é o cerne do projeto Reabilita CETAS, assinado em dezembro de 2024, que tem como foco inicial quatro centros localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Grupo 1), mas também o fortalecimento nacional de toda a Rede CETAS (Grupo 2). Serão investidos R\$ 211 milhões em todo o projeto, dos quais R\$ 66 milhões para os centros mineiros e capixabas e outros R\$ 118 milhões para os investimentos no resto do país.

Os recursos são oriundos de um termo de repasse firmado entre o FUNBIO e a Fundação Renova, como

parte das obrigações legais para recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Para executar as ações foi assinado também um Acordo de Cooperação entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o FUNBIO, com interveniência-anuência da Fundação Renova.

O ano de 2025 foi voltado para os preparativos, planejamento e governança necessários para execução do projeto, com duração prevista até 2030.



Ações fomentam a recuperação e reintegração da vida silvestre.



Encontros fortalecem ações de conservação e gestão ambiental.



Proteção da fauna e promoção do bem-estar animal.

Nesses próximos anos, está prevista a implementação de dois novos CETAS, sendo um no município mineiro de Nova Lima e outro em Serra, do lado capixaba, e a garantia de sua manutenção por no mínimo três anos após a construção; além da manutenção dos CETAS existentes de Montes Claros e Juiz de Fora, ambos em Minas Gerais.

O projeto de engenharia e arquitetura para construções e intervenções nos CETAS já está em processo de contratação e a expectativa é que essa etapa termine até o final do primeiro semestre de 2026.

Já no Grupo 2, o projeto irá investir em ações para o fortalecimento de toda a Rede CETAS, com ações de manutenção, revitalização e também de educação ambiental. Em 2025, foi feito um mapeamento

das melhorias e obras emergenciais necessárias nos centros, que serão realizadas a partir do próximo ano.

O projeto prevê ainda o apoio às Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), locais aptos e regulamentos para devolver à natureza animais resgatados e reabilitados.

Os aportes no Reabilita CETAS integram o Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce, firmado entre Samarco, Vale e BHP Brasil, União, governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Defensorias Públicas da União e Estaduais (MG e ES), entre outros órgãos e instituições públicas, e homologado em novembro de 2024 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



ANO DE ENCERRAMENTO

2030

“O Reabilita é estratégico no fortalecimento da Rede Cetas por todo o país. O projeto, que vem dessa cooperação entre Ibama, Fundação Renova e FUNBIO, vai viabilizar a estruturação da rede, para que os animais sejam reabilitados e destinados à natureza nas suas áreas originais de ocorrência”

afirma MARIA IZABEL GOMES, diretora de Biodiversidade e Florestas (DBFlo/Ibama) e ponto focal do Ibama no projeto



Cuidado e reabilitação de animais silvestres.



BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA

Reserva Biológica (REBIO) de Comboios



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



novo REBIO de Comboios

A Reserva Biológica (REBIO) de Comboios, na zona costeiro-marinha do Espírito Santo, tem 833 hectares. A unidade de conservação protege uma praia considerada um dos maiores sítios no Brasil de desova da tartaruga-de-couro, espécie ameaçada de extinção.



Tartaruga-de-couro.
Foto: Clarissa Scofield Pimenta



Com um repasse de R\$ 3,5 milhões, o projeto apoia a revitalização das estruturas da reserva, desde adequações no sistema de captação de água para os tanques das tartarugas marinhas e a recuperação do deque, até melhorias voltadas à acessibilidade de visitantes com dificuldades de locomoção.

Localizada entre os municípios capixabas de Linhares e Aracruz, a REBIO foi uma das áreas atingidas pelo rompimento da barragem da empresa mineradora Samarco, em Mariana, MG, em 2015. Em agosto de 2025, foi formalizada a criação do projeto para

garantir a revitalização da reserva. Os recursos serão geridos pelo FUNBIO, instituição executora do projeto.

Com duração prevista até 2028, a expectativa é que as reformas comecem em 2026. O repasse dos recursos faz parte de um acordo judicial (Novo Acordo do Rio Doce) com a Samarco, a Vale e a BHP Brasil, voltado para a recuperação socioambiental da bacia do Rio Doce, afetada pelo rompimento da barragem.

→ Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Santa Cruz

NOVO REVIS Santa Cruz

Assinado em dezembro de 2024, o projeto do **Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Santa Cruz**, no Espírito Santo, começou a ser executado em 2025, com cerca de R\$ 4 milhões já empenhados.

O objetivo é permitir que a unidade de conservação cumpra sua missão de proteger a diversidade biológica, socioambiental e cênica, dando subsídios a sua gestão, operacionalização e legitimação social, assim como garantir sua sustentabilidade financeira. Com duração prevista até 2029, o projeto irá aportar um total de R\$ 26 milhões na área protegida marinha.



Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



O projeto prevê ainda a criação de um mecanismo financeiro, que será apresentado em 2026 pelo próprio FUNBIO, instituição executora, e servirá como Fundo de Manutenção para a REVIS no longo prazo.

O projeto visa à implementação do plano de manejo da REVIS, documento que norteia a gestão da UC e que prevê uma governança integrada à Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas, que circunda o Refúgio. Juntas, as UCs cobrem 136 mil hectares de zona costeira-marinha com rica biodiversidade.

Entre os destaques está também a contratação de uma empresa que disponibiliza embarcações, sempre que solicitado pela UC, para usos como fiscalização.

Localizado no município capixaba de Aracruz, na região da foz do Rio Doce, o REVIS Santa Cruz foi uma das unidades de conservação atingidas por rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Um acordo judicial determinou que a Samarco, mineradora responsável, apoiasse a consolidação do Refúgio, como parte dos esforços para recuperação socioambiental da bacia do Rio Doce. O repasse dos recursos faz parte da repactuação (Novo Acordo do Rio Doce) com a mineradora.



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MECANISMOS FINANCEIROS

→ Termo de Ajustamento de Conduta Almojarifados Submarinos

TAC Alsub

Com a assinatura, em fevereiro, de um aditivo para direcionamento do valor de rendimentos do projeto, o **Termo de Ajustamento de Conduta Almojarifados Submarinos (TAC Alsub)** deu prosseguimento às suas ações em apoio a 15 unidades de conservação (UCs) no litoral do estado do Rio de Janeiro (veja o box, p. 107).

Os recursos adicionais do programa — que se somam aos R\$ 20 milhões iniciais, executados integralmente até março de 2025 — permitiram a aquisição de equipamentos de mergulho, eletrônicos, viaturas e quadriciclos necessários para auxiliar na gestão e fiscalização das UCs, assim como o fortalecimento das comunidades tradicionais no interior e entorno das áreas protegidas.

Além disso, foi realizado o trabalho de caracterização das artes de pesca na Estação Ecológica de Tamoios, no litoral sul fluminense, e a proposta de monitoramento participativo construída junto aos pescadores artesanais. O objetivo é que os pró-

prios pescadores informem *on-line* quais as espécies coletadas, a quantidade e o tamanho de cada uma, entre outras informações, auxiliando a UC no controle da pesca compromissada. Realizar o monitoramento é parte do Termo de Compromisso, que estabelece as áreas de uso (delimitadas por placas instaladas com recursos do projeto), o conjunto de artes de pesca, os tipos de embarcação, além de nominar os sujeitos de direito que foram definidos a partir de critérios pactuados durante o processo de negociação. A pesca compromissada pactua ainda o respeito ao defeso durante o período reprodutivo e as quantidades que podem ser pescadas.



21

UCs apoiadas desde 2021

5

UCs federais apoiadas a partir de dezembro de 2024

46

projetos apoiados

O trabalho foi realizado pela empresa Igara Consultoria em Aquicultura em Gestão Ambiental Ltda., contratada pelo projeto, que construiu um canal de comunicação fundamental entre os pescadores e a gestão da UC, auxiliando na superação do conflito histórico entre as partes na região.

Os dados do levantamento foram documentados na cartilha **O Mar é Tudo — Artes de Pesca Artesanal permitidas na Estação Ecológica de Tamoios**, lançada em maio, que valoriza e divulga o cotidiano dos pescadores da região e suas práticas tradicionais.

Um esforço similar teve início em outra UC: o Parque Estadual Lagoa do Açú, no Norte do estado. Com o objetivo de mapear os usos tradicionais que existem dentro do parque, criado em 2012, o estudo em andamento busca identificar e caracterizar as principais práticas associadas ao uso de recursos naturais, como a pesca artesanal, a coleta de mariscos e a extração de taboa, planta que cresce nas margens de lagoas, usada para fazer esteiras e cestos. O trabalho irá subsidiar a elaboração de uma normativa que regulamente o uso desses recursos pelos comunitários.

Outra UC beneficiada pelos recursos do aditivo foi a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, onde foram feitas contratações para fortalecer o projeto de turismo de base comunitária, que ganhou sua própria identidade visual e peças de comunicação.



Foto: Igara Consultoria

→ TAC Alsub

Os recursos do aditivo do projeto também viabilizaram a montagem de uma exposição permanente no Centro de Visitantes do Parque Estadual da Ilha Grande, assim como a manutenção e compra de combustível para todas as dez UCs estaduais beneficiadas pelo TAC Alsub. No âmbito federal, foram comprados equipamentos de mergulho, materiais de combate a incêndio e veículos para as cinco UCs geridas pelo ICMBio.

Assinado em 2021, o TAC Alsub é um projeto executado com recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Minis-

tério Público Federal do Rio de Janeiro e a Petrobras, com a interveniência do FUNBIO, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.30.001.000486/2019-08. O TAC é uma medida compensatória pelo uso do fundo do mar na região da Bacia de Campos, que visa a apoiar a conservação da biodiversidade, a consolidação de 15 UCs estaduais e federais localizadas no litoral do estado do Rio de Janeiro, melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras do estado e apoiar pesquisas científicas relacionadas à poluição marinha. O FUNBIO é o gestor financeiro e operacional do projeto.

UCs apoiadas

5 UCs FEDERAIS

Monumento Natural das Ilhas Cagarras

Parque Nacional de Jurubatiba

Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

Estação Ecológica da Guanabara

Estação Ecológica de Tamoios

10 UCs ESTADUAIS

Parque Estadual da Costa do Sol

Área de Proteção Ambiental de Tamoios

Parque Estadual de Ilha Grande

Parque Estadual da Lagoa do Açu

Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

Parque Estadual da Serra da Tiririca

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro

Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul

Reserva Biológica Estadual de Guaratiba

Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

“Esses trabalhos são sempre oportunidades de fortalecer processos de diálogo entre as partes, para construir soluções conjuntas. O trabalho que o TAC Alsub proporciona, caracterizando as artes de pesca, valorizando esse modo de vida tradicional, vai nessa direção, fazendo com que os pescadores sejam vistos e ouvidos”

destaca a pesquisadora ANNA CECÍLIA CORTINES, da consultoria Igara, responsável pelo estudo realizado pela empresa Igara Consultoria em Aquicultura em Gestão Ambiental Ltda.

“Os benefícios do FUNBIO para a Escola Náutica foram inúmeros e fizeram a gente chegar no quinto ano de vida com muito sucesso. Hoje o projeto faz a diferença na vida de muitas famílias aqui na Ilha Grande, ensinando crianças a nadar, envolvendo alunos no esporte, ajudando a desenvolver disciplina, atenção e senso de coletividade dos alunos e impactando positivamente muitas famílias.”

LIVIA CORREA, uma das coordenadoras do projeto Escola Náutica Social

Fortalecimento social

Outra frente de atuação do TAC Alsub apoiou a produção sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida de pescadores e maricultores artesanais. Com seis subprojetos aprovados, cinco deles já concluídos em 2025, foi investido um total de cerca de R\$ 4,5 milhões para ações de fortalecimento das organizações sociais, como a construção e a reforma de espaços comunitários.

Em Ilha Grande, o projeto Escola Social Náutica, executado pela Liga Cultural, utiliza esportes como a vela e a canoagem como ferramenta de sensibilização e educação ambiental. Ao todo, 159 crianças foram alunas do projeto ao longo do ano. Com os recursos do TAC Alsub, foram compradas canoas, remos e outros equipamentos náuticos, além de ter sido contratado o aluguel de um espaço para armazenamento desses materiais. Foi possível também ampliar a estrutura da escola, com a reforma da sede localizada no Abraão e a

abertura de uma nova sede, na praia Saco do Céu.

“O FUNBIO e o TAC Alsub foram um divisor de águas na vida do projeto. Com esse apoio nós conseguimos capacitar toda a nossa equipe de coordenação, os instrutores, inclusive transformando alunos em instrutores. Também conseguimos equipar a escola toda com canoas, remos, coletes, barcos, velas, peças, equipamentos de segurança, uniformes... Além da expansão para o Saco do Céu, com o aluguel de um imóvel e a abertura de novas turmas”, destaca Livia Correa, uma das coordenadoras do projeto Escola Náutica Social.

De acordo com ela, a capacitação dos coordenadores para captação de recursos e o fortalecimento institucional foram peças chave do projeto, garantindo que ele possa caminhar por conta própria e a passos largos nos próximos anos.



TAC Coral-Sol

A Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é um dos locais mais severamente afetados pelo coral-sol, uma espécie exótica invasora que, à medida que avança, desequilibra o ecossistema marinho e costeiro nativo.

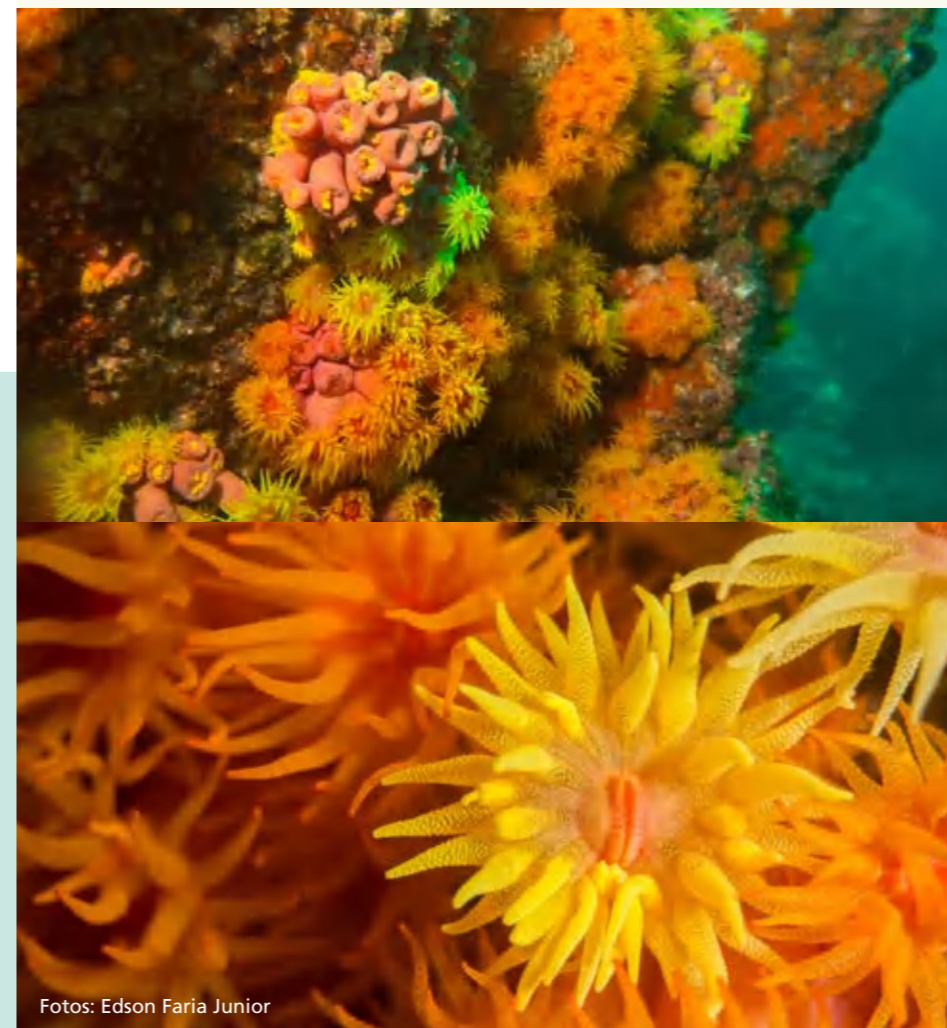
Com um investimento total de R\$ 18 milhões, o programa TAC Coral-sol tem como principal objetivo avaliar, monitorar e entender a dinâmica de dispersão do coral invasor e as interações com outras espécies na Estação Ecológica de Tamoios e na Baía da Ilha Grande, além de aplicar e testar protocolos de detecção precoce e remoção rápida. E, com esses dados, entender a melhor forma de prevenir o avanço da invasão. Em 2025, foram realizadas duas campanhas das

equipes de pesquisa na região, para monitoramento e diagnóstico da presença de coral-sol.

Entre setembro e outubro, os pesquisadores voltaram a campo para analisar a interação do coral-sol com outras espécies de corais, peixes, esponjas e outros seres marinhos. Em cada campanha, os pesquisadores monitoram a abundância ou ausência de coral-sol em pontos pré-determinados, entendendo se houve aumento do invasor.

O coral-sol

Popularmente conhecidas como coral-sol por suas cores vermelha, laranja e amarela, essas espécies de corais, que pertencem ao gênero *Tubastraea*, são nativas dos oceanos Pacífico e Índico. Adaptado às águas tropicais, acredita-se que os primeiros indivíduos de coral-sol foram trazidos acidentalmente para o Oceano Atlântico em cascos de navios, sendo registrado inicialmente no Brasil a partir da década de 1980, em uma plataforma de petróleo na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Atualmente duas espécies de coral-sol (*Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*) são encontradas em costões no litoral sudeste e sul do país, muitas vezes associadas às plataformas de petróleo.



Fotos: Edson Faria Junior

Também foi feita a instalação de três equipamentos acústicos com os quais será possível uma análise pioneira do perfil hidrodinâmico da Baía da Ilha Grande. A instalação dos Perfiladores Acústicos Doppler de Corrente (ADCPs, na sigla em inglês) ocorreu nos meses de março e abril, em pontos estratégicos da baía. Esses equipamentos são capazes de medir a velocidade de partículas nas correntes marinhas por meio de ondas sonoras e vão ajudar a decifrar o padrão de dispersão do coral-sol.

O programa também contratou uma consultoria que terá a missão de desenvolver protocolos de detecção precoce e de remoção de coral-sol. O início da execução dessa frente de pesquisa pioneira e os testes dos protocolos de resposta rápida e de metodologias de remoção estão previstos para 2026.

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Coral-Sol (TAC Coral-Sol) foi firmado em 2021, entre o Ministério Público Federal e cinco empresas que foram responsabilizadas pela introdução acidental do coral-sol na Baía da Ilha Grande por meio de plataformas e/ou sondas de petróleo e gás. O FUNBIO atua como gestor financeiro e operacional da iniciativa.



“Apesar de o coral-sol já ser mais conhecido hoje no país, ainda há muitas lacunas de conhecimento, principalmente relacionadas a como o coral-sol impactou a vida marinha da Ilha Grande. E acredito que esse monitoramento de cinco anos que vamos fazer no projeto é de extrema relevância para entender o comportamento, a dinâmica das espécies e gerar informação científica para pensar em ações conjuntas de mitigação desse problema, como lidar com ele e sanar lacunas de conhecimento tanto na academia quanto na indústria de óleo e gás”

explica a bióloga NATÁLIA SAISSE, gerente de Meio Ambiente da empresa de consultoria EnvironPact, contratada para a execução de parte do projeto de pesquisa

→ Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul

TCSA Porto Sul

A Bahia ganhará dois importantes centros de triagem dedicados à proteção e aos cuidados da fauna silvestre terrestre e, de forma pioneira, também marinha.

A construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) Sul e o Centro de Triagem de Animais Marinhos (CETAM) é fruto dos investimentos do Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul (TCSA Porto Sul). O CETAM será o primeiro em toda a Região Nordeste dedicado exclusivamente ao atendimento de animais marinhos, com ênfase em baleias-jubarte, tartarugas marinhas e botos-cinza.

Os centros atuarão no manejo, desde o resgate até a reabilitação

e soltura de volta na natureza. A contratação do projeto executivo dos centros foi feita em abril e a expectativa é que as obras tenham início ainda no primeiro semestre de 2026.

A servidora, Aline Barbosa, bióloga do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema-BA), destaca ainda que os centros permitirão também estruturar uma equipe técnica qualificada e especializada para realizar esse atendimento e fazer a destinação adequada dos animais.



Os recursos do TCSA Porto Sul também viabilizaram a contratação de uma empresa responsável por assessorar a reforma da sede do Núcleo de Gestão Integrado (NGI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Ilhéus e a construção do Centro de Visitantes do Parque Nacional Serra das Lontras, assim como outras intervenções e melhorias estruturais nas outras duas UCs do NGI — a Reserva Biológica de Una e o Refúgio de Vida Silvestre de Una — e na Reserva Extrativista de Canavieiras. O programa investiu ainda na realização de estudos e de uma oficina para apoiar a elaboração do plano de manejo do parque nacional.

Foram realizadas ainda oficinas para elaboração dos planos de manejo e de uso público de outras quatro unidades de conservação estaduais: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Amada; a APA Costa de Itacaré/Serra Grande; Parque Estadual Serra do Conduru; e Parque Estadual Ponta da Tulha.

“Nessas ações do componente do acordo voltado para mitigar os impactos à fauna, o investimento maior foi direcionado para esses dois centros de triagem: o CETAS Sul, destinado ao atendimento de animais terrestres do bioma Mata Atlântica, e o CETAM, que vai ser o primeiro centro de triagem de animais marinhos do estado da Bahia. E esses espaços vão suprir uma lacuna latente de atendimento adequado à fauna silvestre vítima de acidentes como atropelamento, encalhes e o próprio tráfico de animais silvestres. E vamos consolidando também uma estrutura de pesquisa científica juntamente com as universidades que existem aqui na região do Sul da Bahia”

explica ALINE BARBOSA, bióloga do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema-BA)



→ TCSA Porto Sul

Estudo de técnicas de restauração

Uma das metas da iniciativa é apoiar a restauração de 100 hectares de Mata Atlântica na região do Sul da Bahia. Desse montante, cerca de metade será na Reserva Biológica de Una, onde a recuperação de um antigo pasto está sendo feita de forma experimental por pesquisadores da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em parceria com o ICMBio. Batizado de Restaura Una, o projeto irá testar sete técnicas diferentes de restauração, uma por gleba de cerca de sete hectares, com o objetivo de entender qual a estratégia de melhor custo-benefício para recuperar as florestas nativas do bioma.

Monitoramento da água

O monitoramento da água é uma das linhas do plano de ação do TCSA Porto Sul, realizado em parceria com a UESC. Para isso, foi feita a contratação de uma consultoria especializada no assunto, a aquisição de Unidades de Monitoramento Remoto (UMRs) para coleta de dados da qualidade da água e capacitação técnica das equipes. Os equipamentos de alta precisão ampliam a produção de dados confiáveis, necessários para o planejamento hídrico e ambiental na região do Porto Sul. Além disso, foi contratada uma consultoria em tecnologia para aperfeiçoar a plataforma do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA) da Bahia.

Seminário

Em julho, foi realizado o Seminário TCSA Porto Sul, no município de Ilhéus. O evento contou com a participação de representantes do Ministério Público Federal e Estadual, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), do Inema e do Observatório Socioambiental. O objetivo do encontro foi apresentar para os Ministérios Públicos as ações desenvolvidas no âmbito do termo de compromisso e debater os próximos passos da iniciativa, com duração prevista até o meio de 2026.

Ao todo, já foram investidos pelo TCSA Porto Sul mais de R\$ 60 milhões. Apenas em 2025, foram executados R\$ 5,2 milhões em ações que apoiaram sete UCs que protegem cerca de 285 mil hectares.

O TCSA Porto Sul, resultado de uma decisão judicial de 2019, foi firmado pela empresa Bahia Mineração S.A. (BAMIN) junto ao Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), o governo do estado da Bahia, a SEMA, o Inema e o município de Ilhéus, com recursos geridos pelo FUNBIO. O acordo, com duração prevista até o meio de 2026, visa a garantir o desenvolvimento sustentável do Extremo Sul da Bahia, a integridade ambiental, os serviços ecossistêmicos, reduzir e evitar danos ambientais, maiores em decorrência da instalação do complexo portuário intermodal Porto Sul, a 14 quilômetros ao norte de Ilhéus (em construção).



TCSA
Porto Sul



PROJETOS COM RECURSOS DE

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Doações e Obrigações Legais

Parte do portfólio do FUNBIO é financiada simultaneamente por fontes distintas e complementares: de um lado, doações provenientes de instituições filantrópicas e acordos bi e multilaterais; de outro, recursos oriundos de obrigações legais, como multas, acordos e termos de ajustamento de conduta.

Apesar das diferentes origens, esses recursos convergem para um mesmo propósito: viabilizar a implementação de ações de conservação ambiental em escala compatível com a dimensão territorial e a diversidade de biomas do país.

Conheça as iniciativas.

	112	CONECTA CAATINGA
novo	113	FINACLIMA-SP
	114	FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL
	116	FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ)

Conecta Caatinga

Voltado para apoiar a conservação do único bioma 100% brasileiro, o projeto **Conecta Caatinga** irá promover a criação de corredores ecológicos que interligam áreas protegidas públicas e privadas no semiárido mais biodiverso do mundo. A iniciativa também irá investir na restauração ecológica e na recuperação de cursos d'água; na gestão colaborativa dos ecossistemas, com o fortalecimento da participação comunitária, diversa e representativa; em políticas públicas que fomentem o desenvolvimento sustentável; e em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



UCs apoiadas

Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça (BA)

Parque Nacional Boqueirão da Onça (BA)

Área de Proteção Ambiental Lago de Sobradinho (BA)

Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (BA)

Parque Nacional da Serra das Confusões (PI)

Parque Estadual Serra do Areal (PE)

Anunciado no final de 2024, ao longo deste ano o projeto avançou no engajamento das partes interessadas e no detalhamento do seu escopo. A expectativa é que a aprovação final do escopo do projeto seja aprovada pelo GEF no primeiro semestre de 2026 para que as atividades possam começar no segundo semestre de 2026.

O Conecta Caatinga tem como foco o fortalecimento de corredores entre seis grandes unidades de conservação (UCs) do bioma: a Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça (BA), o Parque Nacional Boqueirão da Onça (BA), a Área de Proteção Ambiental Lago de Sobradinho (BA), a Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (BA), o Parque Nacional da Serra das Confusões (PI) e o Parque Estadual Serra do Areal (PE). Somadas, as UCs cobrem mais de 3,7 milhões de hectares.

A iniciativa é do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) e implementação pela Agência GEF FUNBIO. A previsão é que sejam investidos ao todo mais de R\$30 milhões no projeto.



NOVO

Finaclima-SP

Estado mais populoso do país, São Paulo possui um papel chave no enfrentamento, adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O **Finaclima-SP** tem como missão implementar um mecanismo financeiro e operacional que faça a captação e execução de recursos privados, oriundos de obrigações legais ou doações, para desenvolver essa agenda climática paulista, associada à conservação e recuperação de paisagens e ecossistemas.

O FUNBIO foi selecionado, por meio de edital, como entidade gestora do mecanismo, que irá apoiar o cumprimento do compromisso do governo estadual de restaurar 1,5 milhão de hectares de vegetação nativa até 2050.

Com duração prevista até 2032, o projeto deu seu primeiro passo oficial em abril, quando foi assinado o Acordo de Cooperação com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL).

Em dezembro foi lançado o primeiro edital do projeto, no valor de R\$ 6,45 milhões, para implementação de iniciativas de restauração ecológica em 100 hectares na região do Pontal do Paranapanema. Os selecionados terão dois anos para executar os plantios e três para o monitoramento. Os recursos são oriundos de um contrato, assinado com a empresa Motiva/CCR, para cumprimento de obrigações legais de compensação ambiental perante a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Meta

1,5
MILHÃO
de hectares restaurados
até 2050

Entre os objetivos do Finaclima-SP está incentivar a ampliação e manutenção da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos; promover a participação do setor privado no financiamento de serviços ambientais e de outras soluções climáticas; fomentar a inovação e novos negócios que visem à sustentabilidade; e o fortalecimento institucional e de instrumentos de gestão, transparência e governança associados à Política Estadual de Mudanças Climáticas.

O projeto foi um dos destaques durante o Summit Agenda +Verde SP. Realizado em novembro na capital, o

evento foi organizado pelo governo de São Paulo, em parceria com a prefeitura e a Universidade de São Paulo (USP). A cúpula reuniu lideranças públicas, empresariais, acadêmicas e da sociedade civil em torno de uma agenda integrada de desenvolvimento sustentável, inovação, economia verde, justiça climática, cidades resilientes e transição energética.

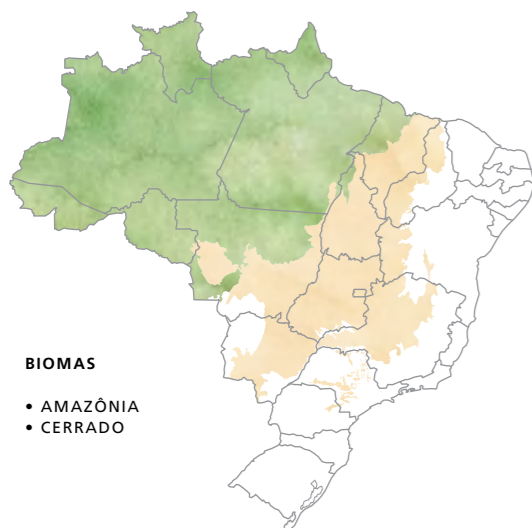
O evento celebrou ainda o prêmio SP Carbono Zero, parte da iniciativa do Finaclima-SP para reconhecer projetos de destaque em descarbonização, restauração ecológica, eficiência energética e economia circular.

Iniciativa organiza captação e gestão de recursos privados para fortalecimento da governança ambiental em São Paulo.



“ O Finaclima-SP é um mecanismo financeiro inovador, projetado para permitir a implementação ágil e eficaz de projetos em larga escala. Ele utilizará recursos privados, sob a gestão de uma entidade especializada, garantindo um modelo de governança eficiente e alinhado aos planos climáticos e às melhores práticas do mercado”

ênfata a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, NATÁLIA RESENDE



EM PAUTA

13/02/2025 — VALOR
Governo de SP define que Funbio irá gerir programa de financiamento a projetos sustentáveis

18/02/2025 — VEJA
São Paulo anuncia fundo independente para projetos de meio ambiente

Fundo da Amazônia Oriental

O **Fundo da Amazônia Oriental (FAO)** é um mecanismo operacional e financeiro voltado para mobilização de recursos privados em prol do fortalecimento de políticas públicas e de iniciativas que promovam a conservação da natureza, o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas no Pará.

As ações viabilizadas pelo fundo incluem o fortalecimento comunitário, a regularização fundiária, a restauração ecológica, a criação de áreas protegidas e a promoção da bioeconomia.

Primeiro doador do FAO, o Instituto Clima e Sociedade (ICS) destinou recursos a um projeto dedicado ao fortalecimento do Fundo da Amazônia Oriental. O escopo das ações, além de contribuir com o mecanismo, fomentou também ações de implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará

(PEMC/PA) e do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

Nesse apoio, executado em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), foram elaboradas estratégias para a Gestão de Viveiros Públicos no estado e para a consolidação e fortalecimento de redes de sementes.

As iniciativas se complementam na missão de promover a agenda de restauração florestal e ajudar a superar o gargalo de insumos dessa cadeia (sementes e mudas).



“Após cinco anos de execução, para além de cumprir a sua missão inicial de driblar a paralisação do Fundo Amazônia, o FAO vem se consolidando como parte fundamental da estratégia de financiamento climático do estado”

destaca NATALIA NAGLE, coordenadora de projetos da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC/SEMAS)

Os documentos elaborados apresentam modelos factíveis para subsidiar a tomada de decisão do governo paraense em favor da consolidação de arranjos institucionais que permitam a implementação dos planos inerentes a essas estratégias.

Em 2024, a Secretaria e o FUNBIO assinaram ainda um Acordo de Cooperação junto ao Ministério Público Federal (MPF) e a Associação de Criadores do Pará (Acripará) para gestão dos recursos de indenização previstos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Pecuária. O projeto, ainda em fase de captação mediante adesão dos produtores, irá investir no fomento à pecuária sustentável.

"Com uma execução eficaz de recursos e alinhamento às metas do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o FAO apoia projetos que impulsionam a bioeconomia, fortalecem comunidades locais e valorizam os ativos ambientais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que harmoniza conservação e geração de renda para quem mantém a floresta em pé", acrescenta a coordenadora.

O mecanismo financeiro apoiou também a iniciativa Transformação Digital da SEMAS. Os recursos, oriundos de acordos judiciais do MPF firmados com a empresa JBS e com a Imerys, já viabilizaram a implementação de um *data center* na SEMAS em 2024 e seguem financiando os serviços contínuos de manutenção e garantia dos equipamentos.

O FAO é financiado com recursos de doações nacionais, doações internacionais e de obrigações legais. O mecanismo financeiro, uma iniciativa do estado do Pará, tem o FUNBIO como gestor financeiro e operacional, e já captou mais de R\$ 80 milhões para a Amazônia paraense.



Fundo da Amazônia Oriental (FAO)

Territórios fortalecidos

No projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará, executado com recursos da Fundação Gordon and Betty Moore, o FAO apoiou a titulação de três territórios quilombolas, alinhado com o fomento ao planejamento territorial e de cadeias de valor da sociobiodiversidade. O projeto apoiou também a elaboração de um diagnóstico socioeconômico, ambiental e fundiário para subsidiar a criação de três unidades de conservação (UCs) estaduais — uma Floresta Estadual e dois Refúgios de Vida Silvestre — que contemplam cerca de 530 mil hectares na região do Marajó. As propostas para a criação dessas UCs estão em fase de consulta pública.

Também na região do Marajó, ao longo de 2025, a iniciativa viabilizou a assistência técnica necessária para elaboração dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) de 150 propriedades rurais e seus respectivos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs), além do georreferenciamento das propriedades.

As ações fazem parte do programa estadual de Atuação Integrada para

Territórios Sustentáveis (PTS), que visa a conciliar o desenvolvimento econômico com a recuperação produtiva de áreas pressionadas pelo desmatamento, facilitando a transição para uma economia de baixo carbono e a regularização das propriedades rurais.

Os avanços na regularização fundiária e ambiental do arquipélago foram destaque durante um painel na 30ª Conferência do Clima, realizada em Belém, que apresentou o caso do município de Portel, que se tornou referência no modelo implementado pelo estado. A ocasião celebrou ainda a entrega simbólica dos 150 títulos de terra, emitidos pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), e dos CARs validados pela Semas. As famílias beneficiadas passam a poder acessar políticas públicas como a assistência técnica e crédito para produção rural.

Ainda no ano de 2025 tiveram início as ações da chamada de projetos 22/2024, para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade no estado do Pará, com desembolso a projetos de 15 instituições quilombolas selecionadas.

Terra Alta Alevinos e açaí.
Fotos: Marco Santos/Agpara



Investimento nas comunidades

Desdobramento do TAC firmado em 2018 entre Alunorte, Norsk Hydro, MPF, Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e SEMAS, o projeto Resiliência Ambiental e Integração Social (RAÍS) avançou em seu planejamento e estruturação, fundamentais para o começo das ações, previstas para 2026. O acordo prevê a destinação de recursos, no total de mais de R\$ 49 milhões, para o beneficiamento de comunidades da região de Barcarena e Abaetetuba, e fortalecimento da fiscalização ambiental.

Ao longo do ano, nessa etapa inicial, foram realizadas 13 oficinas para mapeamento das comunidades na área de influência do empreendimento, diagnóstico preliminar das demandas e desafios locais, e elaboração das diretrizes do projeto. Esse trabalho foi feito junto a 20 lideranças comunitárias, que representam a sociedade civil nas instâncias de governança do TAC e do projeto.

Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ)

O estado do Rio de Janeiro é lar da Mata Atlântica. Ao longo dos últimos cinco séculos, porém, a maior parte da cobertura de vegetação nativa foi perdida. Os remanescentes resistem dentro de unidades de conservação (UCs). Em prol do bioma, o **Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro**, mais conhecido como **Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ)**, apoiou, ao longo de 2025, 10 UCs fluminenses que protegem 186 mil hectares. Nesse período, foram aportados R\$ 2,35 milhões.



Ação de inauguração de plantio no Sítio Toshimori, Cachoeiras de Macacu, RJ. Foto: Tatiana Horta

Entre os destaques está a elaboração dos planos de manejos — documento primordial que norteia a gestão — de cinco UCs: o Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e as quatro UCs que protegem a Ilha Grande, no litoral sul do estado: a Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios, a Reserva Biológica da Praia do Sul, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Marinha do Aventureiro e o Parque Estadual de Ilha Grande.

Outro eixo de investimento do FMA está ligado ao Programa de Apoio à Sustentabilidade Econômica das Unidades de Conservação Estaduais, que em 2025 contratou um projeto para criação de roteiros turísticos, com mapeamento de potenciais atrativos e fomento ao empreendedorismo em cinco parques estaduais do Rio de Janeiro: Pedra Branca, Serra da Tiririca e Três Picos, na Região Metropolitana do Rio; Cunhambebe, na Costa Verde; e Desengano, no Norte fluminense.

O Fundo investiu ainda nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), unidades de conservação de gestão privada. As reservas são consideradas cruciais para a conservação da Mata Atlântica, já que a maior parte dos remanescentes do bioma está em áreas particulares. Por isso, foi contratada uma consultoria responsável pelo levantamento de RPPNs no estado e por fomentar a criação de novas reservas privadas.



21

UCs apoiadas desde 2021

5

UCs federais apoiadas a partir de dezembro de 2024

46

projetos apoiados



Praia do Aventureiro, Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. Foto: Lorena Folda Detzel

Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ)

Ele destaca o papel do FMA no financiamento estruturado e contínuo das UCs, na conservação da biodiversidade, no apoio à gestão territorial e ambiental, e no fomento à compensação ambiental, de forma descentralizada e eficiente.

Além disso, o Fundo viabiliza a manutenção de cerca de 200 hectares em processo de restauração ecológica. O plantio de mudas nativas do bioma foi feito, em 2024, nos municípios de Magé, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, em áreas estratégicas para segurança hídrica e conectividade florestal. E pelos quatro anos seguintes, vitais para o sucesso das jovens árvores, receberá os cuidados necessários com recursos do projeto.

O projeto participou ainda da Conferência Estadual do Meio Ambiente (CEMA-RJ) e da Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade (EPAEB-RJ).

“ O Fundo da Mata Atlântica é fundamental para garantir que as UCs do Rio de Janeiro não existam apenas no papel, mas que sejam efetivamente protegidas, bem geridas e integradas à sociedade, cumprindo seu papel ecológico, social e econômico”

afirma THIAGO MARTINELLE, coordenador do FMA-RJ na Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (SEAS-RJ)

10

UCs apoiadas

168

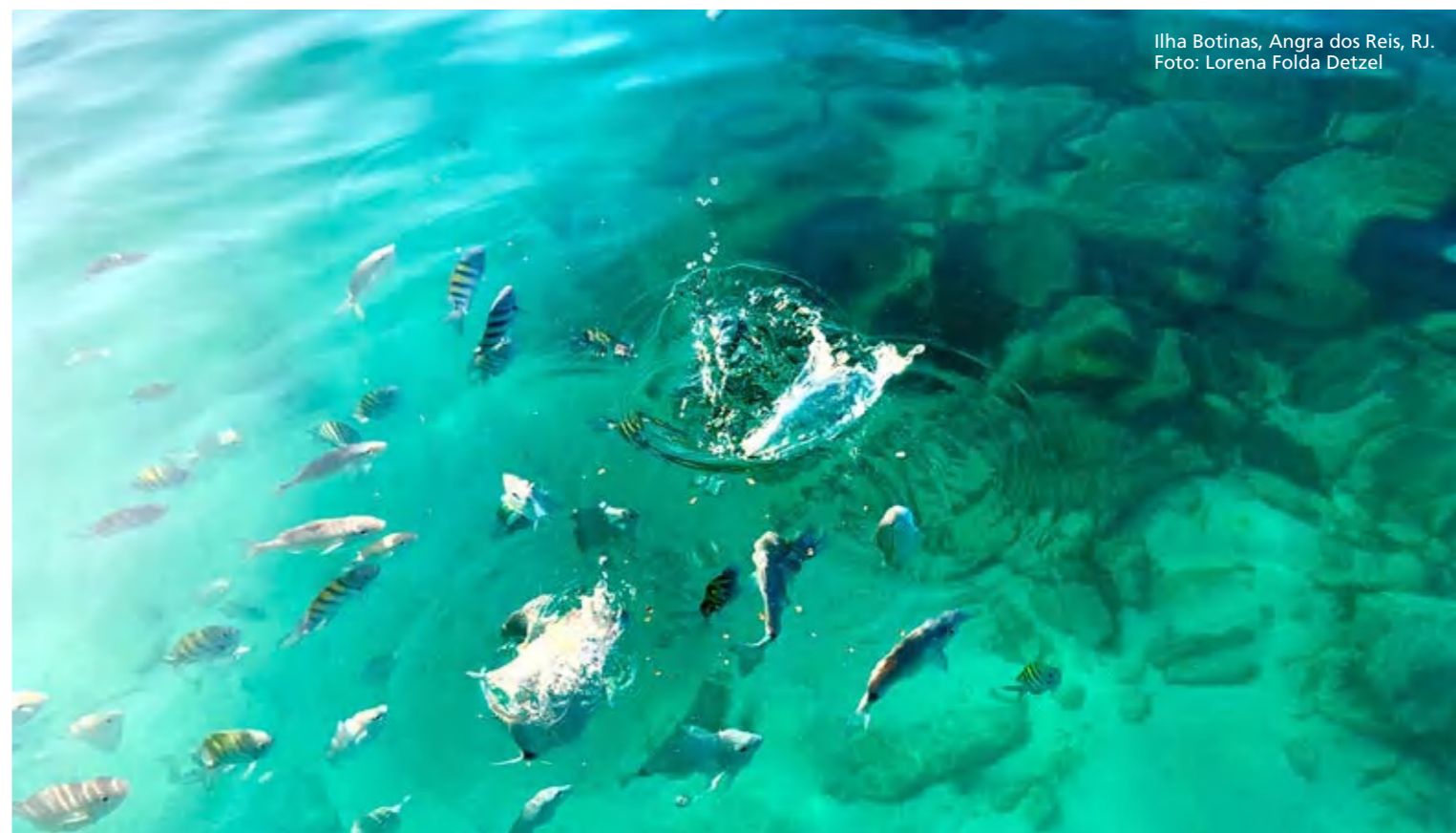
MIL hectares protegidos

R\$ 2,35

MILHÕES aportados



Foto: Adriano Tamm



Ilha Botinas, Angra dos Reis, RJ. Foto: Lorena Folda Detzel



Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. Foto: Lorena Folda Detzel

Criado em 2009, a pedido da SEAS-RJ, e gerido atualmente pelo FUNBIO, o mecanismo financeiro viabiliza a execução de recursos de compensações ambientais e outras obrigações legais, direcionando essa verba para projetos relacionados à conservação da biodiversidade do estado do Rio de Janeiro.

Até o fim do convênio, em novembro de 2016, o FMA/RJ apoiou 99 projetos destinados a 50 UCs estaduais, municipais e federais, que cobrem uma área de 506 mil hectares. Os 99 empreendimentos que aderiram ao FMA/RJ totalizam R\$ 295 milhões, dos quais R\$ 285 milhões foram recebidos, R\$ 183 milhões já alocados e R\$ 114 milhões executados. Desde 2016, foram executados R\$ 83,65 milhões.

Agência GEF FUNBIO

O FUNBIO é uma das 18 agências implementadoras do Fundo Global para o Meio Ambiente — Global Environment Facility (GEF, na sigla em inglês) —, mecanismo financeiro internacional que apoia ações voltadas à conservação da biodiversidade e à mitigação das mudanças climáticas, contribuindo para enfrentar algumas das principais pressões ambientais em escala global.

Desde sua acreditação como agência do GEF, em 2015, o FUNBIO já recebeu recursos para implementação de cinco iniciativas, ampliando o alcance de projetos estratégicos no país.

Conheça os projetos vigentes.

	119	BARU DA CHAPADA
novo	121	GEF TERRITÓRIOS DA VIDA SILVESTRE
	122	IWY IPURANGUETE
novo	123	MGI SISTEMAS
novo		NGI AMAZÔNIA VIVA
	124	PRÓ-ESPÉCIES

→ Cerrado em pé com geração de renda: a cadeia produtiva do baru como aliada da biodiversidade e dos povos tradicionais

Baru da Chapada

O manejo sustentável do baru, fruto típico do Cerrado que vem ganhando mercado pelo seu alto valor nutricional, faz parte de uma cadeia produtiva que alia à conservação do bioma a geração de renda para comunidades tradicionais. Esses dois pilares são a base do projeto Cerrado com geração de renda: a cadeia produtiva do baru como aliada da biodiversidade e dos povos tradicionais (Baru da Chapada).

Em 2025, a iniciativa investiu R\$ 2,7 milhões no fortalecimento das comunidades agroextrativistas no bioma, no comércio justo do baru e na autonomia dessas populações. O projeto apoiou duas organizações de base comunitária: a Associação Quilombo Kalunga (AQK) e a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Alto Paraíso de Goiás e Região Ltda. (Cooper-Frutos do Paraíso).

Junto às organizações, o projeto liderou as discussões coletivas para criação de um Protocolo Comunitário Biocultural que estabelece diretrizes de boas práticas para o manejo do baru, valorizando e respeitando tanto os saberes tradicionais quanto o meio ambiente. A elaboração do protocolo contou com uma

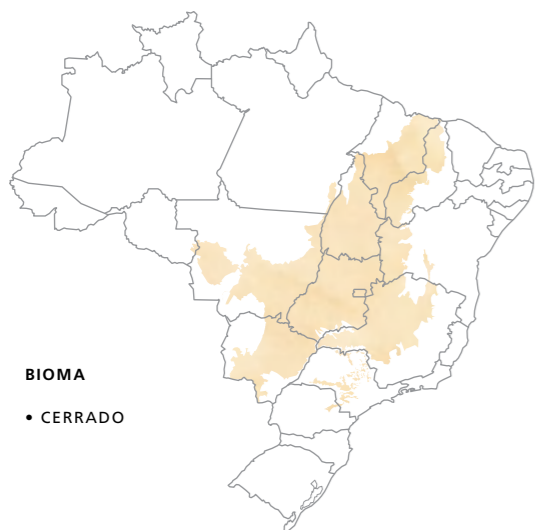
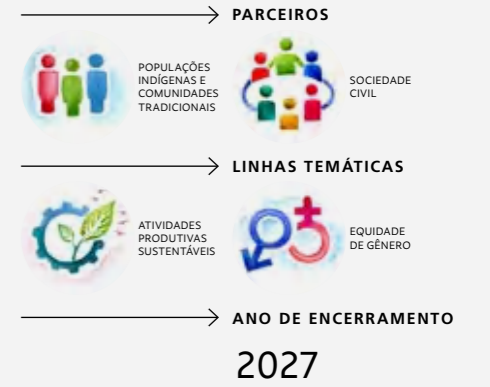
oficina específica para mulheres e jovens, para garantir a participação das vozes femininas e da juventude. O documento, em produção, será publicado em 2026.

O protocolo é fruto da capacitação Formar Baru, que chegou ao quarto módulo, com três deles realizados ao longo de 2025 e uma média de 45 participantes em cada um. A formação tem como objetivo promover boas práticas de produção e comercialização, preparar os comunitários para acessarem mercados e dialogar com políticas públicas.

Em julho, durante o quarto módulo do curso, o grupo — formado por agricultores, quilombolas, extrativistas, assentados da reforma agrária e parceiros

— entregou a representantes do governo federal a Carta do Formar Baru pela Defesa do Cerrado em Pé, elaborada coletivamente. O documento traz demandas pela defesa do Cerrado em pé e de seus povos, múltiplos e diversos, a partir da visão de quem vive no território.

O conteúdo dos quatro módulos do Formar Baru foi traduzido ainda no Cartaz de Boas Práticas do Baru, lançado em setembro durante o XI Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. A publicação didática reúne orientações fundamentais para garantir a qualidade, a segurança e a valorização do baru em todas as etapas da cadeia, e será compartilhado entre agroextrativistas, educadores e parceiros.



BIOMA
• CERRADO

Participação comunitária fortalece saberes, renda e conservação no Cerrado.
Foto: Carol Gavazzi/Acervo IEB
Foto: Camila Behrens/Acervo IEB
Foto: Webert Cruz/Acervo IEB



Baru da Chapada

“Essas assessorias têm sido muito importantes para nós, principalmente porque estamos tratando de um tema que é um gargalo para a gente: a diversificação de mercados para ampliar a geração de renda. Esse processo tem sido muito positivo, principalmente pela forma como as pessoas estão se envolvendo e assumindo responsabilidades, o que é essencial para a cooperativa, porque fortalece o sentimento de pertencimento”

reforça THAMILIS DE MENEZES,
presidente da CooperFrutos do Paraíso

Ao longo do ano, as organizações receberam ainda da Central do Cerrado uma assessoria técnica para orientar a comercialização justa, as estratégias de mercado, e promover a valorização dos saberes tradicionais, com um total de quatro reuniões para cada associação.

No município de Cavalcante (GO), o quilombo se beneficiou ainda com a inauguração, em março, do Armazém Kalunga. O espaço será estratégico para comercialização de diversos produtos associados ao baru, desde sementes e doces até cosméticos, além da organização e reconhecimento da produção local no quilombo.

O trabalho junto aos Kalunga apoia ainda a elaboração de um protocolo de consulta, conforme estabelecido

pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), ratificada pelo Brasil em 2002, que garante a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais o direito à consulta prévia, livre e informada sobre projetos que os afetem. O protocolo Kalunga, uma ferramenta de proteção do território, está sendo construído coletivamente e regula como os empreendimentos devem consultá-los, respeitando a cultura, o tempo e a forma de decisão da comunidade.

O projeto, com duração prevista até 2027, é executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) e gestão financeira da Agência GEF FUNBIO.

“Essa parceria é muito importante, porque a gente vai aprendendo com quem já está no caminho há mais tempo, construindo estratégias de comercialização, agregando valor, identidade e cultura aos nossos produtos”

pontua CARLOS PEREIRA,
presidente da Associação Quilombo Kalunga



Valorização da produção local gera mais renda para quem vive do território.
Foto: Camila Behrens/Acervo IEB

Participação e engajamento feminino

Um grupo de 24 mulheres da Associação Quilombo Kalunga está sendo capacitado de forma contínua em práticas de manejo sustentável e beneficiamento do baru. A formação inclui ainda o fortalecimento da representatividade feminina em espaços de tomada de decisão.

Além disso, em todos os eventos e formações do projeto, foi contratado o serviço de cuidadoras para viabilizar a participação das mães das comunidades, que puderam levar seus filhos para a atividade.

A agenda de eventos incluiu um total de cinco oficinas temáticas sobre:

beneficiamento do baru; receitas tradicionais de baru (queijo angatu, paçoca doce e salgada); e boas práticas de manejo. Além disso, foram ministradas oficinas associadas a mutirões agroecológicos, com temas como solo, adubação, sementes e plantio.

O calendário do projeto contou ainda com 14 reuniões do Grupo de Trabalho (GT) Baru Coordenação, para cadastramento de organizações, construção de uma carta de princípios, debates sobre os gargalos da cadeia do baru que precisam ser endereçados e definição de grupos temáticos.



Mulheres fortalecem protagonismo e ampliam a participação nas decisões da comunidade.
Foto: Camila Behrens/Acervo IEB

NOVO

GEF Territórios da Vida Silvestre

Um dos países mais biodiversos do mundo, o Brasil é o lar de milhares de espécies ameaçadas de extinção que dependem da proteção do seu hábitat.

O mais novo projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) tem como objetivo alavancar, aprimorar e ampliar a implementação de políticas públicas para a conservação da biodiversidade; promover a restauração ecológica e a conectividade entre áreas naturais; e garantir o uso sustentável dos recursos.

Para isso, o GEF Territórios da Vida Silvestre identificou aproximadamente 21 milhões de hectares de áreas críticas para ações de conservação em todos os biomas, com exceção da Amazônia. A priorização foi feita a partir de uma análise multicritério e dois *workshops* com a participação de atores estratégicos como o ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Oficina de trabalho e capacitação.



Os esforços visam a fortalecer a gestão de áreas protegidas, promover a restauração ecológica e a conexão de habitats, assim como garantir o uso sustentável dos recursos naturais. As metas se traduzem em números ambiciosos que incluem a criação de 1,4 milhão de hectares de áreas protegidas, a recuperação de 500 hectares de vegetação nativa em locais estratégicos para conectividade, a implementação de medidas integradas de biodiversidade em 12 milhões de hectares e o beneficiamento de 1.500 pessoas numa cadeia alinhada ao uso sustentável.

Assinado em outubro, o projeto será executado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), com gestão financeira do FUNBIO, implementado pela Agência GEF FUNBIO. Em dezembro foi realizada uma reunião inicial entre as coordenações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para dar início à estruturação da iniciativa, que começará suas ações no território em 2026. Com duração prevista até 2030, o projeto terá um investimento total de USD 16,8 milhões.

Entre as ações previstas está ainda o investimento na avaliação do risco de extinção de espécies da fauna e flora, planos integrados de gestão de incêndios, combate a espécies exóticas invasoras, implementação de Planos de Ação Nacionais e Territoriais para a Conservação de Espécies Ameaçadas (PANs e PATs, respectivamente) e o monitoramento da biodiversidade. O GEF Territórios da Vida Silvestre prevê ainda a disseminação do conhecimento adquirido ao longo do projeto.



Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas

Ywy Ipuranguete

As terras indígenas (TIs) são fundamentais na conservação da biodiversidade. Em reconhecimento ao papel dos povos originários na defesa da natureza foi lançado, em março de 2025, o projeto **Ywy Ipuranguete**.

O nome em tupi-guarani significa 'terra bonita' e faz referência à fertilidade e rica sociobiodiversidade dos territórios indígenas. A iniciativa, coordenada pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), irá apoiar 15 TIs que somam cerca de 6,4 milhões de hectares, distribuídos em cinco biomas brasileiros — Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Pantanal —, na implementação dos seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). O objetivo é promover a proteção territorial, a redução do desmatamento e o aumento da resiliência climática, assim como a soberania alimentar, geração de renda sustentável, fortalecimento institucional e preservação das culturas e tradições indígenas.

Os PGTAs são instrumentos elaborados de forma autônoma pelos povos

indígenas sobre seus territórios e visam a valorizar os saberes, recuperar e conservar os recursos naturais, melhorar a qualidade de vida e dar condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. O Ywy Ipuranguete ajudará a suprir a lacuna entre o planejamento e a implementação dessas ações.

Ao longo do ano, o projeto deu os primeiros passos para analisar os PGTAs existentes nas 15 TIs beneficiadas, mapear as ações necessárias em cada uma delas, levantar as organizações indígenas e atores potenciais para execução, consolidar uma rede de parceiros e estudar o melhor arranjo de atuação, de acordo com as especificidades do território e seus povos. A previsão é que as ações em campo comecem em 2026.



Lançamento Ywy Ipuranguete. Foto: Mre Gavião

Bioma Cerrado, próximo do Pantanal, Povo Terena, MS. Foto: Carol Gavazzi

TIs apoiadas

- Águas Belas (BA)
- Barra Velha (BA)
- Caramuru/Paraguaçu (BA)
- Comexatibá (BA)
- Coroa Vermelha (BA)
- Tremembé da Barra do Mundaú (CE)
- Dourados (MS)
- Lalima (MS)
- Kadiwéu (MS)
- Cachoeirinha (MS)
- Taunay/Ipegue (MS)
- Munduruku (PA)
- Kayapó (PA)
- Entre Serras (PE)
- Pankararu (PE)

Com duração prevista até 2030, o projeto tem gestão financeira do FUNBIO, implementação pela Agência GEF FUNBIO e execução pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), com acompanhamento técnico da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Os recursos são oriundos do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês).

Outro passo importante foi a composição do Comitê Executivo do projeto, já ativo e com maioria feminina, que será responsável pela aprovação dos subprojetos. O comitê possui representantes do MPI, Funai, Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e IEB.

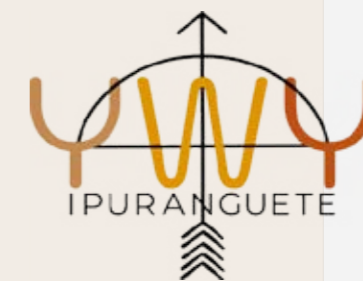
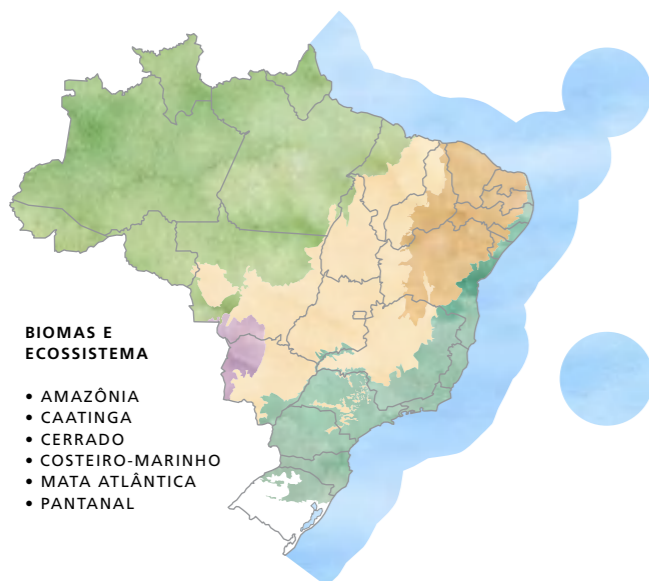
15
terras indígenas

6,4
MILHÕES
de hectares



“Esse é um momento de convergência de esforços e saberes pela conservação da biodiversidade e equilíbrio do planeta. Além de vivermos uma emergência climática, há grande pressão sobre as terras indígenas. Os indígenas são os protagonistas das soluções que tanto precisamos para o planeta e a PNGATI transforma política em ação concreta nos territórios”

afirma ANDRÉIA BAVARESCO, coordenadora executiva do IEB



Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas



→ Apoio às ações para implementação do Plano de Integração de Dados e de Aprimoramento dos Sistemas Federais de Gestão Ambiental e Territorial

NOVO MGI Sistemas

Unidades de conservação, assentamentos, terras indígenas, propriedade fundiária, implementação do Código Florestal — para cada política pública associada ao território existem diferentes sistemas e cadastros que operam em silos, com pouca integração, gerando baixa qualidade de dados.

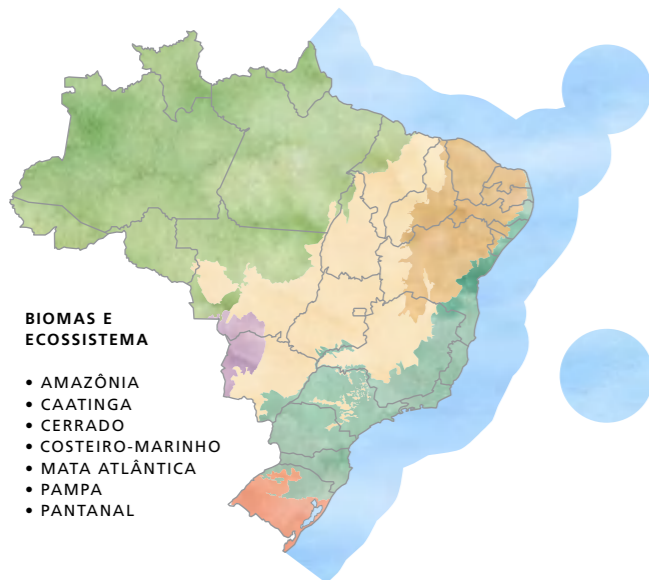
Para superar esse desafio e possibilitar que o mesmo imóvel rural seja enxergado por todos os sistemas, foi construído o Plano de Integração de Dados e de Aprimoramento dos Sistemas Federais de Gestão Ambiental e Territorial, que irá fortalecer a gestão ambiental e territorial desse ecossistema.

O projeto deu seus primeiros passos em 2025, com a missão de apoiar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na implementação do plano. Ao longo do ano, os recursos investidos aperfeiçoaram as ferramentas de monitoramento e facilitaram reuniões estratégicas entre entes do governo em prol da implementação desse ecossistema de gestão, que irá melhorar a qualidade e possibilitar a interoperabilidade dos dados entre os diversos sistemas do governo.

As reuniões do Comitê Gestor do Plano de Integração de Dados são apoiadas pelo projeto e incluem representantes da Casa Civil, do MGI, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), do Serviço Florestal Brasileiro, do Ibama, do ICMBio, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Incra, da Advocacia-Geral da União (AGU) e das empresas estatais de tecnologia Dataprev e Serpro.

O projeto, que em julho deu seu pontapé inicial com a assinatura do Acordo de Cooperação com o MGI, fez duas contratações:

- ▶ a de uma consultoria, responsável por assessorar o Ministério na coordenação das atividades entre os diferentes atores governamentais e pela gestão de processos relacionados a implementação do Plano;
- ▶ e a de uma consultoria técnica para mapeamento dos gargalos e das necessidades existentes para a construção do fluxo de integrações entre os diversos sistemas e para identificação das soluções tecnológicas que viabilizem essa integração, de modo a atender com maior qualidade e efetividade as políticas públicas ambientais e territoriais.



Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

Pró-Espécies

O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo. Muitas dessas espécies da fauna e da flora, porém, estão sob risco de desaparecer. A missão central do **Pró-Espécies: Todos Contra a Extinção**, concluído em 2025, foi justamente ajudar a eliminar ou reduzir essas ameaças aos animais e plantas brasileiras criticamente ameaçados. Com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), o projeto foi o primeiro implementado pela Agência GEF FUNBIO.

Uma das principais estratégias da iniciativa foram os Planos de Ação Nacionais para Conservação, ou simplesmente PANs. Ao todo foram 15 planos formalizados, que representam a avaliação de mais de 12 mil espécies e atividades que beneficiaram 193 espécies Criticamente Em Perigo de Extinção que não estavam contempladas por instrumentos de conservação. O projeto investiu ainda nos Planos de Ação Territoriais (PATs), que garantiram um olhar para a proteção de mais de 14,9 milhões de hectares de áreas naturais.

No PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia, na Bahia, uma das ações realizadas em 2025 foi a construção de uma cozinha comunitária no município de Itaetê. O objetivo é que o espaço fomente a geração de renda, em especial para mulheres, por meio do turismo de base comunitária e da agricultura familiar, e promova práticas alimentares sustentáveis para os assentamentos de Colônia, Baixão e Europa. Boas práticas que ajudarão na conservação de espécies ameaçadas.

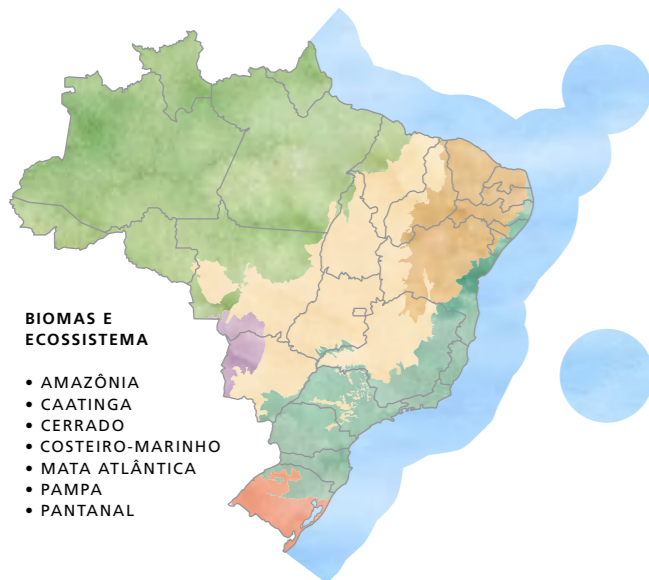
“Um dos objetivos do PAT era trabalhar a ameaça do turismo desordenado. Nessa perspectiva, realizamos uma oficina de culinária sustentável com mulheres dos três assentamentos de Itaetê. Ao final, elas pediram para continuar aplicando o que aprenderam com uma cozinha comunitária”

explica SARA ALVES, do Inema, coordenadora do PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia

Do outro lado do Brasil, o PAT Planalto Sul, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi o tema de uma série documental produzida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA-SC) e pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) desses estados. Com cinco episódios, a produção aborda a preservação de 22 espécies ameaçadas do território, como o peixe cambeva (*Cambeva tropeiro*) ou a bromélia cravo-do-mato (*Tillandsia jonesii*), por meio das falas de pesquisadores e parceiros.

O objetivo da produção é mobilizar e sensibilizar a sociedade, promover a valorização do território e reduzir os impactos negativos sobre as espécies e seus ambientes. Os vídeos, lançados em maio, estão disponíveis nos canais do YouTube dos órgãos ambientais estaduais.

Com recursos do Pró-Espécies, o PAT Planalto Sul investiu ainda na compra de armadilhas para captura de javalis (*Sus scrofa*), espécie exótica invasora que representa uma ameaça às nativas. Ao todo, foram instaladas 25 armadilhas, cinco durante os cursos práticos e outras 20 entregues a produtores rurais e áreas protegidas conforme critérios técnicos estabelecidos. As capacitações abordaram ainda temas como a legislação para o controle do javali, sanidade animal, uso de armadilhas e coleta de material biológico para monitoramento sanitário.



Evento de encerramento Pró-Especies. Foto: Sigrid Wiederhecker Vallie



Tillandsia jonesii. Foto: ?

→ Pró-Espécies

Campanha contra o tráfico

O projeto apoiou ainda a campanha “Se não é livre, eu não curto”, feita pelo Ibama em parceria com o WWF-Brasil, que convida as pessoas a evitarem a interação nas redes sociais com conteúdos que exploram animais silvestres e, indiretamente, promovem o tráfico desses bichos. A campanha,

que começou em maio, em paralelo aos preparativos do Dia do Meio Ambiente (5 de junho), busca sensibilizar a sociedade e estimular a denúncia de postagens desse tipo. O tráfico é uma das principais ameaças a espécies não apenas da fauna, mas também da flora.

“Nosso objetivo é fornecer aos municípios uma referência técnica para ações de proteção, detecção precoce e controle imediato, além de auxiliar na elaboração de programas de manejo de espécies invasoras para planos de manejo de unidades de conservação”

conta SILVIA ZILLER, coordenadora do Instituto Hórus

Publicações

Em junho, o governo do Paraná lançou seu novo *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção*, com dados de 339 espécies — 116 delas Criticamente Em Perigo de extinção — e que inclui oito novos grupos de invertebrados como moluscos e besouros. A publicação servirá de base para políticas públicas de conservação. A nova lista, parte da estratégia do Pró-Espécies, é resultado de um longo processo de pesquisa desenvolvido desde 2022.

Já na Bahia, o projeto apoiou a publicação do guia *Espécies Exóticas Invasoras e Invasões Biológicas*, desenvolvido pelo Instituto Hórus e lançado em fevereiro pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema-BA). O material é voltado para as 417 prefeituras do estado e traz orientações sobre a prevenção e o controle dessas espécies, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e econômicos causados por elas, como diagnóstico precoce, mapeamento das áreas afetadas e estratégias de manejo.



“O Pró-Espécies está chegando a uma conclusão de ciclo, mas certamente isso não deve ser visto como um fim. Precisamos construir novos mecanismos, novas parcerias e manter viva a articulação entre os atores envolvidos”

afirma RITA MESQUITA, secretária nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)



Chionanthus fluminensis.
Foto: Inara Carolina da Silva



Expedição de campo.
Caverna Limoeiro, PAT Xingu, PA.
Foto: Luciana Martins Freire

Legado na luta contra as extinções

No Brasil, há atualmente 4.457 espécies em risco de extinção, com 1.253 da fauna e 3.204 da flora. O Pró-Espécies deixa como legado também a produção de conhecimento sobre a biodiversidade brasileira, com espécies descobertas, registros inéditos e lacunas de informação preenchidas. Ao todo, foram mais de 300 expedições de campo em 16 estados do Brasil. O projeto promoveu ainda o fortalecimento da bases de dados científicos abertos, como o SALVE, para animais, e o CNCFlora, para plantas. Além disso, o projeto foi o principal instrumento para implementação da Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (ENEAE) e da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras, ambas lançadas em 2018.

O projeto é coordenado pelo MMA, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), possui como agência executora a WWF-Brasil e como agência implementadora o FUNBIO.

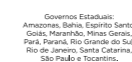




Foto: Augusto Gomes

Agência GCF FUNBIO

O FUNBIO é uma das três únicas agências implementadoras do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) no Brasil, um dos principais mecanismos financeiros internacionais voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Recursos advindos da Agência GCF FUNBIO financiam projetos e programas que apoiam o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países em desenvolvimento, com foco no fortalecimento da resiliência climática e na promoção de estratégias de mitigação e adaptação.

Conheça o portfólio da Agência GCF FUNBIO.

127 READINESS AND

128 READINESS OCEANOS

Readiness AND

As Autoridades Nacionais Designadas (AND) são entidades governamentais que atuam como interface principal entre os países e fundos internacionais. No Brasil, a AND é o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), responsável por aprovar e supervisionar projetos climáticos.

O Readiness AND apoia a construção de um planejamento estratégico para o financiamento climático. Com encerramento previsto para o primeiro semestre de 2026, o projeto deixa como principal legado o apoio à atualização do Programa País, lançado em Belém (PA) durante a Conferência do Clima (COP30), no mês de novembro. O documento consolida a estratégia do Brasil de engajamento com o Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund – GCF) e define as prioridades nacionais de financiamento climático, os setores estratégicos de investimento e os critérios técnicos que orientarão a estruturação da carteira de projetos brasileiros ao Fundo.

A atualização faz parte do novo formato exigido pelo GCF, maior fundo climático do mundo, e traz

uma abordagem propositiva, na qual o próprio país lidera e apresenta sua estratégia e prioridades para o cumprimento das suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). O Brasil foi um dos primeiros a entregar o novo formato do programa, que traz uma carteira de projetos de curto prazo (até 2027) e de médio prazo (2027-2030). Coube ao Readiness viabilizar a contratação de uma consultoria especializada no assunto e a realização de *workshops* e consulta a vários atores governamentais, do setor privado e da sociedade civil, para construção coletiva e participativa do novo programa, num processo que levou cerca de seis meses. Além disso, foram elaborados um manual geral do GCF, cartilhas e vídeos explicativos para facilitar e ampliar a compreensão de como funciona o Fundo.

“ O programa País 2025 junto ao GCF representa um avanço decisivo na arquitetura de financiamento climático do país. O Brasil passa a usar o financiamento concessional com inteligência estratégica, direcionando-o para setores com alto potencial de investimentos transformadores”

destaca TATIANA ROSITO,
secretária de Assuntos Internacionais

Todos os documentos e informações podem ser consultados **no site oficial da AND**, que ganhou uma nova identidade visual, desenvolvida com recursos do projeto para facilitar a visualização pelas partes interessadas. O documento prevê USD 3,8 bilhões em cofinanciamento e estima alcançar 665 milhões de toneladas de CO2 em emissões evitadas e beneficiar cerca de 53 milhões de pessoas.

O FUNBIO, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal são credenciados, desde outubro de 2018, como as primeiras agências nacionais implementadoras do GCF no Brasil.

Do outro lado do Brasil, o PAT Planalto Sul, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi o tema de uma série documental produzida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA-SC) e pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) desses estados. Com cinco episódios, a produção aborda a preservação de 22 espécies ameaçadas do território, como o peixe cambeva (*Cambeva tropeiro*) ou a bromélia cravo-do-mato (*Tillandsia jonesii*), por meio das falas de pesquisadores e parceiros.

O objetivo da produção é mobilizar e sensibilizar a sociedade, promover a valorização do território e reduzir os impactos negativos sobre as espécies e seus ambientes. Os vídeos, lançados em maio, estão disponíveis nos canais do YouTube dos órgãos ambientais estaduais.

Com recursos do Pró-Espécies, o PAT Planalto Sul investiu ainda na compra de armadilhas para captura de javalis (*Sus scrofa*), espécie exótica invasora que representa uma ameaça às nativas. Ao todo, foram instaladas 25 armadilhas, cinco durante os cursos práticos e outras 20 entregues a produtores rurais e áreas protegidas conforme critérios técnicos estabelecidos. As capacitações abordaram ainda temas como a legislação para o controle do javali, sanidade animal, uso de armadilhas e coleta de material biológico para monitoramento sanitário.



→ Exploring the potential for ocean-climate pipeline for mitigation and adaptation in Brazil

Readiness Oceanos

Os oceanos têm um papel fundamental no enfrentamento da emergência climática. Ainda há, entretanto, uma lacuna de conhecimento e de ações sobre como liderar a integração entre as agendas oceânica e climática. O projeto **Exploring the potential for ocean-climate pipeline for mitigation and adaptation in Brazil (Readiness Oceano)**, realizado com recursos do Fundo Verde pelo Clima (Green Climate Fund – GCF), visa a fortalecer a governança climática marinha e construir uma base de dados estratégica que auxilie na identificação e priorização de projetos para mitigação e adaptação climática no Brasil.

O Readiness Oceanos é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) implementada pela Agência GEF FUNBIO e gerida pelo FUNBIO.

No primeiro semestre de 2025, a iniciativa entregou um dos seus principais produtos: um diagnóstico completo, feito com apoio de especialistas brasileiros, que analisa todo o contexto costeiro e marinho do Brasil, com uma abordagem integrada em relação às mudanças climáticas para o desenvolvimento de políticas públicas e projetos futuros. O documento foi apresentado ao MCTI em março e compila informações sobre os ecossistemas costeiros e marinhos do país relacionados ao carbono; as áreas geográficas prioritárias para intervenção; medidas chave de mitigação e adaptação para um planejamento sustentável e resiliente ao longo da costa; e um mapa de opções políticas, caminhos e recomendações para avançar com a agenda.

Em paralelo, foram organizados três *workshops on-line* para debater temas chave e fomentar a construção colaborativa de uma agenda oceano-clima nacional, alinhada às diretrizes do GCF e às realidades brasileiras. Os encontros foram organizados de forma segmentada, com uma edição voltada aos atores governamentais, outra para organizações da sociedade civil e academia, e uma terceira junto ao setor privado. As trocas e dinâmicas dos eventos permitiram a identificação de possíveis caminhos, atividades prioritárias e a organização de recomendações estratégicas, organizadas num relatório entregue em novembro.

A soma dos resultados do diagnóstico e dos *workshops* ajudará a pavimentar o trabalho de uma nota conceitual, já em elaboração, que será entregue no primeiro semestre de 2026. Esse documento, entrega final do Readiness Oceanos, indicará os locais prioritários e viáveis para intervenções, endereçando as pressões existentes e apontando as ações necessárias, como uma carteira de propostas. Dessa forma, a nota servirá de base para futuros projetos voltados para a agenda climática marinha.

O GCF é um fundo global que apoia países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios relacionados ao aquecimento global por meio da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) à adaptação às mudanças climáticas. Desde outubro de 2018, o FUNBIO, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal são credenciados como as primeiras agências nacionais implementadoras do GCF no Brasil.





Créditos

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
E MARKETING**

Cíntia Borges A. Fonseca
Helio Hara
Humberto Miguez
Larissa Noguchi
Mariana Menezes

EDIÇÃO

Helio Hara e
Cíntia Borges A. Fonseca

REDAÇÃO

Duda Menegassi

REVISÃO

No Reino das Palavras

PROJETO GRÁFICO

Luxdev – Giselle Macedo

FOTO CAPA

Simone Giovine

PUBLICADO EM ABRIL DE 2026**AGRADECIMENTO**

A toda a equipe FUNBIO, pelo empenho e dedicação que tornaram possíveis os resultados alcançados.

Às pessoas e instituições que contribuíram com este relatório.



ACESSE
O SITE
DO FUNBIO